



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS – PPGPL

MARIA ELIZABETE GOMES DO VALE

**A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO E O
PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

TERESINA

2018

MARIA ELIZABETE GOMES DO VALE

**A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO E O
PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí UFPI – Mestrado Acadêmico, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone de Jesus Guimarães.

TERESINA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

V149s Vale, Maria Elizabete Gomes do.
A supervisão de estágio e o processo de trabalho do assistente social / Maria Elizabete Gomes do Vale. – 2018.
131 f.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Simone de Jesus Guimarães.

1. Serviço Social. 2. Assistente Social - Trabalho. 3. Estágio Supervisionado. I. Título.

CDD 361.045

MARIA ELIZABETE GOMES DO VALE

**A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO E O
PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí UFPI – Mestrado Acadêmico, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Simone de Jesus Guimarães (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí

Prof.^a Dr.^a Maria Dalva Macedo Ferreira
Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Marfisa Martins Mota de Moura
Membro Externo

Dedico essa dissertação a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a efetivação deste projeto profissional e pessoal. Em especial, ao meu querido esposo, Joniel do Vale, e aos amados filhos, Guilherme do Vale e Miguel do Vale.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele nada sou: tudo o que tenho e o que vier a ser vem de Ti, Senhor.

Ao meu marido, Joniel Gomes do Vale, e aos meus filhos, Guilherme do Vale e Miguel do Vale, por serem a minha vida e o meu incentivo, pelo apoio e pela compreensão.

Aos meus pais, *in memoriam*, Antônia Rodrigues da Costa e Brivaldo Gomes da Silva, por todo o esforço ao longo da vida, pelo incentivo e pela dedicação: muito obrigada!

À minha sogra, Josimary Gomes do Vale, pelo estímulo e apoio no cuidado com os netos: muito obrigada!

Aos colegas de turma do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, singularmente à Líbia Mafra e à minha prima, Poliana Oliveira, pelo carinho, pelo apoio e suporte na trajetória acadêmica.

Às colegas de trabalho, pelos préstimos, em especial, a Yara Barroso, Joana D'Arc e Jucyana Amorim.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Simone de Jesus Guimarães, pelas reflexões e contribuições acadêmicas e pessoais.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, pelos conhecimentos despertados, pelo apoio e pela compreensão.

Às professoras Dalva Macedo e Marfisa Martins, pelo carinho, pela atenção e pelos auxílios.

Às supervisoras de campo que colaboraram como sujeitos desta pesquisa: muito obrigada!

“Se um dia tiver de escolher entre o mundo e o amor, lembre-se: se escolher o mundo, ficará sem o amor, mas se escolher o amor, com ele você conquistará o mundo.”

(Albert Einstein)

RESUMO

A supervisão de estágio, enquanto processo de trabalho do assistente social, constitui o objeto de estudo da presente dissertação. Parte-se da noção de que o estágio é o momento da vida acadêmica em que o discente se depara com o exercício profissional, destacando-se como elemento do processo formativo por meio do qual ele tem a possibilidade de decifrar as relações institucionais e elaborar novos saberes por intermédio do conhecimento das expressões da questão social que integram a matéria-prima de sua intervenção profissional. O objetivo, portanto, é analisar a supervisão de estágio curricular obrigatório no contexto da formação profissional dos estudantes de Serviço Social, no período de 2015 a 2017, tendo em vista as perspectivas das Diretrizes Curriculares e as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e do ensino superior nesse ínterim. A pesquisa foi realizada no município de Teresina, teve como campo empírico o Hospital Universitário (HU)/UFPI e o Hospital de Urgência de Teresina (HUT), e contou com 06 sujeitos assistentes sociais supervisoras de campo. A concepção metodológica empregada para apreensão do objeto de estudo está fundamentada no método analítico-crítico-dialético de Marx, a partir de procedimentos metodológicos, como a observação não participante, a entrevista semiestruturada e a análise documental. O estudo revelou que os impactos da precarização do trabalho e do ensino superior têm trazido muitos prejuízos para a processualidade da supervisão, destacando-se: a) a precarização das condições de trabalho, evidenciadas pelo excesso de demanda, por um número insuficiente de profissionais nas instituições estudadas, em especial no HUT, e pela redução de salários; b) redução/ ausência de supervisões conjuntas entre supervisores docentes, de campo e de alunos, acarretando a não articulação entre universidade/campo de estágio; c) o não reconhecimento e valorização da supervisão pela instituição e pelos profissionais, bem como a baixa escolarização dos estagiários. Denota-se, pois, a necessidade de aprofundar a discussão acerca dessa temática, sobretudo em tempos de precarização da educação e do trabalho profissional, objetivando fortalecer os sujeitos envolvidos nesse processo.

Palavras-chave: Supervisão de estágio. Estágio supervisionado. Trabalho. Serviço Social.

ABSTRACT

The supervising of internship, as the social worker's work process, constitutes the object of study of this dissertation. It is based on the notion that the internship is the moment of the academic life in which the student is faced with the professional exercise, standing out as an element of the formative process by means of which the student has the possibility to decipher the institutional relations and elaborate new knowledge through the knowledge of the expressions of the social question that integrate the raw material of his professional intervention. The objective, therefore, is to analyze the supervision of compulsory curricular internship, conceived as a work process of the Social Worker, in the context of the professional training of students of social service, in the period from 2015 to 2017, in view of the perspectives of the Curricular Guidelines and the changes that have occurred in the world of work and higher education in the interim. The research was carried out in the city of Teresina and had as empirical field the University Hospital (HU) / UFPI and the Hospital of Urgency from Teresina (HUT), and as subjects, social workers who are 6 field supervisors. The methodological conception used to apprehend the object of study is based on Marx's critical analytic method, based on methodological procedures such as non-participant observation, semi-structured interview, documentary analysis. The study revealed that the impacts of the precariousness of work and higher education have caused many losses to the process of supervision, highlighting: a) the precariousness of working conditions, evidenced by the excess of demand and by an insufficient number of professionals in the institutions studied, in particular, in the HUT, besides reduction of salaries; b) reduction / absence of joint supervision between teachers, field supervisors and students, resulting in non-articulation between university / field of training; c) the lack of recognition and appreciation of supervision by the institution and professionals, as well as the low level of schooling of the trainees. Therefore, it is necessary to deepen the discussion about this subject, especially in times of precariousness of education and professional work, aiming to strengthen the subjects involved in this process.

Keywords: Stage supervision. Supervised internship. Job. Social service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Serviço Social
ACRONN	Associação de Portadores de Doença de Crohn e Retocolite
BM	Banco Mundial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFE	Conselho Federal de Educação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
FAR	Faculdade Ademar Rosado
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPF	Fundo de Participação Federal
FMS	Fundação Municipal de Saúde
HGP	Hospital Geral do Promorar
HGV	Hospital Getúlio Vargas
HU	Hospital Universitário
HUT	Hospital de Urgência de Teresina
ICF	Instituto Camilo Filho
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INCA	Instituto Nacional do Câncer
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PRAEC	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PTT	Programa de Tratamento ao Tabagismo

RPT	Registro do Processo de Trabalho
SEMESP	Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior
SINDSERM	Sindicato Municipal de Teresina
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNACON	Unidade de Alta Complexidade em Oncologia
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
UTQ	Unidade de Terapia de Queimados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL.....	22
2.1	REFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS IMPACTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL.....	22
2.2	ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....	35
2.3	DIRETRIZES CURRICULARES DE 1996: VINTE E DOIS ANOS DE IMPLANTAÇÃO.....	46
3	TRABALHO E PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL....	56
3.1	TRABALHO E SOCIABILIDADE HUMANA.....	56
3.2	SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO.....	60
3.3	TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL.....	72
4	O PROCESSO DE TRABALHO DAS SUPERVISORAS DE CAMPO DO HU/UFPI e HUT: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	84
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS CAMPOS DE PESQUISA: HU/UFPI E HUT.....	85
4.2	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	93
4.3	CAPACITAÇÃO PARA A SUPERVISÃO.....	95
4.4	ANÁLISE DO PROCESSO DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORAS DE CAMPO	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS.....	122
	APÊNDICE.....	131

1 INTRODUÇÃO

A supervisão de estágio, enquanto processo de trabalho do assistente social, constitui o objeto de estudo da presente dissertação, cujo objetivo foi analisar a supervisão de estágio curricular obrigatório apreendida no processo de trabalho do assistente social, no contexto da formação profissional de estudantes de Serviço Social, no período de 2015 a 2017, tendo em vista as perspectivas das Diretrizes Curriculares e as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho e do ensino superior nesse ínterim.

O estágio curricular corresponde a uma etapa importante e obrigatória do processo de formação dos assistentes sociais. Trata-se de um momento ímpar de articulação entre o exercício profissional e a formação teórica, o qual oportuniza uma reflexão mais acurada sobre a aprendizagem e a ação profissional tanto dos assistentes sociais, nas instituições empregadoras, quanto dos estagiários.

O estágio é o momento da vida acadêmica do aluno em que ele se depara com o exercício profissional. No âmbito do Serviço Social, o estágio supervisionado representa um elemento imprescindível do processo formativo, por meio do qual o aluno tem a possibilidade de decifrar as relações institucionais e elaborar novos saberes a partir do conhecimento das expressões da questão social que constituem a matéria-prima do trabalho profissional.

Nesse sentido, o estágio e a supervisão vão sendo construídos e reconstruídos historicamente ao longo do processo de desenvolvimento da profissão, desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, dos anos de 1930 até os dias atuais. As concepções acerca desses instrumentos também se transformaram, embora denotem um aspecto comum, qual seja a sua relevância para a formação dos futuros assistentes sociais.

O estágio realiza-se a partir da inserção do estagiário nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, acompanhada por um processo de supervisão sistemática por parte dos profissionais das instituições campo de estágio, a fim de capacitar os estudantes para o exercício profissional.

Entrementes, a supervisão desenvolve-se por intermédio do estágio em instituições empregadoras de assistentes sociais. Nesse processo, destacam-se três sujeitos que, juntos, compõem uma unidade indissolúvel entre formação e trabalho profissional: o supervisor de campo, o supervisor acadêmico e o estagiário. Logo, o direcionamento do estágio decorre da interação entre esses três atores, de modo que o processo de aprendizagem ocorra com eficiência, baseado na cooperação e nos valores ético-políticos da profissão, sendo foco desse estudo o acompanhamento realizado pelo supervisor de campo.

Ao supervisor de campo compete a supervisão direta do estagiário, cuja responsabilidade é privativa do assistente social, desde que esteja em pleno gozo de seus direitos profissionais e devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de sua área de jurisdição. Por sua vez, o supervisor acadêmico é o assistente social professor da instituição de ensino que se disponibiliza a orientar e avaliar o estagiário, visando ao aprendizado deste durante o seu processo de formação.

O supervisor de campo tem papel irrefutável na formação do assistente social, pois acompanha a inserção deste, ainda como estagiário, na instituição campo de estágio, testemunhando os diferentes momentos desse percurso e estabelecendo uma relação direta, sistemática e contínua com seu “tutelado”.

Desta feita, a escolha do objeto **A supervisão de estágio enquanto processo de trabalho do assistente social** justificou-se pelo fato de a autora deste estudo conceber o estágio como *locus* que permite ao discente apropriar-se de saberes que respaldarão o seu trabalho profissional, uma vez que tanto a vivência cotidiana quanto as demandas devidas ao profissional em relação à realidade social confrontam o estagiário com os limites e as possibilidades da profissão escolhida.

Diante dessa realidade, investigar a supervisão de estágio enquanto processo de trabalho permitiu refletir a respeito da indissociabilidade desses dois elementos – estágio e supervisão – para a formação dos alunos no domínio do Serviço Social.

Essas são algumas das razões que suscitaram o estudo da temática abordada a partir das experiências dos assistentes sociais supervisores de campo, tendo em vista a sua relevância para a formação profissional que se mostra cada vez mais crescente, frente às profundas transformações no mundo do trabalho e no contexto de reforma do ensino superior, instigando a academia a aprofundar e repensar novas estratégias de formação.

Atualmente, no Brasil, presencia-se um cenário de privatização do ensino superior, como pontuado por Koike (2009), que relatou que a movimentação financeira na educação superior, em 2003, foi de 45 bilhões de reais. Nas décadas seguintes, assistiu-se a uma expansão significativa das universidades privadas em relação às públicas.

No Piauí, essa realidade não é diferente, nomeadamente quanto à expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) na modalidade a distância. Os cursos, nessa modalidade de ensino, tiveram um aumento no número de estudantes no período de 2009 a 2014 estimado em 131%, em conformidade com dados publicados pelo Jornal Meio Norte, de 16 de julho de 2017 (PIAUI ALCANÇA ..., 2017).

A expansão do Ensino a Distância (EAD) e a precarização do ensino superior público e privado vêm repercutindo no mercado de trabalho dos assistentes sociais e na qualidade da formação profissional dos futuros profissionais da área de Serviço Social, o que gerou impactos negativos para a profissão, essencialmente para o perfil dos profissionais que estão sendo formados, o que é possível denotar na assertiva a seguir:

a expansão do ensino a distância, conforme destaca o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2011), é fonte de grande preocupação, pois acaba por ferir a formação nas diversas áreas e níveis, configurando-se como uma educação aligeirada e sem consideração das reais necessidades do alunado. Contudo, tratando-se do curso de Serviço Social, a preocupação do Conselho ganha maiores proporções, tendo em vista o grande número de vagas do curso ofertadas nesta modalidade, o descumprimento das instituições de ensino à distância às Diretrizes Curriculares estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a contradição referente ao seu direcionamento político acerca da educação enquanto direito universal, os prejuízos referentes às condições de trabalho e salariais dos Assistentes Sociais e, principalmente, às possíveis implicações de uma formação precarizada para os usuários de seus serviços (SILVA; RABELO, 2017, p. 105).

Com isso, no tocante ao Curso de Serviço Social, a preocupação do CFESS (2015) ganhou maiores proporções, haja vista o grande número de vagas ofertadas na modalidade a distância e o descumprimento das instituições às Diretrizes Curriculares.

Por conseguinte, a categoria precisa estar atenta a essas questões, pois uma formação que não se realiza em consonância com o que preveem as Diretrizes Curriculares corre o grande risco de não formar profissionais qualificados, comprometidos com o projeto ético-político da categoria e capacitados para dar respostas às expressões da questão social. Como é possível perceber na concepção de Silva e Rabelo (2017, p. 113),

ao levarmos em consideração as denúncias realizadas junto ao conjunto CFESS/CRESS, estas instituições não vêm oferecendo em seus cursos as condições necessárias para que seus alunos desenvolvam atividades de pesquisa e extensão, essenciais para uma formação crítica e de qualidade, como estabelecida nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, muito menos numa perspectiva compatível à lógica de universidade (SILVA; RABELO, 2017, p. 113).

O que está sendo questionado é a qualidade dos cursos ofertados nessa modalidade de ensino e dos profissionais que serão formados nas instituições de educação superior, como aludido pelo CFESS (2015, p. 14):

a questão a ser problematizada é a “produção” de profissionais em massa e com conteúdos banalizados; é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das Diretrizes Curriculares; é a educação bancária e

mercantilizada que não garante o serviço social de qualidade de que o Brasil precisa.

Em vista disso, a realização do presente estudo refletiu um desafio considerável, pois teve como pano de fundo a formação profissional no contexto de mudanças no mundo do trabalho e da precarização do ensino superior, além do cotidiano profissional dos assistentes sociais supervisores de campo inseridos na realidade social perpassada pelas várias manifestações da questão social, as quais se materializam, muitas vezes, em relações de trabalho precarizadas, tais como a terceirização, a subcontratação, o baixo padrão salarial, a sobrecarga de trabalho, entre outras. Aliás, ressalta-se a carência de pesquisas nessa área, precipuamente na realidade do Piauí e em sua capital, Teresina.

Nessa conjuntura, o estudo integrou uma pesquisa que tem relevância científica, pois o tema *supervisão de estágio* vem ganhando repercussão no seio da profissão e no meio acadêmico, contribuindo para a construção de conhecimentos e estratégias capazes de subsidiar o trabalho dos supervisores de campo e supervisores docentes, por intermédio do conhecimento da realidade experienciada pelos profissionais.

O debate contemporâneo sobre o estágio não pode ignorar as demandas do mercado de trabalho, mas sintonizar as diligências atreladas à profissão, atentando para as transformações inseridas no mundo do trabalho, já que o estágio é um espaço privilegiado de intersecção entre formação e exercício profissional.

Esse foi o contexto no qual se buscou desenvolver este estudo, cujo objeto é a supervisão de estágio enquanto processo de trabalho do assistente social. O pressuposto central é que a supervisão de estágio é uma atribuição privativa do assistente social, devendo ser desenvolvida sob os requisitos previstos nas legislações específicas referentes ao tema supervisão, até porque é parte integrante e essencial na formação desse profissional.

Diante do exposto, questionou-se: *o assistente social tem realizado a supervisão de estágio obrigatório enquanto processo de trabalho, tendo em vista as Diretrizes Curriculares no contexto de mudanças no mundo do trabalho e de precarização do ensino superior no HUT e no HU?*

Com vistas a encontrar respostas ao problema da pesquisa, buscou-se aprofundar a discussão sobre a supervisão enquanto elemento constituinte do processo de trabalho do assistente social. A escolha se justifica por ser uma temática pertinente ao contexto de formação e trabalho desse profissional, ainda mais em tempos de precarização das relações de trabalho e do ensino superior, fatores que repercutem na qualidade da formação profissional e nas condições de trabalho da área de Serviço Social.

O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência da autora deste estudo enquanto supervisora de campo, de 2012 a 2014, no Hospital de Urgência de Teresina (HUT) e no Hospital Universitário (HU/UFPI). Desde os primeiros contatos com outras supervisoras de campo e estagiários, vislumbrou-se a complexidade e a magnitude das relações entre eles, pois, ao longo de três anos, foram experimentados momentos que promoveram muitas inquietações e angústias durante o processo de supervisão de estagiários nas instituições onde o trabalho era desenvolvido.

Essa experiência permitiu depreender que, embora a supervisão de estágio seja uma atividade inerente ao exercício profissional, nem sempre a categoria percebe a sua imprescindibilidade. Assim, entre as questões que prejudicavam a formação profissional, identificaram-se: supervisores de campo “desinteressados”, “desinformados”; não aceitação e/ou compreensão por parte dos assistentes sociais de que a supervisão faz parte de seu trabalho, ou seja, que não é um “sobretalho”; falta de planejamento dos profissionais ao realizar a supervisão; recusa de alguns profissionais em aceitar supervisionar os estagiários, provocando uma sobrecarga para os que se dispõem a fazê-lo.

Outro aspecto diz respeito à questão de o estágio ser considerado um trabalho onde aos estagiários são atribuídas tarefas burocráticas que não correspondem à ação profissional do assistente social. Acredita-se que essas considerações são justificativas suficientes e plausíveis para realização do presente estudo.

Quanto à relevância social, espera-se que o estudo favoreça uma reflexão entre os sujeitos envolvidos quanto ao processo de trabalho, a partir do desvendar a realidade em que se realiza a supervisão de estágio e que possibilite também a construção de um conhecimento para melhor embasar o processo do exercício profissional, enfatizando a análise da realidade, a necessidade de apoio teórico e uma avaliação do processo de supervisão que vem sendo desenvolvido pelas supervisoras de campo. Ainda é possível destacar a relevância pessoal, pois buscou-se responder a algumas indagações que surgiram no dia a dia do fazer profissional da pesquisadora, a partir da procura por uma atuação mais competente enquanto supervisora de campo.

Esmiuçar a supervisão de estágio como elemento constituinte do processo de trabalho do assistente social ensejou pensá-la como parte de um processo sujeito às condições concretas em que o labor do assistente social supervisor de campo se realiza, averiguando as diferentes dimensões de seu processo de trabalho bem como os impactos sociais, tendo em consideração as vicissitudes e redefinições do trabalho nos espaços sócio-ocupacionais em que atua hodiernamente.

É nesse cenário que a supervisão de estágio está inserida, muitas vezes permeada por múltiplos entraves à sua materialização, como, por exemplo: a falta de “disponibilidade/interesse” dos assistentes sociais em supervisionar, os quais justificam que não recebem pelo trabalho de supervisão; o desinteresse das instituições que não oferecem condições mínimas para garantir a permanência dos estagiários; a fragilidade de articulação entre unidades de ensino e unidades campo de estágio; e a precarização das relações de trabalho presentes nas instituições empregadoras.

No sentido de esclarecer o objeto e a questão central que impulsionaram a realização deste estudo, delimitaram-se as seguintes questões norteadoras:

- 1 Quais as expressões da questão social existentes no processo de supervisão de estágio em Serviço Social, particularmente as que são influenciadas pelas vicissitudes do mundo do trabalho e pela precarização do ensino superior?
- 2 Como ocorre o processo de trabalho de supervisão de estágio no contexto das instituições estudadas, destacando o conjunto de atos, movimentos, práticas, instrumentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos adotados pelo profissional?
- 3 Quais são as respostas às expressões da questão social existentes no cotidiano do estágio supervisionado?
- 4 Que direções, rumos e finalidades estão presentes no processo de supervisão de estágio, considerando as Diretrizes Curriculares e as respostas às expressões da questão social?
- 5 Quais os limites e as possibilidades encontrados no exercício da supervisão de estágio que repercutem na formação dos discentes, considerando as Diretrizes Curriculares, as mudanças no mundo do trabalho e a precarização do ensino superior?

Nesse ensejo, estabeleceu-se como principal hipótese a de que as transformações no mundo do trabalho têm impactado o ofício do assistente social nos mais diversos espaços institucionais em que o exerce, tendo em vista a conjuntura de precárias condições de trabalho e perdas de direitos a que categoria está submetida, além da precarização do ensino superior.

Vale ressaltar que a execução do estudo considerou as circunstâncias de precarização da educação e do trabalho profissional nas quais se inserem a supervisão de estágio e a de campo, pois não poderia ser empreendido sem se atinar para a análise de conjuntura e dinâmica da relação da profissão com o mundo do trabalho, sendo necessário, portanto, uma análise sob a perspectiva da totalidade.

O estudo foi efetivado no município de Teresina e teve como campo empírico o HU/UFPI e o HUT, tendo como sujeitos da pesquisa 06 assistentes sociais supervisoras de campo que acompanharam estagiários no período de 2015 a 2017, de modo a analisar a supervisão de estágio que o profissional de Serviço Social realizou nesses espaços sócio-ocupacionais, na esfera do seu processo de trabalho.

Importa mencionar que a escolha desses hospitais se deu em virtude de serem campos de estágio do Curso de Serviço Social e pela notoriedade que imprimem para a saúde pública do Estado do Piauí, oferecendo serviços de média e alta complexidade em diferentes especialidades. Ademais, a saúde tem sido historicamente campo de atuação dos assistentes sociais e espaço fértil para a manifestação de várias expressões da questão social.

Diante disso, determinou-se como objetivo geral da pesquisa analisar a supervisão de estágio obrigatório como processo de trabalho do assistente social nas instituições HU/UFPI e HUT, no período de 2015 a 2017, levando em consideração as Diretrizes Curriculares, o contexto de mudanças no mundo do trabalho e a precarização do ensino superior. Como objetivos específicos, estipularam-se: identificar as expressões da questão social presentes no processo de supervisão de estágio em Serviço Social, especialmente aquelas que recebem influência das mudanças no mundo do trabalho e da precarização do ensino superior; descrever como ocorre o processo de trabalho de supervisão de estágio no contexto das instituições esquadrihadas, enfatizando o conjunto de atos, movimentos, práticas, instrumentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos utilizados pelo supervisor de campo; identificar as respostas às expressões da questão social existentes no cotidiano do estágio supervisionado; apreender as direções, os rumos e as finalidades evidentes no processo de supervisão de estágio, considerando as Diretrizes Curriculares e as respostas às expressões da questão social; identificar os limites e as possibilidades encontrados no exercício da supervisão de estágio que repercutem na formação dos discentes, considerando as Diretrizes Curriculares, as mudanças no mundo do trabalho e a precarização do ensino superior.

O percurso teórico metodológico deste estudo partiu do pressuposto de que o conhecimento não é absoluto, pronto e acabado, mas nasce da necessidade de o homem problematizar suas inquietações a partir do conhecimento da realidade social. Trata-se de um fenômeno complexo que requer múltiplas mediações e aproximações, pois o conhecimento é um processo histórico e dinâmico e demanda do pesquisador um esforço teórico capaz de sintetizá-lo em suas múltiplas determinações e provisoriades, a fim de alcançar respostas aos seus questionamentos. Isso porque

[...] o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade (LUKÁCS, 1978, p. 5 apud BARROCO, 2008, p. 16).

A problematização da supervisão de campo em Serviço Social, reputada como processo de trabalho do assistente social, deu-se a partir de seu cotidiano laboral. Por conseguinte, a abordagem metodológica adotada foi a qualitativa que, de acordo com Minayo (2006), responde a questões muito particulares, ocupando-se, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, pois trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um universo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem ou pensam [...] (MINAYO, 2006, p. 57).

Corroborando a supracitada autora, infere-se que abordagens qualitativas se conformam melhor com investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados; com histórias sociais sob a ótica dos atores; com relações; e com as análises de discursos. Outrossim, desvelam processos sociais ainda pouco conhecidos, referentes a grupos particulares, caracterizando-se pela empiria e sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo.

Assim, a pesquisa de campo foi realizada no HU/UFPI e no HUT. Para a escolha dos sujeitos da pesquisa, adotou-se como critério o fato de esses assistentes sociais terem sido supervisores de campo do Curso de Serviço Social no período de 2015 a 2017, independentemente de serem de IES públicas ou privadas.

Cumpriu-se a investigação mediante pesquisa documental, revisão bibliográfica e de campo. A revisão bibliográfica foi desempenhada com base em material constituído principalmente de livros e artigos científicos que abordam as categorias: estágio supervisionado, trabalho, processo de trabalho e reestruturação produtiva, e privatização do ensino superior.

A pesquisa documental processou-se a partir do estudo de documentos institucionais, a saber: análise institucional, projetos de intervenção, livro de registros do setor de Serviço Social

das instituições examinadas, a fim de identificar como os supervisores de campo têm desenvolvido a supervisão de estágio obrigatório.

Por sua vez, a pesquisa de campo ocorreu por intermédio de visitas institucionais previamente agendadas com as profissionais, visando ao aprofundamento das questões propostas pela pesquisa e o contato entre os componentes do fenômeno em estudo, pois a construção do conhecimento implica a interação entre a pesquisadora e os diferentes sujeitos envolvidos (GIL, 2010).

Como instrumentos e técnicas de coleta de dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas – que pressupõem perguntas previamente formuladas –, realizadas com as seis supervisoras de campo (três do HU/UFPI e três do HUT), sendo previamente agendadas e realizadas em local definido pelas assistentes sociais que aceitaram participar do estudo. A técnica da entrevista foi conduzida pela pesquisadora, que utilizou gravador para registro das respostas mediante autorização das entrevistadas.

Após o aceite para participar da pesquisa, foram agendadas data e hora com as assistentes sociais, de acordo com a disponibilidade de cada uma, elucidando que as entrevistas aconteceriam no próprio local de trabalho de cada uma. As entrevistas aconteceram no mês de maio de 2018, sendo assinado em duas vias o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelas supervisoras.

Para a análise dos dados obtidos, o método analítico proposto foi o crítico dialético de Marx, pois a dialética se refere a um método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação. Ela é, portanto, a estratégia de apreensão e compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade, de realização da crítica das ideologias e das tentativas de articulação entre o sujeito e objeto, ambos históricos (MINAYO, 2006).

Dessa forma, a interpretação e análise dos dados contemplou as seguintes etapas: ordenação e sistematização dos dados, com a transcrição das entrevistas e sistematização das leituras de documentos institucionais, assim como das observações realizadas na pesquisa de campo; análise dos dados, a partir de categorias analíticas e conceituais, como trabalho, supervisão de estágio, transformações no mundo do trabalho, precarização do ensino superior e outras que emergiram no decorrer da pesquisa; análise final, tomando por base o referencial teórico-metodológico, articulando-o com a fala das participantes da pesquisa.

Em referência aos aspectos éticos, foram respeitadas todas as exigências previstas na Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos. Na sequência, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética

em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal, obedecendo a todos os requisitos legais e éticos exigidos pelas instituições onde foi consumada a pesquisa.

Isso posto, compõe-se esta dissertação de cinco capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. A introdução expõe o interesse de sua autora pelo tema, o percurso metodológico, o problema de pesquisa, as questões norteadoras e os objetivos que motivaram o seu cumprimento.

No capítulo 2, intitulado *Supervisão de estágio: desafios para a formação e o trabalho profissional*, abordou-se a reforma na educação superior e os impactos para o Serviço Social na contemporaneidade, ante a precarização do estudo nesse nível de ensino via privatização e o seu reatamento na formação profissional e no mercado de trabalho do assistente social, além da repercussão disso para o estágio e a supervisão em Serviço Social. Ademais, realizou-se uma discussão acerca do estágio supervisionado e da supervisão com ênfase nas mudanças de concepção ao longo da trajetória da profissão, além dos aspectos legais inerentes a esse trabalho, no contexto das Diretrizes Curriculares de 1996, frisando a sua contribuição no processo de formação do assistente social.

No capítulo 3, *Trabalho e processo de trabalho do assistente social*, discutiu-se sobre a atuação profissional do assistente social, por intermédio de uma breve análise da categoria *trabalho* enquanto elemento fundante do ser social, cuja formação decorre da ação do homem sobre a natureza com vistas à satisfação de suas necessidades.

No capítulo 4, *O processo de trabalho das supervisoras de campo do HU/UFPI e HUT: limites e possibilidades*, realizou-se a interlocução com a fala dos sujeitos da pesquisa, além de se traçar o perfil destes, com ênfase em aspectos, como: instituição, ano de formação, titulação; vínculo empregatício, capacitação para a supervisão de campo.

Finalmente, na última seção, apresentaram-se as considerações finais, tendo por base o estudo realizado, de acordo com a contribuição dos sujeitos da pesquisa e os resultados obtidos.

2 SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL

A supervisão de estágio e o estágio curricular obrigatório são elementos indissociáveis e essenciais para a formação profissional de assistentes sociais. Por isso, visando a uma compreensão mais acurada sobre esse processo na atualidade, faz-se necessário discutir a reforma na educação superior sob a lógica neoliberal, a partir de um processo de privatização da educação que repercutiu na precarização do ensino público e de qualidade. O intuito é demonstrar as consequências desse fenômeno para a formação de assistentes sociais e como isso impacta o estágio e a supervisão no contexto da formação profissional, tendo as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social como suporte.

2.1 REFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS IMPACTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

O tema *supervisão de estágio* instiga a reflexão sobre o lugar ocupado por ela na formação de assistentes sociais, mormente em um contexto de profundas mudanças no ensino superior. Por esse ângulo, refletir sobre as exigências e os desafios contemporâneos para a formação profissional demanda, necessariamente, contextualizá-los em relação aos processos que vêm transformando a educação superior em mercadoria.

Consoante Lewgoy (2010), o Brasil tem um dos mais acelerados processos de privatização do ensino superior do mundo, o que resulta em instituições com os mais variados níveis. Desse modo, a análise do processo de reforma do ensino superior não pode ser descontextualizada da atual conjuntura de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de trabalho e da reestruturação do Estado.

Para um entendimento sobre os principais traços, as marcas das políticas e mudanças que atingem a educação superior no Brasil devem ser apreendidas como um processo global, a fim de concebê-la em sua crise presente, sob as estratégias e ações oficiais de sua reforma, bem como as novas configurações que vem assumindo como resposta às necessidades históricas e ideológicas do capital. Vale lembrar que essa reforma não é exclusiva do Brasil, faz parte de um projeto de reestruturação do Estado e da educação que abrange a maioria dos países na atualidade, como ratificado por Silva Jr. e Sguissardi (2001, p. 25), para quem

a crise e a reestruturação do Estado e da educação superior não são fenômenos exclusivos do Brasil, nem apenas de países do Terceiro Mundo ou da América

Latina, mas uma realidade presente e comum à maioria dos países de todas as dimensões, graus de desenvolvimento e latitudes. Trata-se de fenômenos que acompanham as transformações da base econômica dos diferentes países [...].

No Brasil, testemunha-se um quadro de privatização do ensino superior, nomeado de mercadorização. Koike (2009) declarou que, no fim dos anos 1990, a educação superior despontou como um dos campos mais promissores ao lucro. No Brasil, a movimentação financeira, nesse nível de ensino, foi de 45 bilhões de reais em 2003.

Esse processo de reforma do ensino superior começou a ser percebido em 1990, quando os Presidentes da República eleitos iniciaram a implantação de políticas presentes em orientações de organismos multilaterais e elaboradas após a crise do *Estado de Bem-Estar Social*¹ europeu. Na esfera da economia, foram instauradas reformas privatizando empresas estatais, congelando salários, protegendo o sistema financeiro e abrindo o mercado nacional para produtos estrangeiros. No ensino superior, propagou-se a ideia em favor do eficientismo, da competição entre as instituições, da concretização de um modelo de gerenciamento

¹ De acordo com Draibe (1989), o *Estado de Bem-Estar* é uma forma particular de regulação social que se expressa por meio da transformação das relações entre o Estado e a economia, o Estado e a sociedade. Não existe um padrão único de Welfare State, em alguns, apresentam características mais universalizantes e, em outros, mais privatistas. De acordo com Anderson (1991) há o *welfare state* “liberal”, no qual predomina a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de Previdência Social. Os benefícios atingem principalmente uma clientela de baixa renda, em geral da classe trabalhadora ou dependentes do Estado. As regras para habilitação aos benefícios são, portanto, estritas e muitas vezes associadas ao estigma; já os benefícios são tipicamente modestos. O Estado encoraja o mercado, tanto passiva – ao garantir apenas o mínimo –, quanto ativamente – ao subsidiar esquemas privados de previdência. No caso dos *welfare states* conservadores e fortemente “corporativistas”, a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado nunca foi marcante e, por isso, a concessão de direitos sociais não chegou a ser uma questão seriamente controversa. O que predominava era a preservação das diferenças de *status*, onde os direitos estavam, portanto, ligados à classe e ao *status*. Esse corporativismo estava por baixo de um edifício estatal inteiramente pronto a substituir o mercado enquanto provedor de benefícios sociais, daí porque a previdência privada e os benefícios ocupacionais extras desempenham realmente um papel secundário. De outra parte, a ênfase estatal na manutenção das diferenças de *status* significa que seu impacto, em termos de redistribuição, é desprezível. Contudo, os regimes corporativistas são igualmente moldados de forma típica pela Igreja e, por isso, muito comprometidos com a preservação da família tradicional. A Previdência Social exclui tipicamente as esposas que não trabalham fora, e os benefícios destinados à família encorajam a maternidade. Creches e outros serviços semelhantes, prestados à família, são claramente subdesenvolvidos, onde o princípio de “subsidiaridade” serve para enfatizar que o Estado só interfere quando a capacidade de a família servir aos seus membros se exaure, no regime “social-democrata”, pois a social-democracia foi claramente a força dominante por trás da reforma social. Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e mercado, entre a classe trabalhadora e a média, os social-democratas buscaram um *welfare state* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. Isso implicava, em primeiro lugar, que os serviços e benefícios fossem elevados a níveis compatíveis até mesmo com o gasto mais refinado das novas classes médias; e, em segundo lugar, que a igualdade fosse concedida garantindo aos trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos mais ricos. O modelo é uma fusão peculiar de liberalismo e socialismo. O resultado é um *welfare state* que garante transferências diretamente aos filhos e assume responsabilidade direta pelo cuidado com as crianças, os velhos e os desvalidos. Por conseguinte, assume uma pesada carga de serviço social, não só para atender às necessidades familiares, mas também para permitir às mulheres escolherem o trabalho em vez das prendas domésticas.

administrativo/acadêmico que segue o paradigma de empresas privadas e da procura de fontes alternativas de financiamento junto ao mercado (AMARAL, 2003).

Assim, os organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), cuja visão é extremamente financista, passaram a pronunciar-se sobre pontos da reforma do ensino superior, quais sejam: o aumento de recursos para o ensino superior (não necessariamente para as universidades públicas), a aplicação de recursos públicos nas instituições privadas, as reformas no financiamento, a cobrança de mensalidades nas instituições públicas (AMARAL, 2003).

Essas referências fizeram com que, em muitos países, emergissem mudanças no financiamento e na gestão do ensino superior, seguindo diretrizes semelhantes entre si, caracterizando-se por grande expansão e diversificação das instituições, “pela compressão dos recursos fiscais disponíveis para o desenvolvimento das atividades institucionais, pela ida ao mercado à procura de recursos financeiros extraorçamentários, e pelas exigências de maior eficiência, qualidade e responsabilidade” (AMARAL, 2003, p. 26).

No Brasil, as mudanças no ensino superior foram amplamente verificadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que teve dois mandatos consecutivos (1995-1998 e 1999-2002) e criou o documento *A política para as Instituições Federais de Ensino Superior*² (BRASIL, 1995), elencando os pontos essenciais da política a ser implantada, os quais, direta ou indiretamente, relacionavam-se com o financiamento das IES.

² Com a posse de novo governo, em 1995, tendo à frente o ex-Senador Fernando Henrique Cardoso, foi apresentado o documento *A política para as Instituições Federais de Ensino Superior* (BRASIL, 1995), abrangendo pontos reputados como “essenciais da política a ser implantada”: 1) promover a plena autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades federais, preservando sua condição atual de entidades de direito público; 2) a autonomia de gestão administrativa deverá incluir o poder de cada universidade decidir autonomamente sobre sua política de pessoal, incluindo contratações e remunerações, observando parâmetros mínimos comuns de carreira docente e de pessoal técnico-administrativo; 3) o governo federal definirá a cada ano um orçamento global para cada universidade, que será repassado em duodécimos e administrado autonomamente por cada uma delas; 4) o governo federal manterá pelo menos nos níveis reais atuais o gasto anual com as universidades e demais IES; 5) O ministério da Educação, ouvidos os Reitores das Universidades Federais, fixará os critérios para a distribuição dos recursos entre as instituições, levando em consideração a avaliação de seu desempenho, buscando estimular o aumento da eficiência na aplicação dos recursos públicos e a ampliação do atendimento à população; 6) as universidades serão estimuladas a buscar fontes adicionais de recursos junto a outras esferas do poder público e à iniciativa privada para ampliar o atendimento a outras demandas sociais que não o ensino; 7) nas instituições públicas federais, os cursos de graduação, mestrado e doutorado serão gratuitos; 8) os hospitais de ensino serão subordinados academicamente às universidades, mas gozarão de autonomia administrativa com gestão profissional. Nesse ensejo, as instituições deveriam decidir sobre pessoal – contratações e remunerações; os orçamentos seriam globais, ou seja, os recursos poderiam ser transferidos de pessoal para manutenção e investimentos e vice-versa; não haveria aumento dos recursos financeiros do Fundo de Participação Federal (FPF) para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); os recursos seriam distribuídos utilizando-se critérios que buscassem a eficiência e ampliação de atividades; as instituições deveriam procurar fontes adicionais ao FPF; os cursos de especialização e extensão deixariam de ser gratuitos e os hospitais de ensino seriam, administrativamente, separados das instituições (AMARAL, 2008).

Nessa perspectiva, vale rememorar que a garantia de autonomia da gestão financeira, isto é, o financiamento das atividades do meio universitário, é indubitável para as definições de suas políticas de ensino, pesquisa e interação com a sociedade, tal como para o desenvolvimento do país, em relação aos demais.

Corroborando essa assertiva, Amaral (2003, p. 29) asseverou que

com a mundialização do capital e a rapidez do aparecimento/desenvolvimento de novas tecnologias, as políticas de ensino superior e de ciência e tecnologia passam a desempenhar, nos dias atuais, o mesmo papel da educação primária no século XIX. Agora, a inexistência de apropriadas políticas de ensino superior [...] pode significar a submissão de um país frente a outro [...].

Por isso, apreende-se que é imperativo investir mais recursos no ensino superior, particularmente nas instituições públicas, pois, nesse contexto de globalização, a educação ainda é uma estratégia eficaz para diminuir as desigualdades entre os países e entre as pessoas.

Dando continuidade a esse processo de reforma, no governo Lula (2003-2010), observou-se a expansão da oferta da educação superior e implementação de Medidas Provisórias, Projetos de Lei e Decretos que viabilizaram o aumento do número de matrículas nesse nível de ensino em IES públicas, mantendo o crescimento nas instituições privadas, como ilustrado no Censo Educacional de 2008, segundo o qual o número de IES (públicas e privadas) somava 2.251, das quais, 2.016 eram privadas, representando 89,6% do total, e 235 eram públicas, indicando apenas 10,4%. Já no governo Dilma, o Censo de Educação Superior de 2013 revelou que, de 2012 a 2013, o número de matrículas nas IES privadas (presencial e a distância) totalizou 5.373.450 (AGAPITO, 2016).

Para Mancebo et al. (2015), comprovou-se a expansão do ensino superior no Brasil entre 1995 e 2010, dado o crescimento, no número total de matrículas, da ordem de 262,52%. Não obstante, a maior expansão ocorreu em instituições privadas, que cresceram cerca de 347,15%, enquanto a rede pública, 134,58%.

No início do primeiro mandato de FHC, em 1995, registrava-se a oferta de 39,8% das matrículas na educação superior em instituições públicas e 69,2%, nas privadas. Em 2010, no final do segundo governo do presidente Lula da Silva, o crescimento da rede privada permaneceu como tendência, e o número de matrículas chegou a 25,8%, nas IES públicas, e a 74,2%, nas privadas (MANCEBO et al., 2015).

No Piauí, essa realidade não é diferente, mormente quanto à expansão de IES na modalidade a distância. Dados publicados pelo Jornal Meio Norte, em 16 de julho de 2017, revelaram que, no Piauí, havia 96.251 estudantes matriculados em 40 faculdades e universidades nos 224 municípios. Os cursos na modalidade a distância tiveram aumento no

número de estudantes de 131% entre 2009 e 2014, na rede privada, houve um crescimento de 43% nas matrículas, atingindo a marca de 6,8 mil matriculados em 2014 (PIAÚÍ ALCANÇA ..., 2017).

Por outro lado, a assessoria econômica do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP) testemunhou que havia uma tendência de redução das matrículas em 2015, ainda mais nas instituições privadas, o que pode ter ocorrido como consequência da diminuição dos contratos com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa mantido pelo governo federal, e, em 2016, por conta da crise econômica vigente (SEMESP, 2015).

Já no Censo da Educação Superior de 2016, de um total de 2.407 IES no país, 2.111 são privadas, representando 87,7% do total, e 296 públicas, significando 12,30% do total (BRASIL, 2016). Esses índices permitem visualizar a permanência da expansão do ensino superior por intermédio do setor privado, além de demonstrar como a política de educação superior permanece fortalecendo a lógica mercantil. Sobre a modalidade de ensino, o Censo 2016 evidenciou que o EAD continua crescendo, pois sua participação em 2006 correspondia a 4,2% do total de matrículas realizadas em cursos de graduação, chegando a 18,6%, no ano de 2016.

Tais dados ratificam o cenário de mercantilização na educação superior, iniciado na década de 1990 e perdurando nos anos subsequentes com forte tendência à privatização, cuja expansão está em consonância com o conjunto de estratégias da reforma do Estado (ou reestruturação do Estado), apreendida como um complexo de medidas orientadas pelos organismos multilaterais. Suas principais características são o ajuste fiscal e as reformas orientadas para o mercado, que seguem medidas sugeridas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial e estão elencadas no Consenso de Washington.

O Consenso de Washington foi originado a partir de um seminário realizado nessa cidade, de 14 a 16 de janeiro de 1993. Durante dois dias de debates, executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, junto com alguns acadêmicos, discutiram com representantes de onze países da Ásia, África e América Latina as circunstâncias mais favoráveis e as regras de ação que poderiam favorecer a obtenção de apoio político a fim de implementar programas de estabilização que passariam por três fases:

[...] a primeira, consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um *superávit* fiscal primário envolvendo, invariavelmente, a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de *reformas estruturais*: liberação financeira e comercial, desregulamentação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico (FIORI, 1994, p. 2).

Portanto, as premissas básicas previstas no Consenso de Washington podem ser sintetizadas dessa forma: equilíbrio orçamentário, mediante redução de gastos públicos; abertura comercial, pela redução de tarifas de importações e eliminação de barreiras não-tarifárias; liberalização financeira, por meio de reformulação de normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; desregulamentação dos mercados internos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos; privatização das empresas e dos **serviços públicos** (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001, grifo nosso).

Para Amaral (2003), é nas teses veiculadas pelos organismos multilaterais, no caso brasileiro, que as ações oficiais do governo buscam força, com o propósito de desonerar o Estado da manutenção e ampliação do setor público federal de educação superior. Assim, tomando-se por base as premissas neoliberais, defende-se que o ensino superior deve ser apreciado como um bem ou uma semimercadoria de interesse individual privado, e não público, e que o retorno social dos investimentos nele seriam poucos significativos em relação aos destinados à educação básica.

Nessa conjuntura, a ideologia neoliberal sustenta a necessidade de diminuir o Estado a partir de um processo de ajuste fiscal, privatização e corte na área social. Todavia, essa não intervenção do Estado é quase impossível de acontecer, como aduzido por Netto e Braz (2012), porque o capitalismo não pode funcionar sem a mediação do Estado e, por isso, o grande capital continua demandando essa intercessão. Na verdade, o que vem ocorrendo é um gigantesco processo de contrarreforma do Estado, reservado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais, como supracitado pelos referidos autores.

É claro [...] que o objetivo real do capitalismo monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO; BRAZ, 2012, p. 239).

Diante desse cenário, o neoliberalismo tem como uma de suas principais particularidades a redução do tamanho do Estado, especialmente no que se refere aos serviços sociais públicos estatais ofertados à população. Outrossim, esse processo de contrarreforma do Estado vem repercutindo nas relações trabalhistas, ocasionando a desregulamentação, precarização das relações de trabalho e perda de direitos, como aludido por Antunes (2002, p. 30):

algumas dessas repercussões no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em praticamente todas as partes do mundo

onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha [...].

É nessa idiossincrasia que as medidas de austeridade aplicadas aos países de capitalismo central e periférico, a partir de uma visão neoliberal de enfrentamento à crise do estado de bem-estar, vêm atender aos ditames das políticas macroeconômicas com vistas à reforma do Estado e reestruturação do modo de produção capitalista.

No período em estudo (1989-2002) foram implantadas no Brasil, pelos Poderes Executivos e Legislativos, as políticas definidas após a crise do Estado de Bem-Estar Social europeu: os países deveriam funcionar com uma presença menor do Estado nas relações econômicas - bastando o próprio mercado para coordenar os processos da economia-, [...] seria necessário promover uma completa privatização de diversos setores públicos, com objetivo de alcançar uma disciplina fiscal e redução dos gastos dos governos (AMARAL, 2003, p. 29).

No caso brasileiro, essas reformas aconteceram para garantir a entrada do país no processo de mundialização do capital, sob a ótica das ideias neoliberais. Entrementes, o processo de expansão do capital tende a reorganizar o espaço social da educação consoante a sua própria racionalidade, ou seja, a expressão desse processo na educação superior inclina-se a responder prioritariamente às demandas do mercado, assemelhando-se “a qualquer empresa capitalista” (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001, p. 80).

Na acepção de Pereira (2006), a abertura do ensino superior para a exploração privada insere-se na necessidade de o capital expandir mercados, perfazendo-se sob duas formas: liberalização dos serviços educacionais e expansão de instituições privadas superiores de ensino; e com o processo de privatização interno sofrido pelas instituições públicas, por intermédio de fundações de direito privado, cobranças de taxas e mensalidades, redução dos trabalhadores em educação, com a não-abertura de concursos públicos, o corte de verbas para infraestrutura. A autora atentou para o fato de que esse duplo movimento está presente nas orientações dos organismos multilaterais, maiormente do Banco Mundial, para a reforma da educação na América Latina, Ásia e Caribe.

Na realidade nacional, essa estratégia adotada pelo capitalismo incidiu mais fortemente sobre o ensino superior, especificamente o público federal, no início do governo FHC. Nesse período, não houve a privatização direta das instituições federais de educação superior, mas ela foi provocada pela diminuição de recursos próprios, o que levou as instituições de ensino a se dirigirem ao mercado à procura de fontes alternativas de financiamento, por meio da prestação de serviços, como a realização de cursos de especialização, consultorias, assessorias, cobranças de taxas, entre outros (AMARAL, 2003).

Portanto, depreende-se que as políticas de educação superior adotadas no país têm como pano de fundo as normas de organismos multilaterais, a exemplo do FMI e BM, tendo como justificativa a busca de um equilíbrio orçamentário mediante a redução de gastos públicos em áreas estratégicas das políticas sociais, com destaque para a abertura comercial, a liberalização financeira, a desregulamentação dos mercados e das relações trabalhistas. No entanto, nesse nível de ensino, verifica-se a diminuição de investimentos estatais nas universidades públicas.

Assim, a contrarreforma do ensino superior aconteceu simultaneamente à reforma do Estado, que passou a cumprir novas tarefas com a execução de políticas de cunho neoliberal, cujo entendimento delega ao Estado a responsabilidade por um setor público sem eficiência e sem eficácia, contrastando com o setor privado, altamente “eficiente e qualificado” (MONTE et al., 2015, p. 247).

No parecer de Sguissardi (2009), o debate envolvendo a questão do ensino superior público (bem coletivo) ou como bem privado (individual) parece ser bastante recente. O certo é que essa discussão deve ser estimulada, pois o que está em jogo é a identidade universitária; e, no caso do Brasil, presencia-se a multiplicação de IES privadas, com fins lucrativos. Por outro lado, nota-se que não há um “interesse” por parte dessas instituições com a qualificação e realização de pesquisas, como relatado a seguir:

as matrículas em instituições privadas já beiram os 80%, com evidente potencial de crescimento. Em contrapartida, mais de 90% da pesquisa produzida no país [...] mais de 80% dos mestres e 90% dos doutores titulados são fruto do investimento público e da atividade científico-acadêmica das universidades públicas (federais e estaduais, entre estas se destacando as estaduais paulistas [...]) (SGUISSARDI, 2009, p. 163).

Portanto, é notório que, desde a década de 1990, a política educacional brasileira canalizada para o nível superior de ensino encontra-se em expansão, explicitamente direcionada via setor privado. No âmbito do Serviço Social, viu-se igualmente a partir dos anos 1990, a multiplicação de cursos por todo o país, acompanhando o processo mais amplo do ensino superior. Contudo, a partir de 2003 “[...] assistimos à galopante criação de cursos de Serviço Social no Brasil: cerca de 60% deles foram criados a partir do período em questão” (PEREIRA, 2008, p. 152).

Essa expansão do ensino superior, via setor privado, traz impacto, inclusive, para a formação de assistentes sociais no país. Destarte, os órgãos de defesa da categoria, como o CFESS (2015), órgão que orienta, disciplina, normatiza, fiscaliza e defende o exercício profissional do assistente social no país, têm demonstrado grande preocupação, devido à disseminação do ensino superior a distância, pois essa modalidade de ensino, na graduação,

fere a formação em diversas áreas e níveis, por configurar uma educação aligeirada que não considera as reais necessidades do aluno.

Nessa via, o CFESS posiciona-se contra essa modalidade, tendo em vista o perfil de profissional que se pretende formar, pois

[...] no setor privado – tanto na modalidade presencial quanto na EAD – as condições de trabalho e formação dos docentes são precárias traduzem o impacto da lógica capitalista no processo formativo: de precarização e empobrecimento intelectual, com (quase) ausência de pesquisa, extensão e condições efetivas aos docentes para atuarem com a devida qualidade. O EAD vem acentuar debilidades históricas presentes no ensino superior privado e, no Serviço Social, representa um desafio ainda maior para o processo formativo, quando se torna o 3º maior curso em matrículas EAD do país (INEP/MEC, 2010 apud PEREIRA, 2016, p. 43).

Contribuindo com essa discussão, Silva e Rabelo (2017) reiteram que o EAD, no Brasil, surgiu em meio ao expressivo processo de ampliação e mercantilização do ensino superior iniciado nos governos FHC (1995-1998 e 1999-2002) e corroborado no decorrer das gestões petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016).

Consistiu em uma resposta à grande crise capitalista de 1970 e ao reordenamento neoliberal do Estado, conduzido pelos organismos internacionais (FMI e BM) e refletido na periferia do capitalismo, em uma retração estatal para intervenções sociais e, conseqüentemente, para o intenso processo de privatização das políticas sociais, com destaque para a educação, especificamente a de nível superior.

O contexto atual de expansão do ensino superior, por intermédio da privatização e precarização, nomeadamente nos Cursos de Serviço Social, modalidade a distância, necessita de uma reflexão por parte da categoria, ainda mais no que se refere à qualidade dessa formação profissional e aos seus possíveis impactos para os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.

As instituições que ofertam o ensino superior na modalidade a distância defendem que esse tipo de ensino democratiza o acesso à educação superior às pessoas que não têm condições financeiras de pagar uma universidade presencial. Entretanto, essa expansão deve ser acompanhada de uma formação de qualidade que possibilite a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades necessários à formação profissional, como ressaltado por Monte et al. (2015, p. 250):

[...] ocorre uma expansão da acessibilidade de forma superficial e enganosa, que mascara o baixo nível de escolarização de nosso país e a precarização do

acesso a uma educação de qualidade, escancarando os interesses mercantis e não educacionais [...].

No âmbito do Serviço Social, essa modalidade de ensino iniciou-se no governo Lula, mas não se sabe quais são as suas repercussões no âmbito do trabalho docente, na qualidade da formação, no perfil de profissional formado. De acordo com Pereira (2009), os cursos na área de Serviço Social, na modalidade EAD, foram autorizados em 2004 e seu funcionamento efetivado a partir de 2006.

No país, há um grande número de vagas ofertadas nos cursos de Serviço Social nessa modalidade de ensino. O CFESS chama atenção para as instituições de ensino quanto ao descumprimento das Diretrizes Curriculares determinadas pela ABEPSS, pois considera isso uma contradição ao direcionamento político da categoria acerca da educação enquanto direito universal e, principalmente, às possíveis implicações de uma formação precarizada para os usuários de seus serviços.

Nessa esteira, dos 328 cursos de Serviço Social existentes no Brasil, 80,8% pertencem às IES privadas, dos quais, 75,6% são presenciais e 5,2%, ofertados na modalidade EAD, conforme sinopse estatística da educação superior de 2013 (PEREIRA, 2016).

Do ponto de vista didático-pedagógico, o EAD reajusta completamente a formação, pois a figura do professor é substituída pela de um tutor e, além disso, é nula a vivência acadêmica do aluno, uma vez que sua formação se restringe ao ensino tutorial, não contemplando a pesquisa e a extensão. Esse cenário nos traz fortes inquietações quanto aos rumos da profissão, pois, cada vez mais, o mercado de trabalho absorverá profissionais com significativas precariedades em seu processo formativo (PEREIRA, 2016).

Convém aduzir que esse processo de privatização dos cursos de Serviço Social faz parte de um encadeamento bem mais amplo, diga-se global, traduzindo-se no Brasil particularmente ao longo da década de 1990, sendo monitorado pelos organismos internacionais, mediante a ciência, a adesão e o direcionamento da burguesia brasileira (PEREIRA, 2008).

Esses são alguns elementos presentes na realidade atual, atinentes à expansão e precarização dos Cursos de Serviço Social, os quais precisam ser aprofundados pela categoria profissional nos diferentes espaços de discussão. Importa lembrar que a formação profissional não se encerra com o curso, por ser um processo constante, sendo o estágio e a supervisão momentos privilegiados para o ensino e a aprendizagem profissional, cuja direção depende do projeto ético-político e pedagógico adotado pelas instituições de ensino.

Para alcançar esse objetivo, faz-se necessário atender ao convencionado pelas legislações específicas referentes ao estágio/supervisão, pois, quando esses dois processos não

acontecem em conformidade com as exigências legais, não se formam profissionais comprometidos com o projeto ético-político³ da categoria, capacitados para dar respostas às expressões da questão social, aptos a contribuir para a construção de uma conduta crítica, teórica e politicamente propositiva, mediante a adoção de estratégias de enfrentamento das demandas sugeridas para a categoria no cotidiano das instituições empregadoras.

De acordo com o CFESS (2015), o estágio supervisionado é, sem dúvida, e em que pesem os demais problemas, o nó górdio da EAD. O maior número de denúncias nos CRESS e na ABEPSS tem relação com esse componente curricular fundamental. Entre as principais irregularidades detectadas, sublinham-se:

não credenciamento dos campos de estágio junto ao CRESS conforme estabelece a Lei 8662/1993⁴; Número excessivo de estagiários por supervisor de campo, ferindo a Resolução CFESS 533/2008⁵, e excesso de alunos por supervisor acadêmico, além dos 15 alunos por turma, conforme orientação da PNE-ABEPSS. Pressão sofrida pelos assistentes sociais para abertura de campo de estágio (assédio aos profissionais); campos de estágio de serviço

³ De acordo com Netto (1999), a construção do projeto ético-político do Serviço Social iniciou-se na transição da década de 1970 para 1980. Esse período marcou um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, em que a categoria dos assistentes sociais denunciou e enfrentou o conservadorismo profissional. Nesse contexto, o projeto ético-político está vinculado a um projeto de transformação da sociedade, tendo em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, daí o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. O projeto ético-político vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/ dominação de classe, etnia e gênero, afirmando a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio aos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele posiciona-se a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e aos programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. O projeto declara-se radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. A ênfase é a formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. Em especial, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional se articular com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores (NETTO, 1999).

⁴ A Lei nº 8.662/93 dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

⁵ A Resolução CFESS 533/2008 regulamenta a supervisão direta de estágio do Serviço Social.

social em instituições que não estão em consonância com os artigos 4^{o6} e 5^{o7} da Lei 8662/1993; supervisão de campo que não tem vínculo de trabalho com a instituição, realizando trabalho voluntário, o que fere a Lei 11788/2008⁸ (CFESS, 2015, p. 24-25).

Essas situações são vivenciadas em todo o território nacional, daí porque é indispensável repensar a supervisão de estágio como um processo educativo essencial que ultrapassa um conjunto de informações/saberes articulado a um rol de disciplinas em determinado espaço de tempo e lugar. É importante vislumbrá-la de forma mais ampla enquanto processo em permanente construção e reconstrução, que se efetiva no cotidiano dos supervisores de campo, supervisores docentes e estagiários, e que se materializa no efetivo exercício e na capacidade crítica desse fazer profissional, a partir do conhecimento da realidade social na qual se estão inseridos o supervisor de campo e o estagiário.

Como exposto por Lewgoy (2010, p. 27),

⁶ De acordo com o artigo 4º da Lei 8662/93, constituem competências do assistente social: I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV – (Vetado); V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL,1993).

⁷ De acordo com o artigo 5º da Lei 8662/1993, constituem atribuições privativas do assistente social: I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III – assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V – assumir, no magistério de Serviço Social, tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI – **treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social**; VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais (Incluído pela Lei nº 12.317, de 2010) (BRASIL,1993, grifo nosso).

⁸ Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (BRASIL, 2008).

pensar a supervisão de estágio por meio de suas relações e processos é um, desafio, pois implica analisar dialeticamente o seu fazer pedagógico, o que inclui postura investigativa diante dos elementos novos que se apresentam à universidade nos aspectos referentes à formação. Isso possibilita a alunos e supervisores participarem do processo de objetivação e apropriação do conhecimento da realidade.

No contexto do estágio curricular obrigatório do Curso de Serviço Social, a supervisão articula exercício e formação, além de acompanhar as atividades práticas do aluno, estimulando nele a reflexão sobre o trabalho do assistente social. A finalidade é entender o seu agir profissional e transformar o que aprendeu em “posturas, produtos, serviços e informações”, a partir de um processo educativo que amplia as habilidades técnico-operacionais por intermédio da vivência no contexto organizacional e social e as alternativas de enfrentamento às expressões da questão social que emergem do cotidiano, uma vez que é nele que se constrói a supervisão (LEWGOY, 2010, p. 27).

Nos dizeres de Carvalho e Netto (1996, p. 14-25), esse cotidiano é permeado de complexidade, contraditoriedade e ambiguidade, porquanto

a vida cotidiana é também vista como um espaço onde o acaso, o inesperado, o prazer profundo de repente descoberto num dia qualquer, eleva os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma modificada. É um palco possível de insurreição, já que nele atravessam informações, buscas, trocas, que fermentam sua transformação [...] A vida cotidiana é heterogênea e também hierárquica. Isto é, a vida cotidiana é caracterizada por um conjunto de ações e relações heterogêneas que contêm em seu bojo uma certa hierarquia. Esta não é rígida nem imutável [...] ela se altera seja em função dos valores de uma época histórica, seja em função das particularidades e interesses de cada indivíduo e nas diferentes etapas de sua vida.

À vista disso, é em seu próprio cotidiano que os assistentes sociais se descortinam enquanto sujeitos singulares, ou seja, trabalhadores assalariados. Nesse viés, o estudo realizou-se tendo como principal desafio desvendar as expressões da questão social que permeiam o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais supervisores de campo que exercem suas funções no HU-UFPI e HUT. A base teórica para o estudo são os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que norteiam o processo de trabalho desse profissional, além das respostas, que se constituem nos produtos, frente às demandas atinentes à categoria, no contexto da supervisão de estágio.

A discussão sobre supervisão de estágio no contexto da precarização do ensino superior, via mercantilização da educação, é um tema de grande complexidade no campo do Serviço Social, pois traz impactos para a formação profissional, daí porque é necessário assimilar como essa concepção vem sendo construída no decorrer do desenvolvimento da profissão.

Inicialmente, sentiu-se necessidade de apresentar um breve histórico acerca do estágio supervisionado e da supervisão de estágio em Serviço Social, destacando as suas implicações para a formação dos assistentes sociais.

2.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O conceito de estágio sofreu mudanças ao longo do tempo, passando de simples atividade de acompanhamento prático para uma atividade curricular prática nos cursos ofertados pelas instituições educacionais. No Brasil, as mudanças relacionadas ao conceito de estágio foram acompanhadas pelas legislações educacionais.

Nessa perspectiva, o conceito de estágio supervisionado consolidou-se historicamente no Brasil vinculado ao conjunto das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, definidas no período de 1942 a 1946. Os estágios supervisionados constituíam uma etapa do processo de formação profissional, à época apreendido enquanto preparação para postos de trabalho, como recomendava a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (CORDÃO, 2003).

Na década de 1940, o estágio supervisionado representava oportunidade aos alunos de formação profissional para conhecerem *in loco* o que era repassado em classe nas escolas técnicas, ou seja, para manterem contato direto com o mundo do trabalho. Assim, o processo de industrialização desencadeado no país na década de 1930, incrementado a partir das décadas de 1940 e 1950, com o incentivo à política de substituição de importações, redundou em um completo reexame da educação brasileira.

Tal repensar alimentou calorosos debates, tanto no Congresso Nacional, quanto no conjunto da sociedade brasileira durante a segunda metade da década de quarenta e nas décadas de cinquenta e sessenta, resultando na remoção das barreiras existentes entre os cursos secundários e superiores de um lado, destinados à “formação das elites condutoras do País”, e de outro, os cursos profissionalizantes para “os filhos dos operários e os que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”. Essa barreira foi removida, em parte, a partir de 1953, com a Lei Federal nº 1.821/53, a chamada Lei da Equivalência de Estudos, e consolidada no início da década de sessenta com a nossa primeira LDB, a Lei Federal nº 4.024/61, aquela que o educador Anísio Teixeira classificou como “meia vitória, mas vitória” (CORDÃO, 2003, p. 7).

Para Colombo e Ballão (2014), o estágio escolar somente foi instituído nas faculdades e escolas técnicas no final da década de 1960 e, em 1967, sob a ditadura militar, o Ministério do Trabalho e Previdência Social sancionou a Portaria nº 1.002, que definiu a importância do estágio para o aperfeiçoamento do ensino, criando condições favoráveis ao entrosamento entre

escola e empresa. Determinou, ainda, que o estágio deveria ser firmado em um contrato, delimitando duração, carga horária, valor da bolsa e seguro contra acidentes pessoais, estabelecendo que não haveria vinculação empregatícia, encargos sociais, pagamento de férias ou de 13º salário.

No decênio de 1970, com a implantação da Lei Federal nº 5.692/71, que se refere ao ensino de 1º e 2º graus e tinha por objetivo geral proporcionar ao estudante a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização e qualificação para o trabalho, os estágios supervisionados ganharam força e cresceram em importância. Isto porque o Parecer CFE nº 45/72 do Conselho Federal de Educação o notabilizou como obrigatório para as habilitações profissionais técnicas dos setores primários e secundários da economia, tanto quanto para algumas ocupações da área da saúde, permanecendo livre para as demais funções relativas ao setor terciário da economia, ou seja, as áreas de comércio e serviços.

No decênio de 1970 a 1980, foram promulgadas várias legislações visando a regulamentar uma política de estágio no país, a exemplo da Lei Federal 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo; e do Decreto Federal 87.497/82, que regulamentou a referida lei federal, caracterizando o estágio como atividade curricular, vinculada à prática escolar do educando, e não como atividade extracurricular, mas como parte do processo de formação (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

Na década de 1990, foi aprovada a Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, resultando em um intenso movimento da sociedade brasileira em decorrência do processo de redemocratização do país. Em seu bojo, a educação foi julgada como direito de todos e dever do Estado, regulamentando o que dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 125). Por conseguinte, a educação passou a abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, ou seja, adquiriu uma concepção mais ampla.

Atualmente, o estágio é regulamentado pela Lei Federal nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, definindo-o como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos

educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial, além dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entende-se, pois, que o estágio busca fomentar o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, com vistas ao desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Ainda em conformidade com a lei em apreço, o estágio pode ser classificado em obrigatório e não-obrigatório. Aquele é definido no projeto do curso, cuja carga horária é requisito obrigatório para aprovação e obtenção do título; este é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Em ambos os casos, há a necessidade da celebração de um termo de compromisso firmado entre o educando, a instituição campo de estágio e a instituição de ensino.

Para além desses requisitos, durante a realização do estágio, deve haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas nele e as previstas no termo de compromisso, relativas à área de formação educacional. Sendo o estágio um **ato educativo escolar supervisionado**, a presença de um supervisor da instituição é indispensável e obrigatória, tanto quanto o acompanhamento do professor orientador da instituição de ensino. Todas essas premissas devem ser cumpridas para evitar a caracterização de vínculo empregatício.

É conveniente ressaltar que o estágio não deve ser confundido com emprego e exige contínuo acompanhamento por parte das unidades de ensino e das instituições campo de estágio. Nessa lógica, embora o estagiário esteja em processo formativo, é possível verificar que, na prática, apesar de todo o arcabouço legal, há relações de precarização de trabalho, com a substituição de servidores permanentes por estagiários a fim de baixar os custos da produção e da folha de pagamento das empresas, pois ao estagiário não são devidos encargos sociais trabalhistas e previdenciários.

[...] para as empresas, constituem uma fonte de mão-de-obra barata; para os estudantes, constituem uma fonte de renda; para as instituições do mundo do trabalho, principalmente para a área da fiscalização, constituem um problema. O tratamento do estágio como fonte de mão-de-obra qualificada e barata já representa quase uma tradição. O fato está, de certa forma, explicitamente consagrado pelo reconhecimento de que o estágio representa certa vantagem econômica para as empresas, na medida em que permite reduzir o investimento de tempo, de meios de trabalho e salários a que estão sujeitas as empresas ao contratar (CORDÃO, 2003, p. 18).

Esse movimento de precarização das relações de trabalho faz parte de uma estratégia do capital para reinventar-se e aumentar a sua taxa de lucro, especialmente em países como o Brasil, que não teve o sistema de garantia de direitos consolidado. Para Montañó e Duriguetto

(2011), o capitalismo passa a se desenvolver ciclicamente, alternando períodos de estabilidade e prosperidade com momentos de crise e estagnação.

A crise não representa uma falha ou disfunção, pelo contrário, faz parte da dinâmica do capital, e é resultado do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, como patenteado por Netto e Braz (2006, p. 156):

a história real e concreta do desenvolvimento do capitalismo [...] é a história de sucessivas crises econômicas – de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, as fases de prosperidade econômica foram quatorze vezes acompanhadas por crises; a última explodiu em 1937/1938, mas foi interrompida pela guerra. Em pouco mais de um século a dinâmica capitalista revelou-se profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento da produção, sendo bruscamente cortados por depressões, caracterizadas por falências e no que se refere aos trabalhadores, desemprego e miséria.

Para esses autores, as crises capitalistas não têm uma causa única, pois resultam da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista. Suas principais motivações podem ser: a anarquia da produção, tendo em vista que a produção não obedece a nenhum planejamento global, sendo controlada por cada capitalista, com vistas apenas ao lucro; a queda na taxa de lucro; o subconsumo das classes trabalhadoras (NETTO; BRAZ, 2006).

Montaño e Duriguetto (2011) acentuaram que, na tentativa de superar a crise econômica que vem se arrastando desde os anos 1970 – decorrente de uma queda da taxa de lucro determinada por um excesso de produção e diminuição das vendas –, foi efetivada uma série de medidas no âmbito dos processos produtivos e das formas de organização do trabalho, as quais podem ser definidas como: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

No Serviço Social, o estágio existe desde a fundação das primeiras escolas, que remonta à década de 1930,⁹ sendo parte integrante e obrigatória do curso, desempenhando papel decisivo na formação do aluno, a partir de sua inserção nos espaços sócio-ocupacionais. Nesse período, o processo de supervisão era apreendido como um treinamento pessoal (pago ou voluntário) realizado pelas assistentes sociais que trabalhavam nas organizações de caridade e que devia

⁹ O ano de 1936 marcou o início do Serviço Social no Brasil, com a criação da primeira escola em São Paulo, pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Em 1937, organizaram-se o Instituto Social do Rio de Janeiro e a Escola Ana Neri, também do Rio de Janeiro; em 1940, o Instituto Social de São Paulo (escola masculina) e a Escola de Serviço Social de Pernambuco; em 1943, a Escola de Serviço Social do RJ, atual PUC-RJ; em 1944, a Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth, no Rio de Janeiro, e as Escolas de Serviço Social do Paraná e da Bahia; em 1945, as Escolas de Porto Alegre, Natal e Niterói; em 1946, a escola de Minas Gerais; em 1950, a de Campinas; em 1951, a escola de João Pessoa; em 1954, a escola Maranhense de Serviço Social e a escola de Sergipe (DE SÁ, 1995).

No âmbito da UFPI, o Curso de Serviço Social foi criado em 1979 (informação coletada no site da UFPI Disponível em: <www.ifpi.br>).

ser instruído com base nos princípios e métodos das instituições a que estivesse ligado (ANDER-EGG, 1974 apud LEWGOY, 2010).

A gênese da supervisão acompanha a história das condições políticas que envolveram a criação da profissão, ou seja, a supervisão desenvolveu-se a partir da necessidade de orientação, coordenação, formação e administração, fundando-se desde o início em instância do processo de formação profissional (LEWGOY, 2010).

Na década de 1930, era possível perceber um processo de expansão das escolas de Serviço Social, sendo criada a primeira em São Paulo, em 1936, por iniciativa da Igreja Católica, com o escopo de fomentar a formação técnica especializada e a difusão da doutrina social da igreja, diante da necessidade de melhor preparação para a sua ação social e da presente demanda a partir do Estado, que passou a reconhecer a questão social.

Em continuidade à expansão das escolas, no Rio de Janeiro, fundou-se a Escola de Serviço Social, em 1937, também sob a responsabilidade da Igreja Católica. Organizada como aparato do Estado para a manutenção da ordem social e com o intuito de reforma social, o objetivo do ensino era a formação social a partir da doutrina social da Igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Nessa conjuntura, o Serviço Social irrompeu nos anos de 1930, no Brasil, como parte de um movimento social mais amplo, cuja expansão não pode ser considerada fruto de uma iniciativa exclusiva da Igreja Católica – Movimento Católico Laico – na verdade, já havia uma demanda por parte do Estado (real ou potencial). Em virtude do contexto socioeconômico e político, emergiu a necessidade de uma formação qualificada ao ensino de Serviço Social, o que resultou no estabelecimento de um novo contorno para a supervisão, na década de 1940. Esse período foi marcado pela criação e pelo desenvolvimento de grandes instituições assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas (LEWGOY, 2010).

A propósito, Lewgoy (2010, p. 71) salientou que

nesse período se consolidaram dois movimentos de um mesmo processo: de uma parte, as alterações no âmbito do Estado e, de outra, a adaptação da formação técnica especializada às organizações que prestam serviços sociais, o que exigiu novas formas de execução do trabalho de assistente social, bem como novos instrumentos de trabalho.

As práticas assistenciais desenvolvidas no país, ao longo dos anos de 1930 e 1940, e os eventuais benefícios concedidos aos trabalhadores, por meio de empréstimos, assistência médica, social e auxílios materiais, encobriam as reais intenções da burguesia nacional, cujo objetivo era abafar (controlar) o movimento dos trabalhadores, expresso em manifestações

coletivas. Por outro lado, no discurso oficial, o propósito era o consenso entre o governo e os diversos setores da sociedade civil, a fim de restaurar a ordem social (MARTINELLI, 2008).

Foi em meio a essa conjuntura complexa que o Serviço Social iniciou sua profissionalização nos anos de 1940, tendo no Estado o seu principal empregador. Sá (1995) proclamou que os poderes públicos e as instituições particulares absorveram com rapidez e grande interesse os profissionais do Serviço Social como elementos indispensáveis para atuar em setores, como: organizações de assistência, para lhes dar toda a eficiência; indústrias, como agentes da ligação entre o capital e o trabalho; departamentos criados para aplicar as leis e promover a educação do povo e a elevação do seu nível de vida. Para a execução desse trabalho exigia-se um perfil profissional que preenchesse uma série de requisitos de ordem pessoal, moral e social, a saber:

a) vocação: para apreender os problemas sociais a seu alcance (sentido social); vontade de dedicar sua atividade para conseguir a melhoria da situação (senso de responsabilidade, espírito de sacrifício, confiança); capacidade de utilizar os conhecimentos adquiridos e a técnica de Serviço Social. b) preparo técnico e uma sólida formação moral: formação intelectual com aquisição de conhecimento e formação de raciocínio; formação de convicções, com uma filosofia de vida bem definida; **formação prática por meio de trabalhos de supervisão**; formação de mentalidade adequada, cristã; Formação intelectual e boa vontade; Fazer da carreira uma vocação, não apenas uma profissão (SÁ, 1995, p. 69-70, grifo nosso).

Nessa perspectiva, o assistente social, ao mesmo tempo em que atua no sentido de garantir ao trabalhador e à sua família um nível de vida moral, físico e econômico normal, com a correta aplicação das leis trabalhistas, deve combater o absenteísmo, o relaxamento no trabalho, velar pela moralidade, promover a conciliação nos dissídios trabalhistas e adaptar o trabalhador a sua função, seja na empresa, seja em outro órgão onde atue. A partir de um discurso educativo, deve desenvolver, na classe operária, uma consciência de responsabilidade individual e social, sendo os verdadeiros “**agentes da justiça social**” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 221, grifo nosso).

No Brasil, a partir da década de 1940, foi possível notar a influência do Serviço Social norte-americano, estendendo-se, nas décadas seguintes, e sobrepondo-se à europeia, que ainda era muita significativa na profissão. Sobre a supervisão de estágio em Serviço Social, as teorias adotadas eram importadas dos Estados Unidos, juntamente com outras mais esparsas oriundas do Canadá, da Bélgica e da Itália, trazidas por profissionais que foram aperfeiçoar-se nesses países. Essas bibliografias influenciaram de modo decisivo as primeiras escolas de Serviço Social no país, predominando a influência norte-americana (LEWGOY, 2010).

Por isso, os textos sobre supervisão de estágio no Brasil contavam com um caráter tecnicista e pedagógico, característicos da influência norte-americana, em cuja concepção a supervisão era apreendida como um conjunto de métodos que privilegiam a dimensão técnica do processo de ensino na formação “fundamentada nos pressupostos psicossociais cientificamente validados na experiência, na prática eficiente, ignorando o contexto social, político e econômico” (LEWGOY, 2010, p. 72).

Devido à normatização do ensino em Serviço Social, em 1953, com a promulgação da Lei nº 1.889 de 13/06/1953¹⁰ (BRASIL, 1953), ficou definido que o Curso de Serviço Social deveria ter a duração de três anos, sendo observado que, no primeiro ano, deveria haver preponderância da parte teórica; no segundo, o equilíbrio entre a parte teórica e a prática; e, no terceiro, a primazia da parte prática, correspondente ao estágio curricular. Como exigências para ingresso no curso, estabeleceram-se: ter 18 anos completos; comprovante de conclusão do ensino secundário; atestado de sanidade mental e física; e atestado de idoneidade moral.

A partir da regulamentação da profissão, em 1957, com a Lei 3.252,¹¹ passou a existir legislação específica a respeito do estágio, garantindo as exigências mínimas para a sua execução, no sentido de garantir sua qualidade, bem como a da supervisão. Nesse sentido, três profissionais sobressaíram-se no estudo da temática do estágio e da supervisão: Helena Iracy Junqueira, que teve dez produções sobre supervisão em Serviço Social, no período de 1947 a 1962; Nadir Gouvea Kfoury, com dez estudos sobre o assunto, no período de 1949 a 1969; e Balbina Ottoni Vieira, com 18 escritos no período de 1961 a 1981 (BURIOLLA, 2011a).

Nas obras das autoras, frisam-se aspectos psicológicos, oriundos da influência psicológica e psicanalítica do Serviço Social em casos individuais, enfocando o relacionamento entre supervisor e supervisionado, além de procedimentos metodológicos, com realce para as técnicas de entrevistas, a redação de relatórios, a análise de casos e relatórios (BURIOLLA, 2011a). Sobre isso, Lewgoy (2010, p. 72) realçou que

os textos sobre supervisão no Brasil tinham um caráter tecnicista e pedagógico. Essa influência era atribuída às publicações norte-americanas utilizadas na época pelos cursos de Serviço Social, das quais se faz registro da obra de Bertha Reynold, *Learning and Teaching in the practice of social work*, de 1942. Sua concepção sobre supervisão detinha-se no processo pedagógico

¹⁰Dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e outros profissionais.

¹¹A Lei nº 3.252/1957 regulamentou o exercício da profissão de assistente social. De acordo com o artigo 5º, nas escolas oficiais de Serviço Social que se criarem, apenas assistentes sociais poderão assumir os cargos docentes, de direção, secretaria e **supervisão**, excetuando-se, no caso do ensino, as cadeiras ou disciplinas que, pelo seu programa, possam ou devam ser ensinadas por outros profissionais (BRASIL, 1957, grifo nosso).

global do Serviço Social, tanto teórico, em sala de aula, como prático, no estágio.

Para a referida autora, nas décadas de 1950 e 1960, foi marcante a influência da área pedagógica na supervisão em Serviço Social, quando esta era apreendida como parte da formação profissional, recebendo interferência das práticas educativas vigentes¹² em cada período. Com o Movimento de Reconceituação, na década de 1960, o Serviço Social tentou superar essa perspectiva influenciada pelas teorias provenientes dos Estados Unidos, envidando uma rejeição à prática ligada às relações psicossociais que embasavam a produção teórica referente à supervisão até aquele momento.

Entretanto, Buriolla (2011a) sublinhou que, no âmbito da supervisão, esses avanços não foram tão significativos, pois a literatura sobre o tema não acompanhou o impulso das produções teórico-metodológicas do Serviço Social reconceituado. No Movimento de Reconceituação, o Serviço Social avançou quanto aos aspectos teórico-metodológicos, mas não foi acompanhado em nível de prática, ou seja, privilegiou-se a busca da explicação científica e política, deixando-se a intervenção prática para um segundo plano.

A explicação para esse quadro parece-me poder ser encontrada na própria dinâmica do movimento de reconceituação que, se de um lado mexeu na estrutura do Serviço Social, avançando teoricamente, por outro lado deixou lacunas de instrumentação para as exigências do agir profissional. A quase negação à prática individual e institucionalizada determinou, também de alguma forma, **negação da supervisão** (BURIOLLA, 2011a, p. 25, grifo nosso).

A partir do Movimento de Reconceituação, uma outra visão se formou acerca do exercício profissional, voltada a uma análise crítica da realidade social, buscando um desempenho maior no agir profissional ao atender às demandas da questão social e pautando-se em bases teórico-metodológicas que buscam superar as práticas tradicionais do Serviço Social.

Esse movimento teve início no contexto da ditadura militar, entre 1964 e 1985. Dessa forma, a segunda metade dos anos de 1960 consagrou, na maioria dos países em que o Serviço

¹²De acordo com Lewgoy (2010), as práticas educativas vigentes nessa época incluíam várias correntes. O estudo sobre supervisão realizado mostrou que, na época, houve forte influência da Escola Nova. A ênfase no processo ensino-aprendizagem estava centrada no aluno, não mais no professor e na matéria, mas na ideia de que o aluno aprende melhor o que faz por si próprio, ou seja, aprende fazendo. Representou um movimento contra as mazelas do modelo tradicional, propondo uma escola mais aberta, descentralizada e crítica da sociedade. Nessa perspectiva, o centro da ação educativa situa-se na relação professor-aluno, partindo do princípio de que o aluno é o centro da escola, o protagonista principal do processo ensino-aprendizagem, em torno do qual as interações com o meio social e a questão pedagógica levam a aprender a aprender. Portanto, a participação, a autogestão e a autorresponsabilidade são valorizadas.

Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão de suas práticas tradicionais.

A transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que, sumariamente, designava-se como “Serviço Social Tradicional”, caracterizado como uma prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal burguesa que, sob um ponto de vista claramente funcionalista, visava a enfrentar as incidências psicossociais da questão social sobre indivíduos e grupos como um dado fatural ineliminável (NETTO, 2005, p. 6).

Quanto ao Movimento de Reconceituação, teve como marco o Seminário Latino-Americano de Porto Alegre, em 1965. Os profissionais latino-americanos superavam a influência americana ao criticar os componentes teórico-metodológicos da profissão presentes no agir profissional, provocando a categoria a repensar sobre novas formas de apreensão da realidade e a compreensão crítica e política de seu trabalho.

Nesses termos,

a reconceituação permitiu que os assistentes sociais se distanciassem criticamente do significado “aparente” de sua atividade. Passaram a compreender, que através de suas atividades, se cumpriam fins sociais que ocupavam posições estruturais distintas e antagônicas (SPOSATI et al., 1985, p. 49).

Por isso, o Movimento de Reconceituação foi singularizado pela contestação ao tradicionalismo profissional, o que implicou um questionamento global acerca da profissão, de seus fundamentos ideoteóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social do exercício profissional e de seu *modus operandi*. Era, pois, um processo que visava a conceder ao Serviço Social uma prática profissional mais eficaz com base em novos fundamentos teórico-metodológicos (IAMAMOTO, 2011).

Por meio de sua renovação, o Serviço Social pretende assegurar sua própria contemporaneidade, pois entende ser esse o caminho para a sua reprodução e expansão, adquirindo inteligibilidade na história da profissão. Nesse ensejo, afirma-se como especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, ao assumir a expressão de necessidades históricas derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho, de modo socialmente determinado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Assim, o significado social da profissão depende da dinâmica das relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento da questão social, abrindo novas possibilidades, como sugeriu Iamamoto (2011, p. 203-204):

[...] a ruptura com o profissionalismo estreito, a implosão do “estritamente profissional”, a abertura para o mais longe - para o amplo horizonte do movimento da sociedade - é que torna possível iluminar as próprias particularidades do Serviço Social, apreendendo-o na trama de relações que explicam sua gênese, seu desenvolvimento, seus limites e possibilidades; trama essa que condiciona o âmbito de alternativas que se apresentam aos sujeitos profissionais em cada momento conjuntural.

O Movimento de Reconceituação não foi um processo uniforme, homogêneo. Pelo contrário: foi heterogêneo, devido a contextos sociais diferenciados, determinados por situações sociopolíticas e econômicas distintas. Por isso, moldou-se como uma unidade repleta de diversidades que “se manifestam não só na forma de construção das críticas e propostas, mas também no conteúdo atribuído ao novo no serviço social latino-americano” (IAMAMOTO, 2011, p. 207).

Sem dúvida, foi de grande valia, dada a necessidade de superação do conservadorismo e das técnicas importadas do Serviço Social norte-americano para uma prática profissional orientada para a realidade do país, para construir métodos e técnicas condizentes com a realidade social brasileira.

Esse breve histórico revela que as mudanças ocorridas nos anos de 1960 a 1970 foram expressivas para o desenvolvimento da profissão. Concernente à supervisão de estágio, nas décadas de 1970 e 1980, avultou-se o trabalho de Balbina Otoni, que influenciou o Serviço Social com a obra *Supervisão em Serviço Social*, de 1979. Seus estudos aprofundados sobre a temática versavam sobre a supervisão como um método de ensino do Serviço Social, sobrelevando o estágio prático como complemento e enriquecimento do ensino teórico ministrado em sala de aula.

Apesar da notoriedade da autora, os seus estudos limitavam-se ao uso de instrumentos, e “[...] valorizava-se o emprego de técnicas e habilidades, criticando, no entanto, a supervisão rígida, normativa ao extremo e pouco formadora, decorrente da preocupação exclusiva com tais recursos [...]” (LEWGOY, 2010, p. 81).

A década de 1980 foi abalada por um profundo impacto na formação profissional, no desmonte da estrutura tradicional da profissão e na defesa de uma visão crítica dos processos sociais, havendo um comprometimento com a transformação social, política e econômica do país, com o fito de estruturar a formação em uma articulação de teoria-história-metodologia-pesquisa.

Ela trazia, em seu cerne, mudanças significativas ao processo de formação da categoria, o que redundou na proposta de um novo projeto de formação do Serviço Social, culminando no Currículo Mínimo de 1982, formulado com a participação das unidades de ensino ligadas à

Associação Brasileira de Serviço Social (ABESS) – hoje ABEPSS. O documento comportava uma gama de ideias e concepções diferenciadas acerca do projeto de formação profissional, resultando em uma proposta de currículo com ambiguidades e contradições, pois, no interior da própria categoria, havia planos em disputa (CASTRO; TOLEDO, 2011).

Corroborando Castro e Toledo (2011), verifica-se que esse currículo, apesar das lacunas e insuficiências teórico-metodológicas e técnico-operativas, representou um avanço expressivo para a categoria quanto à sua interlocução com a tradição marxista e à redefinição da função social da profissão, centrada no compromisso com os usuários na busca pela efetivação de seus direitos, o que forneceu as bases para a elaboração do Código de Ética de 1986.

O referido instrumento teve como pressupostos a necessidade de mudança em função da dinâmica social e da vinculação profissional com as lutas da classe trabalhadora. No âmbito do exercício profissional, permitiu construir alianças com esta categoria, extrapolando os limites das estruturas institucionais e impondo-se como uma prática política permeada pela luta de classes, demarcando um momento de renovação do Serviço Social.

Atinente à supervisão de estágio, deduziu-se que, depois da última publicação de Balbina Otoni, o tema foi seguido apenas por alguns artigos e dois livros de Buriolla, quais sejam: *Supervisão em Serviço Social, o supervisor, sua relação e seus papéis* (1994) e *O estágio supervisionado* (1995). Entre a última publicação de Balbina e a primeira de Buriolla, houve um lapso de marasmo editorial sobre o tema em tela, expressando uma contradição, haja vista as Diretrizes Curriculares de 1982 desencadearem alterações marcantes no âmbito da formação e, por esse motivo, esperava-se maior reflexão e produção sobre o assunto, mas isso não aconteceu (LEWGOY, 2010).

Na década de 1990, inferiu-se que a supervisão em Serviço Social carecia de ser configurada como componente integrante da formação e do exercício profissional. Nesse universo, para intentar essa proposta, era preciso vê-la “[...] numa perspectiva totalizante da profissão, que envolva na mesma reflexão a teoria, a prática e as relações da categoria profissional com a sociedade, nos diferentes momentos históricos [...]” (BURIOLLA, 2011a, p. 19).

Nessa lógica, a supervisão de estágio em Serviço Social configura-se historicamente a partir de determinações estruturais e contextuais, e os profissionais vão estruturando diferentes pontos de vista e propostas de ação (BURIOLLA, 2011a).

Recorrendo ao estágio supervisionado, o aluno tem a oportunidade de realizar as mediações necessárias entre o conhecimento apreendido na formação acadêmica e a realidade social a partir de sua inserção no espaço institucional, sendo a supervisão de campo necessária

na realização dessa etapa da formação, porquanto o processo de supervisão é um momento de troca de experiências que florescem na relação entre os sujeitos envolvidos.

Isso posto, seguidamente à década de 1990, a supervisão de estágio passou a integrar o projeto de formação profissional, com a promulgação das Diretrizes Curriculares de 1996, aprovadas pela ABEPSS no mesmo ano, indicando os pressupostos, os princípios e as diretrizes norteadoras do estágio e da supervisão; tal qual a Lei de Regulamentação da Profissão, que introduziu novos parâmetros para a realização da supervisão, assunto que será esmiuçado no item a seguir.

2.3 DIRETRIZES CURRICULARES DE 1996: VINTE E DOIS ANOS DE IMPLANTAÇÃO

No ano de 2018, completam-se 22 anos da criação das Diretrizes Curriculares e, nesse ínterim, foi possível observar avanços na efetivação da nova lógica curricular e muitos desafios a serem arrostados, máxime no âmbito do estágio e da supervisão.

Sabe-se que as Diretrizes Curriculares resultaram de uma ampla e sistemática discussão realizada pelas unidades de ensino e iniciada em 1994. Na ocasião, deliberou-se acerca dos encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social vigente desde 1982, o que foi benquisto pelos profissionais, que envidaram um profuso debate entre os anos de 1994 e 1996, que findou com a Proposta de Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, aprovada na Assembleia Geral, em novembro de 1996, no Rio de Janeiro (ABEPSS, 1996).

A revisão do currículo pressupõe um exame minucioso do processo de formação, face às exigências contemporâneas, estabelecendo um patamar comum para os cursos de Serviço Social. Com isso assegura, ao mesmo tempo, a flexibilidade, a descentralização e a pluralidade em seu ensino, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia e dos novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção capitalista (ABEPSS, 1996).

O Serviço Social, especialização do trabalho coletivo inserido na divisão social e técnica do trabalho, está sujeito às vicissitudes das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. À vista disso, a profissão transforma-se ao mudarem as condições e as relações sociais nas quais se inscreve, salientando-se as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje, tanto quanto as demandas e as respostas às quais são instigadas a construir (ABEPSS, 1996, p. 5).

Nessa perspectiva, os novos pressupostos que norteiam a revisão curricular presente nas Diretrizes Curriculares são:

1) o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5-6).

Nota-se, pois, que as Diretrizes Curriculares entabularam parâmetros inovadores à formação em Serviço Social, ao delinearem um perfil de profissional capaz de intervir nas expressões da questão social no bojo de uma sociedade capitalista permeada por contradições frutos de um processo de reestruturação produtiva nos moldes neoliberais.

A formação profissional, nesse contexto, expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, estabelecendo os parâmetros para a inserção profissional na realidade socioinstitucional na qual está inserido o assistente social, requerendo um redimensionamento de suas formas de pensar e agir, dadas as novas demandas postas à profissão, produtos das mudanças na esfera da produção.

Oportunamente, a questão social, matéria-prima de intervenção do Serviço Social, ganhou visibilidade com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, pelas quais é reconhecida como a contradição básica entre capital e trabalho, onde a produção da riqueza ocorre de forma coletiva, mas apropriada de maneira individual, gerando as desigualdades sociais.

As novas Diretrizes Curriculares espelham múltiplos progressos para a categoria de assistente social, a exemplo do amadurecimento quanto à compreensão do significado social da profissão, que foi possível graças à leitura da realidade sob uma perspectiva sócio-histórica, a qual passou a exigir um profissional habilitado ao trato rigoroso da questão social e de suas particularidades.

Para Iamamoto (2011), a questão social está vinculada aos processos de exploração do trabalhador, por meio da apropriação da riqueza social. Logo, a questão social deixou de ser mera contradição entre abençoados e desabencoados pela fortuna, pobres e ricos, dominantes e dominados, para retratar a contraposição antagônica entre burguesia e proletariado. Isso ocorreu devido ao processo de industrialização aliado à expansão urbana das grandes cidades, o que acarretou o aumento da pobreza, do desemprego e da falta de condições básicas para a classe que vive do trabalho.

Sobre essa questão, Santos (2012, p. 37) afirma que

a concentração da produção, reunindo os trabalhadores na linha de montagem das fábricas e intensificando a divisão social do trabalho, leva à concentração da população operária que residindo nos seus arredores, vai incentivar o processo de urbanização. Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, baixos salários.

Lembra Iamamoto (2001, p. 137) que a legitimação do Serviço Social deu-se por intermédio dos grupos dominantes; para a autora, “sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina”, ou seja, da classe trabalhadora, caracterizando uma imposição. Sendo assim, a partir do surgimento de uma conjuntura onde se afirmava a hegemonia do capital industrial e financeiro no país, fazia-se necessária a atuação de um profissional que atuasse nas expressões da questão social.

Para Guerra et al. (2007), a questão social adquiriu centralidade no exercício profissional mediante a intervenção de assistentes sociais em suas expressões, reputadas como manifestações de um tipo de relação de subalternidade do trabalho ao capital. Essa mediação, na acepção da autora, ocorre via políticas sociais, modalidades instituídas pelo Estado burguês que, por sua vez, são de natureza contraditória, “visto que de um lado buscam o consenso entre as classes, por parte do Estado e, de outro, são resultado das lutas sociais empreendidas pela classe trabalhadora” (GUERRA et al., 2007, p. 238).

Com as transmutações na sociedade brasileira, perpetradas em decorrência da constituição do capitalismo na formação social, o Estado, historicamente, foi chamado a atuar no enfrentamento das expressões da questão social. Essa operação não poderia ser concebida apenas como força policial, mas, igualmente, como ação política, com vistas a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora.

Nessa conjuntura, Iamamoto (2011, p. 85) acredita que

historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas

manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política.

Desde a gênese do Serviço Social no Brasil até os dias atuais, o assistente social tem como uma de suas funções atuar na questão social, a qual não deve ser considerada um fenômeno novo, porque não existe uma nova questão social, mas novas expressões de um mesmo processo, já que as contradições existentes no capitalismo não deixaram de existir (a exploração, a pauperização, as desigualdades sociais).

A respeito desse entendimento, Pastorini (2004, p. 113) afirma que

[...] não se trata de uma nova questão social, conforme falamos até aqui, os traços essenciais da “questão social, que tem sua origem no século XIX, estão vigentes. Assim, a questão social capitalista continua sendo um conjunto de problemas que dizem respeito à forma como os homens se organizam para produzir e reproduzir num contexto histórico determinado, que tem suas expressões na esfera da reprodução social [...].

Aliás, Pastorini (2004) alerta para a necessidade de avaliar a questão social como um processo contraditório e não linear que implica a intercorrência de componentes históricos, políticos, culturais e sociais, cuja gênese está na forma como os homens se organizam para produzir em determinada sociedade e em um contexto histórico dado.

Para a autora, as manifestações concretas e imediatas da questão social decorrem das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujas manifestações dependem das características históricas da formação econômica e política de cada país ou região. Logo, os diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da questão social.

Na área do Serviço Social, essas expressões convertem-se em demandas à atuação do assistente social nos diversos espaços ocupacionais onde ele se insere. Nessa lógica, ressalta-se a necessidade de o assistente social, na qualidade de trabalhador assalariado, estar ciente de que as mudanças estruturais advindas das transformações socioeconômicas da atualidade incidem e modificam o mercado de trabalho, os processos de trabalho e as condições sob as quais realiza o seu exercício profissional. Ao assistente social cabe, portanto, decifrar as manifestações da questão social experienciada em seu cotidiano e propor estratégias ao seu enfrentamento, sendo o estágio um momento de aproximação dos alunos com o objeto de trabalho profissional: a questão social, como assinalado por Yamamoto (2011).

O pressuposto central das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-político-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais organizados de forma dinâmica e flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social.

Dessa forma, a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis que se traduzem em Núcleos de Fundamentação constitutivos da Formação Profissional, os quais podem ser assim descritos:

1 – Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social - este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico; *2 – Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* – este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, entre outros; *3 – Núcleo de fundamentos do trabalho profissional* – o conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e *sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: *o objeto ou matéria-prima* sobre a qual incide a ação transformadora; *os meios de trabalho* – instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a *atividade do sujeito* direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o *produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABEPSS, 1996, p. 10-12).

Esses núcleos de fundamentação articulam-se e correlacionam-se, a fim de contribuir para a compreensão dos diferentes níveis da realidade social. À medida em que os três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, traduzem-se pedagogicamente por meio do conjunto de componentes curriculares, rompendo com a visão formalista do currículo, antes reduzida a matérias e disciplinas.

Denota, portanto, uma proposta inovadora e em sintonia com as exigências atuais, como é possível perceber na assertiva a seguir:

esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações – aqui entendida como a relação teoria-prática – que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade (ABEPSS, 1996, p. 9).

Diante do entendimento até aqui retratado, vê-se que a construção das Diretrizes Curriculares representou um marco para a formação em Serviço Social, ao propor a construção de um espaço por excelência do pensar crítico e da busca de soluções. Porém, sua implementação constitui um desafio político e uma exigência ética que se intensifica devido a diferentes fatores, entre os quais se destacam a precarização do ensino superior, a privatização, ampliação de cursos na modalidade a distância e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, notadamente na realização do estágio curricular obrigatório e, por conseguinte, na supervisão.

Com as Diretrizes Curriculares, o estágio curricular obrigatório ganhou expressiva relevância, pois é tido como um dos elementos centrais da formação profissional, ao propiciar ao estudante a relação entre o conhecimento apreendido na universidade e as experiências vivenciadas no campo de estágio.

Não obstante, apesar dos inúmeros esforços teóricos e políticos e da aprovação de um conjunto de normativas legais, problemas e polêmicas em relação ao estágio têm sido recorrentes. Isso revela, entre outras coisas, que muitos desafios não foram devidamente superados. Uma das principais dificuldades é o desvio da função do estágio, transformando-o em formas disfarçadas de precarização do trabalho, devido à ausência de fiscalização e supervisão acadêmica e de campo adequadas.

Nesse viés, Souza et al. (2010) evidenciam que estágio não é emprego e não deve ser confundido com as políticas de primeiro emprego. Como tal, não deve ser pensado ou efetivado como solução de problemas sociais, tampouco como forma de precarizar as relações de trabalho. Por caracterizar-se como modalidade do processo de formação, sua realização não implica vínculo empregatício. Deve ser apreendido como instrumento de promoção de aprendizagem pessoal e profissional, portanto a introdução de estagiários no lugar de trabalhadores é uma situação inaceitável e precisa ser combatida por todos.

Conforme previsto nas legislações específicas do assistente social, o estágio realiza-se mediante a inserção do estagiário nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais,

devendo ser acompanhado por um processo de supervisão sistemática por parte dos profissionais das instituições campo de estágio, objetivando capacitar os estudantes para o exercício profissional. A importância do estágio e da supervisão amplifica-se ante as profundas transformações no mundo do trabalho, provocando o acirramento das discussões sobre o tema e instigando a categoria a repensar sobre o seu papel nesse contexto.

A supervisão desenvolve-se por intermédio do estágio nas instituições empregadoras dos assistentes sociais. Nesse processo, são três os sujeitos envolvidos: o supervisor de campo, o supervisor acadêmico e o estagiário. Juntos, eles compõem uma unidade indissolúvel entre formação e trabalho profissional. Sendo assim, o direcionamento do estágio deve transcorrer na interação entre esses três atores, de modo que o processo de aprendizagem ocorra de modo eficiente, com base na cooperação e nos valores ético-políticos da profissão, sendo foco desse estudo o acompanhamento realizado pelo supervisor de campo.

Ao supervisor de campo compete a supervisão direta¹³ do estagiário, sendo esta uma atividade privativa do assistente social em pleno gozo de seus direitos profissionais, devidamente inscritos no CRESS de sua área de jurisdição. Por seu turno, o supervisor acadêmico é o assistente social professor da instituição de ensino que se disponibiliza a orientar e avaliar o estagiário, visando ao aprendizado dos alunos durante esse processo de formação.

O supervisor de campo tem um papel inescusável na formação do assistente social, pois o acompanha, ainda como estagiário, desde a sua inserção na instituição campo de estágio, e nos diferentes momentos desse percurso, estabelecendo uma relação direta, sistemática e contínua entre os vários sujeitos envolvidos. A supervisão deve conduzir à reflexão, estudo e compreensão das ações realizadas pelo estagiário, oportunizando a construção de um perfil profissional condizente com as demandas atuais atinentes ao assistente social.

Nas atuais Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, o estágio e a supervisão são referenciados a partir de vários princípios que subsidiam a formação, entre os

¹³A supervisão direta de estágio em Serviço Social deverá ser realizada por assistente social funcionário empregado do quadro de pessoal da instituição empregadora onde ocorre o estágio, em conformidade com os dispositivos do Código de Ética Profissional, da Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662/93, da Resolução CFESS nº 533/2008 – Lei nº 11.788/08. A responsabilidade ética e técnica da supervisão direta é tanto do supervisor de campo quanto do supervisor acadêmico, cabendo a eles o dever de: avaliar conjuntamente a pertinência de abertura e encerramento do campo de estágio; acordar conjuntamente o início do estágio, a inserção do estudante no campo de estágio, bem como o número de estagiários por supervisor de campo, limitado ao número máximo estabelecido no parágrafo único do artigo 3º; planejar conjuntamente as atividades inerentes ao estágio, estabelecer cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no plano de estágio; verificar se o estudante estagiário está devidamente matriculado no semestre correspondente ao estágio curricular obrigatório; realizar reuniões de orientação, bem como discutir e formular estratégias para resolver problemas e questões atinentes ao estágio; atestar/ reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário, bem como emitir avaliação e nota (BRASIL, 2008).

quais se destacam a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e profissional (de campo), devendo ser observadas as disposições contidas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética do Assistente Social.

Para tanto, o supervisor de campo deve apresentar o perfil descrito abaixo:

estar apto a atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; possuir formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; ser comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 2014, p. 11-12).

Por esse ângulo, o estágio supervisionado é indispensável à formação dos alunos de Serviço Social, pois busca proporcionar ao estagiário o exercício e o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos que contribuam para a sua aprendizagem, por meio do exercício de funções referentes à profissão, mediante a sua inserção na realidade social. Com essa aproximação, o estagiário pode apreender a matéria-prima do fazer profissional: a questão social, pois as atividades realizadas no campo de estágio possibilitam essa reflexão.

Tal posicionamento foi ratificado por Souza et al. (2010, p. 139), para quem

o contexto de estágio proporciona o conhecimento da realidade social, oportunizando o contato com as múltiplas manifestações da questão social e o desenvolvimento da visão crítica para futuras intervenções. Dessa maneira, o estágio prático tem como função preponderante contribuir para que o estagiário aproprie-se do significado social do Serviço Social e da construção de sua identidade profissional individual e coletiva.

A partir de sua inserção no campo de estágio, o aluno tem a oportunidade de experienciar as contradições existentes nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, aspecto ressaltado por Ortiz (2014, p. 212):

O estágio permite, desse modo, que o estudante se depare com a realidade em tempo real. E o que isso significa? Significa que será no estágio que esse estudante irá se defrontar com as contradições da ordem burguesa materializadas nas diversas expressões da questão social; identificará claramente os limites das políticas sociais e, sobretudo, da cidadania e da democracia, constituídas nos marcos do liberalismo [...].

Durante a formação profissional, a supervisão de estágio é realizada, conjuntamente, pelo supervisor de campo – assistente social da instituição – e pelo supervisor acadêmico – assistente social professor da unidade de ensino –, por meio de encontros periódicos com o escopo de enviar a avaliação do estagiário e verificação de seu desempenho. Outro prisma relevante a ser mencionado diz respeito ao fato de ser no estágio que o estudante tem contato

em tempo real com as várias expressões da questão social, isto é, com as contradições inerentes à ordem estabelecida, visualizando os limites e as possibilidades da atuação profissional do assistente social.

Além disso, em consonância com Ortiz (2014, p. 211), a partir dos processos de supervisão acadêmica e de campo, o estágio viabiliza a compreensão do estudante acerca de uma série de elementos cruciais para a sua formação, a saber:

facilita o conhecimento do campo institucional e sua rotina administrativa; permite ao estagiário exercitar sua dimensão técnico-operativa; contribui na identificação das relações de poder e de força presentes nas instituições campo de estágio; facilita a identificação das diversas dimensões da profissão, das possibilidades e dos limites do exercício profissional, bem como das condições materiais e subjetivas que atravessam o trabalho do assistente social.

Na supervisão, desenvolve-se o processo ensino-aprendizagem que se dá por intermédio de aproximações sucessivas e onde o trabalho profissional é realizado, refletido e recriado mediante trocas mútuas e inter-relacionadas socialmente. Não existe aquele que ensina e aquele que aprende: trata-se de uma relação de troca. Isso ocorre em virtude das individualidades dos sujeitos envolvidos, pois cada um tem história, vivência, e visão de mundo. Aí está a riqueza da supervisão, que tem como produto a construção de saberes e a possibilidade de uma formação profissional capaz de decifrar as múltiplas expressões da questão social.

A supervisão de estágio deve conduzir à reflexão, estudo e compreensão das ações realizadas pelo estagiário, possibilitando a crítica e o crescimento pessoal e profissional. As experiências já vivenciadas no campo de estágio são ressignificadas pelo processo de supervisão. A possibilidade da supervisão, enquanto acompanhamento didático e sistemático, rechaça as práticas voltadas à imediatividade e promove a criação do novo, garantindo a qualidade do estágio no caráter de ação pedagógica (SOUZA et al., 2010, p. 136).

A supervisão de estágio coadjuva para o processo de formação profissional, imprimindo novos desafios para a categoria profissional, a qual precisa estar comprometida com a formação dos futuros assistentes sociais. Não é uma tarefa fácil, principalmente em tempos de transformações no mundo do trabalho, onde cotidianamente a classe trabalhadora convive com a perda de seus direitos, no contexto de reforma do Estado, tendo em vista uma lógica neoliberal.

No cenário atual, o desafio dos supervisores de campo consiste em direcionar os estagiários a uma formação reflexiva e analítica capaz de superar práticas imediatistas, a fim de compreender e propor formas eficazes de enfrentamento da questão social e de suas múltiplas determinações, porquanto a supervisão de estágio reflete um momento particular da formação

profissional, oportunizando ao aluno o conhecimento do trabalho do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, ganhando relevância à medida em que o profissional se reconhece como sujeito desse processo e membro efetivo da categoria.

As profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, consubstanciadas pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, alteraram as demandas e o trabalho do assistente social, produto das mudanças na esfera da divisão sócio-técnica do trabalho, tanto no Brasil quanto no mundo. Nesse prisma, a concepção de formação profissional que se persegue com as Diretrizes Curriculares contempla pressupostos essenciais para a apreensão dessas mudanças na esfera do mundo do trabalho e para o enfrentamento das manifestações da questão social.

Os pressupostos contidos nas Diretrizes Curriculares têm por escopo promover uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa com vistas a oferecer a apreensão crítica do processo histórico como totalidade; investigar sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, de modo a perceber as particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo, bem como do Serviço Social no país; apreender as demandas – consolidadas e emergentes – destinadas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social (ABEPSS, 1996).

Dessa forma, o estágio supervisionado granjeou um novo patamar com as Diretrizes Curriculares, passando a ser tido como *locus* privilegiado de construção da identidade profissional em Serviço Social e espaço de mediação e efetivação da *práxis* profissional. Isso se dá, em virtude do caráter interventivo e investigativo da profissão, com a inserção do aluno no campo de estágio. Ao mesmo tempo, crê-se que a realização do estágio sob supervisão, com base nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), é uma importante estratégia para garantir a qualidade da formação profissional frente à precarização da política educacional brasileira, às exigências do mercado de trabalho, à mercantilização e à expansão do ensino a distância, entre outros desafios.

Diante do exposto, o estudo acerca da supervisão de estágio revela-se imperativo, devendo ser entendido como instrumento para a defesa de um projeto de formação profissional baseado nos valores do Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e no Projeto Ético-Político da categoria. É necessário, pois, problematizar inúmeras questões acerca desse tema, a exemplo do trabalho e do processo de trabalho do assistente social supervisor de campo, o que será materializado no capítulo seguinte.

3 TRABALHO E PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Discutir o processo de trabalho do assistente social remete à análise da categoria *trabalho* como elemento fundante do ser social, cuja formação decorre da ação do homem sobre a natureza, visando à satisfação de suas necessidades e desenvolvendo com esse processo um complexo de relações sociais.

Na concepção de Lessa (2016, p. 46), “o trabalho impulsiona o ser social para além do próprio trabalho, dando origem a necessidades e relações sociais que não mais podem ser reduzidas ao trabalho enquanto tal”, incidindo sobre a subjetividade e objetividade dos indivíduos. Nesses termos, examinar o processo de trabalho dos supervisores de campo requer situá-los no contexto das relações sociais mais complexas.

3.1 TRABALHO E SOCIABILIDADE HUMANA

De acordo com Marx (2012), o trabalho é uma interação do homem com o mundo natural, ou seja, é elemento fundante do mundo dos homens, um processo do qual participam o homem e a natureza. Por intermédio dele, o homem transforma não só o meio em que está inserido, mas também a si mesmo. Por isso, o autor reforçou a ideia de que nada há na história que não seja resultado do agir dos homens em sociedade.

Nesse enquadramento, o trabalho é um

[...] processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2012, p. 211).

Nessa concepção, o trabalho pode ser definido como uma “[...] atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social [...]”, ou seja, é a categoria fundante do mundo dos homens, pois “[...] é no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas [...]”, não podendo haver existência social sem ele (LESSA, 2002, p. 27).

Para Marx (2012), o trabalho é um processo em que o homem, em sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a natureza. É uma ação exclusivamente humana, sendo a ideação o aspecto que diferencia o homem dos animais, pois, com ela, o

homem constrói, na consciência, determinado projeto antes de efetivá-lo na prática. Esse processo resulta em um produto final que já existia em sua imaginação e é impossível, portanto, de acontecer no mundo animal.

Contribuindo com essas noções, Holanda (2002, p. 10) acrescenta que

somente o pensamento humano, por meio do trabalho, é capaz de reorganizar as propriedades imanentes ao ser da natureza, em combinações totalmente novas, de modo a conferir-lhe uma objetividade distinta daquela até então existente, sem que este processo seja determinado de forma biológica.

Então, é o trabalho que distingue os homens dos animais, pois os primeiros operam uma síntese entre a ideação e a execução, ao passo que “uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2012, p. 211-212). Assim, o homem não transforma apenas o material sobre o qual atua, mas imprime a ele o projeto que havia planejado, idealizado.

A distinção entre homens e animais passou a existir quando os primeiros iniciaram a produção de seus meios de vida, por intermédio do trabalho. Isso porque o trabalho humano é um ato consciente, arquitetado, intencionado, o que pressupõe um conhecimento concreto de determinadas finalidades, meios e vontades para conquistar determinado fim, por força de sua capacidade de projetar antecipadamente o resultado de uma ação a ser alcançada (MARX; ENGELS, 1989).

Logo, é possível afirmar que o trabalho é a atividade humana singular, mediante a qual o indivíduo transforma a natureza a fim de atender a uma necessidade, por intermédio da construção de um produto social que passa a ter um valor de uso socialmente determinado.

Nos dizeres de Marx (2012, p. 218),

o processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana [...] sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

Para o susodito autor, há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho concreto. O abstrato é uma atividade social mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor de mais-valia, ou seja, corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que transforma todos em “coisas”, articulando nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria (LESSA, 2002).

Por seu turno, o trabalho concreto, como categoria fundante, é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio orgânico do homem com a natureza; é o conjunto das relações sociais encarregado de reproduzir a base material da sociedade. Nessa acepção, é atividade de transformação do real por meio da qual o homem constrói a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É, portanto, decisivo para a autoconstrução humana, elevando os homens em níveis cada vez mais desenvolvidos de sociabilidade (LESSA, 2002).

Para Marx (2016), o trabalho concreto destina-se a um fim determinado, ou seja, à produção de um valor de uso indispensável à produção e reprodução humanas. Assim, o trabalho concreto é qualitativo e cria os valores de uso necessários ao ser humano para satisfazer socialmente suas necessidades físicas e espirituais; já o trabalho abstrato é o dispêndio humano de força de trabalho que produz mais-valia (valor excedente) para o capital.

Lessa (2002, p. 30, grifo nosso) esclarece que o fato de utilizarmos o termo **trabalho** em sentidos diversos não cancela as reais distinções entre trabalho e trabalho abstrato, pois suas funções sociais são e continuam a ser ontologicamente distintas. O trabalho “[...] abstrato é a relação social na qual é produzido mais valia [...]”; já o trabalho (categoria fundante) “[...] é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio orgânico do homem com a natureza [...]”, ou seja, “[...] é o conjunto de relações sociais encarregado da produção da base material da sociedade [...]”.

Por outro lado, Netto e Braz (2012) asseguram que o trabalho é a base da atividade econômica e é por meio dele que os homens em sociedade satisfazem as suas carências, pois torna possível a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social.

[...] as condições materiais de existência e reprodução da sociedade - vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade – obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho (NETTO; BRAZ, 2012, p. 42).

Para os aludidos autores, o trabalho é algo substantivamente diverso das atividades que atendem às conveniências de sobrevivência das espécies animais, visto que ele rompe com o padrão natural dessas atividades, por não operar com uma atuação imediata sobre a matéria natural (NETTO; BRAZ, 2012, p. 42-42). E complementam:

[...] diferentemente, ele exige instrumentos que no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria;

[...] o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem ao contrário, passa a exigir habilidades e conhecimentos que se adquirem invariavelmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante aprendizado;

[...] o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem as satisfaz sob formas fixas, se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido, as formas desse atendimento variam muitíssimo e, sobretudo, implicam o desenvolvimento, quase sem limites, de novas necessidades.

Dessa maneira, o trabalho singulariza-se por uma relação mediada entre o seu sujeito – aquele que executa – e o seu objeto. Trata-se de um processo no qual os homens, ao transformarem a natureza, transformam-se a si mesmos, tornando-se, para além de seres naturais, seres sociais. Por conseguinte, dele participam o homem e a natureza, e a ação daquele impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio material com esta.

Outrossim, os referenciados autores afixam que a categoria trabalho é elemento precursor da sociabilidade humana, da constituição do ser social, não podendo haver existência social sem trabalho. Porém, há estudiosos que pensam diferente, sendo contrários à centralidade dessa categoria na sociedade contemporânea, entre os quais se destaca André Gorz, na obra *Adeus ao Proletariado* (1982 apud ANTUNES, 2011). “[...] Vários textos o sucederam, só a título de um registro parcial, lembremos os livros e artigos de Claus Offe, Benjamin Coriat, Alan Touraine, Jean Lojkin, Fergus Murray, Adam Schaff, Ernest Mandell, István Mészáros [...]”, entre tantos outros (ANTUNES, 2011, p. 17).

Como categoria histórica e social, o trabalho passa por transformações que incidem nas relações sociais, a exemplo do processo de reestruturação produtiva que provocou significativas mudanças no âmbito da produção e do trabalho, em curso desde os anos 1970, nas últimas décadas do século XX.

Antunes (2011, p. 47) defende a centralidade do trabalho no atual estágio do capitalismo, pois o que vem ocorrendo é um processo de des-proletarização do trabalho industrial em países de capitalismo central, acompanhado de uma redução relativa e absoluta do tamanho da classe operária. Em contrapartida, verifica-se a expansão da precarização das relações de trabalho “[...] presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, ‘terceirizado’, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...]”.

Nesse contexto, o referido autor argumenta que não há *um fim do trabalho*, mas uma fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho e, por conseguinte, dos trabalhadores. À vista disso, ele não descarta que as transformações que afetam atualmente os processos de trabalho e as relações de produção tenham impacto sobre os trabalhadores, modificando as condições materiais do trabalho e de vida do proletariado, a sua composição profissional ou

política e a sua consciência de classe. Isso torna necessária uma concepção ampliada do trabalho, ou melhor, da classe-que-vive-do-trabalho,¹⁴ apreendendo as novas formas sob as quais se estruturam na atualidade, ante as mudanças que vêm ocorrendo no capitalismo (ANTUNES, 2011).

Corroborando as assertivas de Antunes (2011), acredita-se que, uma vez inseridos na realidade do conjunto dos trabalhadores, os assistentes sociais também sofrem os impactos das transformações verificadas no mundo da produção e das relações de trabalho, destacando-se a polivalência, a terceirização dos serviços, a subcontratação, a ampliação de contratos temporários e de seus espaços de trabalho.

3.2 SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO

Ao considerar a ação do assistente social como trabalho e o seu exercício profissional como processo de trabalho, importa apreender o Serviço Social como profissão socialmente determinada, analisando a sua formação e o seu desenvolvimento como uma especialização do trabalho na sociedade, sob a égide do capital.

Na obra *Serviço social em tempo de capital fetiche*, Iamamoto (2010) arrazoa que o trabalho do assistente social é perpassado por tensas relações entre o projeto ético-político e a condição de trabalhador assalariado. Essa visão decorre da dimensão de trabalho útil e ao mesmo tempo abstrato¹⁵ que marca a atividade. Tal dilema, para a autora, ratifica a relativa autonomia desse profissional na condução de seu trabalho, que é legitimado pela formação acadêmica e pelo aparato legal e organizativo que regulam a profissão de assistente social. Por

¹⁴ Para Antunes (2011), a classe-que-vive-do-trabalho diz respeito à totalidade de homens e mulheres, produtivos e improdutivos, desprovidos de meios de produção e que são constrangidos a vender sua força de trabalho no campo e na cidade em troca de salário, ou seja: o proletariado industrial e rural, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de *telemarketing* e *call centers*, além dos desempregados. O autor frisou que o proletariado industrial é o seu núcleo principal, porque produz diretamente mais-valia. No entanto, estão excluídos gestores do capital e os que vivem de juros e da especulação, os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária, ainda que possam se constituir importantes aliados da classe trabalhadora no campo político.

¹⁵ É válido notabilizar que, em Marx, há a distinção e a íntima inter-relação de trabalho útil-concreto (trabalho vivo) – que produz valor de uso, indispensável à produção e reprodução humana – com trabalho abstrato (trabalho morto) contido nas mercadorias, cujo principal fim é a criação de mais-valia, a valorização do valor, a reprodução e autovalorização do capital. Assim, o **trabalho abstrato** é, pura e simplesmente, quantitativo, a substância e a grandeza do valor, e promove mais-valia para o capital. Já o **trabalho útil-concreto**, que produz valor de uso, não quer dizer uma substância metafísica, genérica, vaga e imprecisa, que não se põe na realidade histórico-social, mas como atividade de autodesenvolvimento e autorrealização da existência humana, atividade primária, natural e necessária, e presente em todas as formas de sociabilidade humana, inclusive na capitalista, pois o trabalho útil-concreto, embora esteja aqui em benefício do capitalista ou sob o seu controle, não muda a sua essência, que é de atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais que sirvam para satisfazer às necessidades humanas (CHAGAS, 2010, grifo nosso).

outro lado, em virtude de esse trabalho ser mediado por sua situação de assalariado, é subordinado aos ditames do trabalho abstrato, que impõe condicionantes socialmente objetivos à sua autonomia profissional e aos meios de trabalho como capital.

Consoante Iamamoto (2010, p. 74), a produtividade do trabalho coincide com a produção e a apropriação de trabalho excedente. Por isso, o trabalho produtivo não pode referir-se apenas à elaboração de mercadorias, mas, sim, de mais-valia, onde o trabalhador não produz para si, mas para o capital. Para a autora, “a produtividade do trabalho supõe, portanto, uma relação social determinada: o trabalho, como trabalho assalariado, e os meios de trabalho, como capital.”

Isso posto, acata-se o entendimento de Iamamoto (2013), quando afirma que, para apreender o significado social do trabalho do assistente social, deve-se inscrevê-lo no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessário.

Nesse sentido, o

[...] serviço social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao se constituir em expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada [...] (IAMAMOTO, 2013, p. 102).

No Brasil, o processo de institucionalização do Serviço Social como profissão reconhecida na divisão social do trabalho está vinculado à criação de grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais ou autárquicas, maiormente na década de 1940.

Com o surgimento das grandes instituições, o mercado de trabalho se amplia para o Serviço Social e este rompe com o estreito quadro de sua origem para se tornar uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto das classes dominantes. [...] O Serviço Social deixa assim de ser mecanismo de distribuição de caridade privada das classes dominantes para se transformar em uma engrenagem de execução das políticas sociais e do Estado e setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores (IAMAMOTO, 2013, p. 109).

A inserção do Serviço Social na divisão do trabalho e as novas perspectivas dela decorrentes são um produto histórico. Desse modo, é importante lembrar que o pano de fundo do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade é a questão social e suas múltiplas manifestações, especialmente no contexto de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político, “exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado” (IAMAMOTO, 2013, p. 111).

Nesse contexto, com o seu trabalho, o assistente social contribui para a reprodução das relações sociais, uma vez que sua atuação é necessariamente polarizada por interesses divergentes que convivem em tensão, pois responde tanto a demandas do capital como a necessidades das classes trabalhadoras, “[...] e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 116). Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta à necessidade de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução dos antagonismos desses interesses sociais.

Assim, pensar o Serviço Social na reprodução das relações sociais supõe que ele participa de um mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria a possibilidade de sua transformação. Nesse contexto, é possível afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de geração dos interesses de reprodução do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Somente a partir dessa compreensão é possível estabelecer estratégias profissionais e políticas de enfrentamento para “fortalecer as metas do capital ou do trabalho” (IAMAMOTO, 2013, p. 116).

Nessa perspectiva, o Serviço Social, como profissão inserida na divisão social do trabalho, atua diretamente na formação das relações sociais que, na tradição marxista, refere-se à reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a formação espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais os homens se posicionam na vida social (IAMAMOTO, 2013).

Decifrar essa especialização do trabalho do assistente social presume elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social e o significado de suas ações no campo do poder econômico e político, situando-o na história e redimensionando o seu valor no jogo das forças sociais (IAMAMOTO, 2010).

Sendo o Serviço Social considerado trabalho, ele tem um objeto, uma matéria-prima sobre a qual recai a ação do assistente social. A matéria-prima é o objeto do trabalho humano, onde o homem imprime sua força de trabalho a fim de gerar um produto. Entrementes, para que esse objeto possa ser transformado em um produto, existe todo um processo que passa pela escolha dos instrumentos que serão utilizados, os quais serão produzidos ou escolhidos conforme a finalidade a ser alcançada.

De acordo com Iamamoto (2011, grifo nosso), todo processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto afetado pela ação de um sujeito. Na esfera do Serviço Social, o objeto de trabalho do assistente social é a **questão social** em suas múltiplas expressões. Ela é a base

de fundamentação da profissão e pode ser entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista resultantes da relação capital-trabalho.

A propósito, Yamamoto (2011, p. 28) ressalta que

os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem.

Dar conta das particularidades inerentes às múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem, e como são vivenciadas pelos sujeitos em seu cotidiano. Nesse sentido, a atuação do assistente social junto ao seu objeto de intervenção requer um conjunto de instrumentos e técnicas que possibilitem a realização de seu trabalho.

Em Marx (2016), instrumento é tudo aquilo que permite ao trabalho se aplicar ao seu objeto e que serve para conduzir a atividade. Já os meios de trabalho são todas as condições materiais necessárias para a realização do processo de trabalho, daí porque ele acreditava que os meios de trabalho servem para medir o grau de desenvolvimento da força humana de trabalho, revelando as condições sociais em que se realizam.

Por intermédio dos instrumentos de trabalho, o homem opera uma transformação no objeto com certa finalidade, originando um produto que tem um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas por meio da mudança de forma. Com isso, o processo de trabalho extingue-se ao concluir-se o produto.

No fim do processo de trabalho, aparece um resultado (produto) que já existia antes, na imaginação do trabalhador. Logo, ele não transforma apenas o material sobre o qual opera, mas ele imprime nele o projeto que havia planejado conscientemente. No processo de trabalho, a atividade do homem resulta em uma modificação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre o qual atua, por meio do instrumental de trabalho.

Nessa esteira, questiona-se: quais são os instrumentos de trabalho do assistente social? “[...] geralmente, tem-se uma visão dos instrumentos de trabalho como um arsenal de técnicas [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 62). Para a autora, todavia, a questão é mais complexa, diferente de uma visão restrita dos instrumentos como um conjunto de técnica; eles passam a ser considerados um meio de trabalho que acaba por abranger o conhecimento da realidade sem o qual o assistente social não realiza o seu trabalho (IAMAMOTO, 2011).

Destarte, o conhecimento constitui o meio de trabalho, objetivando iluminar a leitura da realidade e garantir rumos à sua ação. Então, “não é só um verniz que se sobrepõe

superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas é o meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado”, pois o desconhecimento da matéria-prima de seu trabalho contribui para que o profissional deixe de ser sujeito de suas ações (IAMAMOTO, 2011, p. 63).

Na consolidação de seu trabalho, o assistente social, independentemente do espaço sócio-ocupacional em que esteja atuando, seja público ou privado, deve acionar as bases técnico-operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas da profissão – requisitos que lhe permitem apreender a realidade social e dar um rumo às ações a serem desenvolvidas. Nota-se, portanto, “[...] que o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 63).

Afinal de contas, qual é o produto do Serviço Social? Com o intuito de responder a essa indagação, recorre-se a Iamamoto (2011, p. 65), para quem o trabalho do assistente social tem efeito nas condições materiais e sociais daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho, interferindo na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos nas instituições empregadoras. Entretanto, participa igualmente no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, da ideologia (consensos) que, por sua vez, têm efeitos reais na vida dos sujeitos. Como é possível observar a seguir:

Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem *produtos*: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade (IAMAMOTO, 2011, p. 69).

O trabalho do assistente social intervém nas manifestações da questão social. Nessa perspectiva, o profissional é chamado a dar conta das particularidades das expressões da questão social na sociedade, dos processos sociais que produzem e reproduzem essas desigualdades e como são vivenciadas pelos sujeitos sociais no dia a dia. Para tanto, exige-se um profissional qualificado que reforce e amplie a sua competência crítica, “não só executivo, mas que pensa e analisa, pesquisa e decifra a realidade social”, a fim de alastrar as alternativas ao enfrentamento de demandas postas pelos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2011, p. 49).

Como produto do trabalho do Serviço Social, consideram-se as respostas que o assistente social tem dado às expressões da questão social que são vivenciadas pelos profissionais em seu trabalho cotidiano. Essas respostas são construídas a partir de um processo reflexivo de apreensão do real, o qual deve dar-se para além da observação do imediato,

respaldado no conhecimento da realidade social, englobando a totalidade das relações nas quais estão articuladas as demandas impostas à profissão, a fim de criar estratégias ao seu enfrentamento.

Na concepção de Montañó (2007), toda profissão se constitui e se legitima por meio das respostas que consegue dar às diversas necessidades que determinam um conjunto de demandas sociais. Se uma profissão se conforma a partir de respostas qualificadas e institucionalizadas e se daí provém a sua legitimidade, então a alteração dessas demandas ou o surgimento de outras deve promover o espaço para a necessária alteração e adequação das respostas profissionais ou para a incorporação de novas respostas interventivas.

Montañó (2007, p. 197) ratifica o que disse acima, afirmando que

[...] o Serviço Social deve transcender a prática rotineira desenvolvida em torno de velhos campos, deve incorporar para o espaço profissional o estudo e as (novas) respostas tanto às demandas já existentes quanto, fundamentalmente, às demandas emergentes.

Para tanto, o Serviço Social pode e deve intervir diante das condições históricas em que está inserido, sendo determinante o conhecimento, para o assistente social desenvolver seu trabalho. Ele, então, respalda a direção social de suas ações, pois se apresenta como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana a possibilidade de compreender e explicar a realidade sob múltiplas determinações.

A profissão que não investir no estudo da realidade e de novos fenômenos e processos, procurando decifrar as tendências sobre o devir social e desenvolvendo, a partir desse conhecimento, novas propostas interventivas e novas respostas, não conseguirá se reproduzir quando o contexto social e as demandas mudarem.

A pesquisa social da realidade socioeconômica e política, e de seus fenômenos concretos, não serve apenas para fundamentar a prática imediata, mas para visualizar as tendências da sociedade e as demandas emergentes, podendo assim estabelecer novas propostas interventivas, novas respostas, e, portanto, novas práticas e campos profissionais e, talvez, uma nova racionalidade, funcionalidade e legitimação (MONTAÑO, 2007, p. 197).

Quanto aos instrumentos ou meios de trabalho utilizados pelo assistente social em seu processo de trabalho, são apreendidos nesse estudo a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), pois a intervenção desse profissional deve comportar três dimensões que formam uma unidade e representam níveis diferenciados de conceber a realidade da profissão: a teórico-metodológica, que se refere à capacidade de apreensão do método e das teorias e de sua relação com a prática na ação profissional; a ético-política, que diz respeito à finalidade, aos objetivos das ações do assistente social e aos valores que o orientam; e a técnico-operativa,

relacionada à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos (PEREIRA, 2015).

Nessa perspectiva, Guerra (2017, p. 49) ressalta que

[...] o exercício profissional do assistente social consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam entre si. Essas dimensões constituem-se em síntese de múltiplas determinações, ou seja, caracterizam-se como unidade de elementos diversos que conformam a riqueza e amplitude que caracterizam historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano.

Assim compreendida, a ação profissional requer a capacitação necessária, a fim de vislumbrá-la como um processo, inserida nas relações historicamente estabelecidas que condicionam o trabalho do assistente social. Logo, o trabalho transforma-se ao alterarem-se as condições e as relações sociais nas quais ele se inscreve. Essa concepção de ação profissional considera que o processo de trabalho do assistente social deve ser interpretado a partir de um debate teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que permita o repensar crítico sobre o ideário profissional.

De acordo com Guerra (2017), as dimensões que conformam a profissão não são fixas e não podem ser consideradas de maneira autônoma, pois são instâncias interatuantes. Tais dimensões, tendo em vista o nível de complexidade da realidade social em que o assistente social atua, “se complexificam e se aperfeiçoam, pois é somente assim que a profissão torna-se capaz de dar respostas qualificadas às diferentes e antagônicas demandas que lhe chegam.” (GUERRA, 2017, p. 50)

A autora em apreço frisou que apesar de sua relevância, a dimensão técnico-operativa tem sido negligenciada, tanto no que diz respeito à produção acadêmica quanto à formação profissional e ao debate da categoria, sendo basilar resgatá-la, dando-lhe o merecido espaço na cena contemporânea. Convém mencionar que, embora essas dimensões sejam interdependentes, a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer da profissão, pois dela emana a imagem social e a autoimagem.

Para Guerra (2017, p. 50),

ela encontra-se carregada de representações sociais e de cultura profissional. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão, já que dela depende a resolutividade da situação, que, às vezes, é mera reprodução do instituído, e em outras constitui a dimensão do novo. [...] O que se pretende enfatizar é que a intervenção de natureza técnico-operativo não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada nos fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio

exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social.

À vista disso, o profissional de Serviço Social deve estar afinado com as análises dos processos sociais. Essa capacidade passa, obrigatoriamente, pela formação profissional, pois a competência é um processo em construção que envolve os diferentes sujeitos: estagiário, supervisor docente e supervisor de campo, e não é uma competência apenas técnica, envolve uma dimensão política.

Daí a importância de estudar a supervisão de estágio como processo de trabalho do assistente social e elemento do processo formativo dos futuros profissionais do Serviço Social, frente às profundas transformações no mundo do trabalho e de precarização do ensino superior.

A partir dos elementos apontados, é concebível aprofundar a discussão acerca da supervisão de estágio, vista neste estudo como função do assistente social supervisor de campo. Em cada ato profissional são mobilizados conhecimentos e saberes que, por meio de uma ampla cadeia de mediações e do uso adequado de instrumentais de trabalho, visam a alcançar os resultados esperados, procurando conhecer os instrumentos utilizados por esse profissional ao desenvolver o seu processo de trabalho, além das expressões da questão social que permeiam o processo de supervisão de estágio realizado pelos assistentes sociais. Finalmente, questiona-se: qual o produto dessa supervisão, ou seja, o supervisor de campo está contribuindo para formar profissionais capacitados para intervir na sociedade sob o ponto de vista ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, conforme se espera da categoria?

Esses são alguns apontamentos para fomentar este estudo, os quais serão respondidos a partir do conhecimento da realidade social. É oportuno sublinhar que, embora o assistente social seja considerado um profissional liberal, na prática, isso não se materializa, porquanto ele não detém todos os meios necessários para a realização de seu trabalho, dependendo dos recursos previstos nas instituições empregadoras, o que comprova a sua condição de trabalhador assalariado, sujeito a uma relação de compra e venda da força de trabalho.

Nessa sistemática, o trabalho do assistente social efetiva-se por meio de uma relação de compra e venda de mercadorias, na qual a sua força de trabalho é mercantilizada: o profissional recebe um salário e, em troca, presta serviços definidos pelas instituições empregadoras, as quais viabilizam aos usuários o acesso aos seus serviços.

Essa relação é mencionada por Yamamoto (2011, p. 64):

em outros termos, o trabalho é a força de trabalho em ação e quando não se dispõe dos meios para realizá-lo, aquela força ou capacidade não se transforma em atividade, em trabalho. Como trabalhador assalariado, depende de uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada em troca de

um salário, com instituições que demandam ou requisitam o trabalho profissional.

Do exposto, nota-se que a instituição não é um condicionante externo ou um obstáculo para o exercício profissional, mas organiza o processo de trabalho do qual o assistente social participa. Dada a sua condição de trabalhador, o assistente social detém uma força de trabalho especializada, a qual é mera capacidade, pois só se transforma em trabalho quando consumida ou acionada, isto é, quando aliada às condições necessárias para que o trabalho se efetive. Por conseguinte, ele não produz diretamente riqueza (valor e mais-valia), mas é parte de um trabalho coletivo, resultado da combinação de trabalhos especializados na produção de uma divisão técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2010).

Nesse contexto, o profissional dispõe de relativa autonomia para a realização de seu fazer profissional, haja vista que depende dos recursos oferecidos pelas instituições empregadoras para consumir o seu trabalho. Tais instituições estabelecem as prioridades e metas a serem alcançadas, bem como o público-alvo, fatores que repercutem diretamente no processo de trabalho do assistente social, pois, ao mesmo tempo em que esse profissional faz parte de um coletivo, já que não realiza o seu trabalho de forma isolada, está sujeito às transformações no mundo do trabalho, assunto que será discutido adiante.

É nesse campo de tensões que se realiza o trabalho do assistente social, atravessado por contradições próprias a qualquer atividade laboral assalariada da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, seu trabalho expressa-se de maneira particular, pois depende de sua específica funcionalidade social e das respostas profissionais que materializam o seu legado profissional, coletivamente acumulado.

Para Iamamoto (2010, p. 415),

[...] autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidade de segmentos majoritários das classes trabalhadoras.

Vale atentar para o fato de que existe uma polêmica instaurada no âmbito da profissão que questiona ser ou não a atividade profissional um trabalho, ou seja, a atividade desenvolvida pelo assistente social ser uma expressão do trabalho social. Entre os representantes da vertente que não reconhece o Serviço Social como trabalho, destaca-se Lessa (2012), para quem o serviço prestado pelo assistente social não pode ser considerado trabalho porque este é o intercâmbio orgânico com a natureza, o objeto do trabalho é sempre ela. Por isso, a *práxis* do

assistente social é, no dia a dia, completamente diferente da de um operário, por exemplo. Este transforma a natureza, uma matéria que é pura causalidade e que desconhece qualquer mediação da ideologia, já o assistente social altera as relações sociais, que são qualitativamente (ontologicamente) diferentes da matéria natural.

De acordo com o citado autor, não apenas o local social é distinto, pois o operário trabalha na fábrica ou na agricultura, e o assistente social, na maioria das vezes, em órgãos públicos ou privados, mas a própria atividade é em tudo muito diferente. Essa é a razão para a formação profissional de um assistente social ser tão divergente da de um operário. Isso decorre do fato de que eles (operários) atuam sobre uma matéria e atendem a necessidades sociais em tudo discrepantes.

Para Lessa (2012, p. 67), denominar de matéria-prima os indivíduos e as relações sociais a serem transformadas é considerar como “coisas” o que são pessoas. E, inversamente, que as “coisas” possuem propriedades de pessoas, como a ideologia e a capacidade de escolha.

Em sua acepção, o assistente social não apenas desenvolve um trabalho díspar do operário, como ainda é um trabalhador diferenciado em relação a este. O que os aproxima é a forma de inserção no mercado de trabalho, o fato de serem ambos assalariados. Porém, por trás dessa semelhança superficial, há enormes distinções ontológicas: suas *práxis* são muito distintas e atendem a funções sociais diferenciadas.

Tendo isso em vista, Lessa (2012, p. 72, grifo nosso) arremata:

Não há, portanto, nenhum sentido em propor o “modelo” do trabalho operário para pensar-se a *práxis* profissional dos assistentes sociais. [...]. Elas são *práxis* ontologicamente distintas porque cumprem funções sociais diversas e por isso atuam sobre “materialidades” distintas (para sermos precisos: atuam sobre uma distinta porção da causalidade). Os operários atuam sobre a natureza e a matéria-prima. **Os assistentes sociais atuam sobre as relações sociais, produtos exclusivos do pensamento e da atividade dos homens ao longo da história.**

Por essas razões, ressalta Lessa (2012), não é correta a afirmação de que a *práxis* do assistente social é um “processo de trabalho” que atua sobre uma matéria-prima e que resulta em um produto, tal como a do operário. Nesse contexto, o assistente social não pertence à classe trabalhadora, mas às *classes de transição* e cumpre, portanto, uma função social diversa na reprodução da sociedade burguesa (LESSA, 2012).

Costa (1999, p. 89) compartilha do mesmo raciocínio. Para ela, o fato de uma profissão constituir uma especialização originada na divisão social do trabalho não justifica sua caracterização como trabalho. “[...] O Serviço Social certamente é uma profissão que deriva da divisão sócio-técnica do trabalho, às necessidades sócio-históricas que o legitimam como

profissão o vinculam a um fenômeno típico da fase capitalista dos monopólios [...].” Porém, a autora acrescentou que isso não significa que, com sua atividade frente a determinadas realidades sociais, realize-se um processo de trabalho no preciso sentido do termo.

Outra questão levantada por Costa (1999) refere-se ao objeto do Serviço Social; para ela, a matéria-prima do trabalho é o ser natural, sua essência é diversa das dos objetos sociais referentes às relações entre os homens, já que se trata de uma objetividade real e independente de qualquer ato consciente. Uma vez diante do objeto natural, o sujeito encontra-se frente a algo cujos nexos causais são simplesmente naturais. Nessa lógica, a autora salienta:

ora, se é verdadeiro que o objeto da prática profissional se constitui nas expressões da questão social, a “matéria-prima” sobre a qual incide a ação profissional é de uma natureza essencialmente diferente da matéria-prima própria a posições teleológicas características do trabalho. As expressões da questão social dizem respeito às relações entre os homens, aos problemas postos pela sociedade e às possíveis respostas elaboradas por esta mesma sociedade (COSTA, 1999, p. 92).

Assim, afirmar a prática profissional como trabalho e as expressões da questão social como objeto ou matéria-prima da ação profissional é um equívoco, pois “[...] mesmo que a atividade do sujeito seja dirigida a uma finalidade e mesmo que este deva dispor de meios para a potenciação da atividade sobre o objeto do qual resulte um produto, por si, isto não caracteriza a atividade de Serviço Social como processo de trabalho [...]” (COSTA, 1999, p. 93).

Conforme referido anteriormente, não há um consenso entre os estudiosos da temática no que se refere a ser trabalho o exercício profissional. Para uns, o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho, mas não é trabalho, contribuindo para “controlar os conflitos originários das contradições entre o capital e o trabalho” (HOLANDA, 2002, p. 23). De acordo com essa concepção, a ação do assistente social dá-se sobre as políticas para gerir o trabalho e não diretamente sobre este.

Mesmo em tempo de reestruturação produtiva quando se assistem a significativas mudanças na organização do processo produtivo, a função do Serviço Social [...] continua a mesma, embora com uma nova feição. Ou seja, trata-se de uma profissão cuja particularidade consiste em controlar conflitos [...]. O momento predominante de suas ações será sempre determinado não pelas posições do trabalho, mas por posições que intentam desencadear nos trabalhadores inseridos na produção, comportamentos adequados à potencialização do trabalho [...] (HOLANDA, 2002, p. 23).

Outros estudiosos da temática são incisivos ao consagrarem o Serviço Social como trabalho, a exemplo de Iamamoto (2011). Segundo ela, o Serviço Social é um ramo da divisão sócio-técnica do trabalho no âmbito da prestação de serviços que tem efeito sob as condições materiais e sociais daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho.

Para finalizar essa discussão, convém lembrar que, para efeitos do estudo aqui proposto, a concepção de Serviço Social adotada refere-se àquela que define a prática profissional como trabalho, presente nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, no item *Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional*, por ser essa a noção majoritária no âmbito profissional. As Diretrizes Curriculares constituem um documento que direciona todo o processo formativo da categoria e representa uma construção que traz, em seu bojo, todos os avanços alcançados pela categoria. Nesse prisma, considera-se

[...] a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho, instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho (ABEPSS, 1996, p. 12).

Compreender o Serviço Social inscrito em processos de trabalho denota que a profissão tem um objeto sobre o qual incide a ação e utiliza meios ou instrumentos de trabalho a partir de uma finalidade que resulta em um produto, elementos fundamentais para assimilar o processo de trabalho do assistente social.

Ademais, a formação do assistente social é que lhe permitirá desenvolver o seu trabalho, sendo pertinente e necessária a discussão dessa temática, tendo como foco a precarização do ensino superior e as transformações no mundo do trabalho. Dito isso, vê-se que o estudo da supervisão de estágio como processo de trabalho do assistente social é oportuno, ainda mais quando se proclama o fim do trabalho. Por isso, foi fundamental, em um primeiro momento, elucidar o tema *trabalho* e o significado deste no processo de produção da vida material, no âmbito da sociedade capitalista.

Embora haja diferentes pontos de vista em relação à discussão *trabalho versus Serviço Social*, é possível identificar um consenso quanto ao fato de o trabalho do assistente social estar sujeito às mudanças advindas do mundo do trabalho, por intermédio do processo de reestruturação produtiva que se revela por meio das inovações tecnológicas, de sua aplicação na esfera da produção e das estratégias de organização e gestão dos processos e mercados de trabalho, aspectos relatados no próximo item.

3.3 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

A polêmica discussão sobre o trabalho instalou-se nas ciências sociais no fim da década de 1970, cuja ideia central era a de que se vive o fim do trabalho. No campo do Serviço Social, essa polêmica generalizou-se na profissão no final dos anos 1990. O debate ocorreu, mormente devido às transformações recentes no mundo do trabalho (HOLANDA, 2002).

No interior do bloco que defende a centralidade do trabalho, destaca-se Antunes (2009), um importante propagador de ideias contrárias ao fim do emprego, do trabalho e das classes. Para ele, a crise experimentada pelo capitalismo, bem como as respostas das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressões, tem acarretado profundas consequências no interior do mundo do trabalho e na classe trabalhadora.

Entre elas, o autor destaca o desemprego estrutural e um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia na relação metabólica entre o homem e a natureza, voltada para a produção de mercadorias e para a valorização do sistema.

Essa crise passou a ser percebida no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, após um longo período de acumulação de capitais que se deu durante o apogeu dos modelos de produção fordista e da fase keynesiana.¹⁶ Nesse contexto, o processo de reestruturação produtiva emergiu como necessidade de implantar mecanismos e formas de acumulação capazes de oferecer respostas ao novo cenário que se configurava com a crise do capital, garantindo a acumulação, mas de modo mais flexível.

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, através da constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo com destaque especial para o toyotismo, ou modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria

¹⁶ O modelo de produção fordista foi iniciado nas primeiras fábricas automotivas da Ford, nos EUA, na década de 1920, expandindo-se pelo mundo nas décadas seguintes, até os anos 1970. Esse paradigma apresentou as seguintes características: produção em série e em massa, assentada em grandes estoques e voltada para o consumo em larga escala; implementação da linha de montagem caracterizada pelo uso da esteira rolante – como forma de acelerar o processo de produção – do trabalho mecânico, repetitivo, rígido e mão de obra numerosa (ANTUNES, 2009). As teorias keynesianas adaptaram-se inteiramente à lógica fordista dos grandes complexos industriais e financeiros de produção em massa para um mercado de massa com crescente produtividade e geração de rendas excedente. Keynes entendeu que essas rendas podiam ser politicamente redirecionadas pelos Estados nacionais conforme os riscos de crise econômica e as disputas políticas na cena pública. Nesse contexto, o Keynesianismo, concebido entre os anos 1920 e 1930, configurou-se como o padrão de gestão pública na era de ouro do capitalismo, entre 1945-1973. O keynesianismo tornou-se sinônimo da racionalidade do Estado desenvolvimentista e provedor do bem-estar. A crise econômica dos anos 1970 demonstrou a incapacidade de controle dos Estados sobre o movimento de capitais, que transcendiam sua jurisdição nacional. Além do mais, a redução das atividades econômicas (recessão) provocou desemprego e diminuição nas receitas dos Estados, cujos gastos continuavam crescendo, provocando um crescente *déficit* fiscal e endividamentos públicos (NETO, 1999).

concorrência intercapitalista [...] e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à crise estrutural (ANTUNES, 2002, p. 23-24).

Particularmente depois de meados de 1970, o mundo do trabalho presenciou uma situação crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora. O entendimento sobre os elementos constitutivos dessa crise denota grande complexidade, uma vez que, nesse período, ocorreram alterações intensas e de ordens múltiplas, afetando tanto a materialidade da classe trabalhadora quanto a sua forma de ser, a qual abrange a esfera subjetiva, política, ideológica e dos valores que pautam suas ações concretas, como afiançado por Antunes (1999, p. 21):

[...] neste período vivenciamos um quadro de crise estrutural do capital, que se abateu no conjunto das economias capitalistas a partir especialmente do início dos anos 70. Sua intensidade é tão profunda que levou o capital a desenvolver práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global [...] Esta crise fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação de seu ciclo de reprodução [...].

Esse período afetou fortemente o mundo do trabalho e a classe trabalhadora, sendo marcado pelo aprofundamento da financeirização da economia, da mundialização do capital e da profunda crise estrutural que levou à substituição de modelos de administração – especialmente o taylorista e o fordista – pelo toyotismo.

Conforme Antunes (2011), o toyotismo teve origem no Japão, nas fábricas de automóveis, tendo como elemento central a flexibilização da produção, singularizada pelo *just in time*. Diferenciava-se do modelo fordista por produzir apenas o necessário, reduzindo ao máximo os estoques, enquanto o fordismo produzia em massa e estocava o excedente. Dessa forma, a produção no toyotismo era voltada e conduzida pela demanda.

Se antes, no modelo fordista, as empresas produziam sem se preocupar com a demanda de mercado, a partir de então as mercadorias não são mais produzidas para em seguida serem lançadas no mercado. Desde então as empresas procuram planificar a venda de suas mercadorias, de tal modo que elas possam ser vendidas no momento em que são produzidas. Para tanto, as empresas procuram reestruturar a sua organização produtiva. [...] busca-se uma estrutura mais enxuta, mais flexível capaz de responder aos movimentos de mudanças na composição da demanda (TEIXEIRA, 1996, p. 2014-2015).

Em resposta à crise, inaugurou-se um processo de reorganização do capital, de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo – que se caracteriza pela privatização do Estado –, a desregulamentação dos

direitos da classe trabalhadora, além de um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho.

Teixeira (1996) assinalou que esse processo de reestruturação da produção se faz acompanhar de novas tecnologias, oportunizando uma produção flexível capaz de satisfazer às novas exigências do mercado e criar condições para que a oferta de bens e serviços possa acompanhar as mudanças de hábitos no consumo.

Os traços mais inequívocos da crise foram: a queda da taxa de lucro – causada pelo aumento da força de trabalho, fruto das lutas sociais dos anos 1960; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, devido à incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava; a hipertrofia da esfera financeira – que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, ou seja, o capital financeiro passou a ser prioritário para a especulação, na fase da internacionalização; a crise do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar) e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista, a necessidade de diminuição dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; as privatizações – generalização às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2009).

De acordo com Lessa (2011, p. 285), o Estado de Bem-Estar desenvolveu-se no pós-II Guerra Mundial, em um período de “domesticação e adestramento das estruturas sindicais aos ditames do capital.” Esse “adestramento” seria um dos elementos salutareos para que, na visão do autor, décadas depois, a transição do neoliberalismo não provocasse uma reação sindical mais importante. Os gastos sociais foram, na verdade, uma estratégia utilizada pelo Estado para exercer sua função de “comitê gestor dos interesses do capital.” Como afirma o autor:

quando as necessidades da reprodução do capital se alteram, alterou-se no mesmo sentido a atuação do Estado. Transitou-se, sem solução de continuidade, do Estado de Bem-Estar ao Estado neoliberal: seu conteúdo de classe permaneceu o mesmo, não se alterou em nada sua função social. O que mudou foram as necessidades para a reprodução do capital (LESSA, 2011, p. 285).

Na verdade, o caráter do Estado não se alterou, visto que a adoção de políticas públicas universais no período do Estado de Bem-Estar Social foi uma tática do capital para aumentar o consumo por parte dos trabalhadores, um Estado ampliado para garantir a reprodução do sistema capitalista. Com a reestruturação produtiva, os neoliberais encontraram um terreno fértil para a expansão de suas ideias, como reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado, considerada a principal causa da crise do sistema capitalista de produção, pois, para os neoliberais, “o mercado é a única instituição capaz

de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política” (TEIXEIRA, 1996, p. 195).

A ideologia neoliberal preconiza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados por meio das lutas dos movimentos sociais e dos trabalhadores, além da flexibilização da garantia ao trabalho. Salva-guarda, inclusive, a necessidade de diminuição do tamanho do Estado a partir do corte de gastos em áreas estratégicas, como educação, saúde e trabalho, além da não interferência estatal nas economias nacionais, ou seja, defende “um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 239).

Com a expansão das ideias neoliberais, a partir do final dos anos 1970 e a consequente crise do Estado de Bem-Estar, instaurou-se um processo de regressão das experiências sociais democráticas que passaram a atuar de maneira muito próxima à da agenda neoliberal. Nesse contexto, o neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas; em um primeiro momento, nos países de capitalismo central e, depois, nos subordinados. Entre as estratégias adotadas, elencam-se: a reestruturação produtiva; a privatização acelerada; o enxugamento do Estado; as políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o FMI (ANTUNES, 1999).

A reestruturação produtiva demarca-se, ainda, por um processo de globalização que perpassa todas as esferas – social, cultural, econômica. Como lembrado por Ianni (1999, p. 5), “a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”, um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades “como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória desafiando práticas e ideias.”

Do ponto de vista de Santos (2002), a globalização equivale a um fenômeno multifacetado, com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas complexas, daí porque as explicações monocausais, monolíticas desse fenômeno não são suficientes para dar conta da apreensão da realidade vivenciada nos últimos tempos.

Para o susodito autor, trata-se de processos de mudanças altamente contraditórios e desiguais, variáveis em sua intensidade e direção. Uma das características mais perceptíveis da globalização refere-se ao fato de os custos e as oportunidades que produz serem diferentemente distribuídas, contribuindo para o aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres do mesmo país, nas últimas décadas.

Nesse cenário, admite-se uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na globalização da produção. Os principais traços dessa nova economia mundial são: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento em escala global; processos de produção

flexíveis e multilocais; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulamentação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais, dentre alguns exemplos (SANTOS, 2002).

As implicações dessas transformações para as políticas econômicas nacionais podem ser assim resumidas: abertura das economias nacionais para o mercado mundial; priorização da economia de exportação; redução da inflação e da dívida pública; inviolabilidade dos direitos de propriedade privada; privatização de empresas estatais; e regulação mínima do Estado na economia, devendo reduzir o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, a fim de “eliminar a sua universalidade, transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela atuação do mercado” (SANTOS, 2002, p. 32).

Destarte, a globalização perpassa todas essas dimensões. No âmbito da produção, não se pode considerar a reestruturação produtiva meramente como processo de reorganização restrito à área econômica e tecnológica do capital. Na prática, é muito mais amplo, pois abrange a reprodução da totalidade da vida social, sob uma dimensão política, social e cultural. Por esse motivo, é inevitável apreender esse processo como uma nova estratégia do capital para garantir sua sobrevivência e reprodução.

Antunes (2009) sinalizou que a reestruturação produtiva marca o desenvolvimento de um novo modelo de acumulação que perdura até hoje, onde a palavra de ordem é *flexibilização*: flexibilizar os contratos e o mercado de trabalho, o processo produtivo e o regime de acumulação. Nesse novo padrão de acumulação, suportam-se altos índices de desemprego estrutural – “trata-se de um processo cuja finalidade real é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 54-55).

Com essa forma de produção flexibilizada, busca-se deveras a adesão de fundo da classe trabalhadora, que deve aceitar integralmente o projeto do capital, um envolvimento manipulatório levado ao limite, onde o capital busca o consentimento dos trabalhadores dentro das empresas, a fim de viabilizar um projeto que é concebido segundo seus fundamentos exclusivos.

Nesse cenário, percebe-se a fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora, pois, de um lado, convivem trabalhadores altamente qualificados, com ótimos salários, e, de outro, uma parcela de trabalhadores desqualificados, com baixos salários e em situações de trabalho precarizadas.

Para Antunes (1999, p. 25),

criou-se [...] o trabalhador polivalente e multifuncional da era informacional [...] E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

No Brasil, foi possível deduzir que, da década de 1990 aos anos 2000, houve profundas mudanças no sentido de organizar o processo de produção de mercadorias e realização do lucro, como parte de técnicas mais gerais que definem os atualizados mecanismos e as condições de acumulação capitalista. Os principais traços desse processo foram: a financeirização da economia; a introdução de tecnologias avançadas no processo de produção; a ênfase em processos informacionais; a desregulamentação dos mercados; a flexibilização do trabalho, expressa em novas modalidades de contratação, a supressão de direitos sociais e novas formas de gestão do trabalho; a desterritorialização da produção, entre outros (AMARAL; CÉSAR, 2009).

Nesse contexto, evidenciou-se um extensivo programa de privatizações, fusões empresariais e um drástico enxugamento de postos de trabalho, redefinindo a composição do mercado de trabalho e, nas empresas, acarretando uma brutal redução de trabalhadores, além de um intenso processo de concentração e descentralização de capitais e de transformações profundas nos processos de trabalho (AMARAL; CÉSAR, 2009).

Em nível nacional, a reestruturação produtiva gerou profundas alterações no “mundo do trabalho” e uma série de transformações que afetaram diretamente o conjunto da vida social, mediadas pela inserção subalterna do Brasil no sistema capitalista mundial e pelas particularidades de sua formação econômica, política e social.

Sobre essa questão, Mourão et al. (2009, p. 353) mostram que

o Estado [...] seguindo a dinâmica do capital, cedeu sua mão para o mercado como a instância societal mediadora por excelência e sacralizadora do Estado mínimo [...] Deste modo, instalou-se a nova retórica de cariz neoliberal que preconiza o fortalecimento das funções do mercado e das crenças neoliberais que generalizaram uma posição anti-Estado, que rompia com a ideia do nacionalismo, vista como retrógrada, portanto, fruto de uma época que se esgotara e que estava fora dos padrões de um tempo novo.

Nesse ambiente, entrou em cena um receituário onde constam lições modernas que evocam conceitos, como desestatização, reinserção no sistema internacional, abertura da economia, desregulamentação e privatização. Behring e Boschetti (2007) aludem que a reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal têm provocado importantes reconfigurações nas políticas sociais no país. Para as autoras, essa conjuntura é desanimadora, pois a lógica neoliberal consiste em reduzir os gastos públicos com

a diminuição do papel do Estado e de suas funções no campo social, comprometendo a alocação de recursos no âmbito das políticas sociais.

Dessa feita, as medidas neoliberais impuseram fortes retrocessos aos direitos conquistados pelas classes trabalhadoras em anos anteriores, cujos impactos foram sentidos de forma diferenciada nos países de capitalismo central e periférico, como é o caso do Brasil.

Nos países do capitalismo central as medidas anticrise provocaram a destruição dos direitos e restrição das políticas sociais, com instituição da seletividade e focalização, estabelecimento de condicionalidades e testes de meio para acesso às políticas sociais, criação de critérios rigorosos de acesso e abandono de princípios como universalidade e distributividade. Na América Latina, sobretudo no Brasil, a crise chega exatamente quando o país vive um processo de restituição do Estado democrático com ampliação dos direitos na Constituição de 1988, [...] O Brasil não ficou imune ao neoliberalismo [...] apesar dos vários movimentos pela redemocratização do Estado e da sociedade, os governos passaram a implementar uma política macroeconômica de caráter neoliberal (BOSCHETTI et al., 2010, p. 69-70).

Para Behring e Boschetti (2007, p. 61-62), na concepção liberal (ou neoliberal), o Estado deve apenas fornecer as bases legais para o mercado atuar. Portanto, trata-se de um Estado mínimo sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil. Nesse modelo, o Estado deve assumir o papel de legislador e árbitro e desenvolver apenas ações complementares ao mercado. Sua intervenção deve restringir-se a regular as relações sociais, com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado.

Foi nesse cenário que a reestruturação produtiva ganhou corpo no mundo e no Brasil, tal qual as mudanças no mundo do trabalho, repercutindo em todas as áreas profissionais, inclusive no Serviço Social, que tem no Estado o seu principal empregador, na medida em que este tem-se reformado a partir de uma lógica liberal¹⁷ para atender às exigências do novo modelo de expansão do capitalismo, sobretudo no Brasil. Reverbera, inclusive, na diminuição das funções estatais na área social, com o repasse de sua responsabilidade para a iniciativa privada (para aqueles que podem pagar) e para a sociedade civil.

Conforme afirmou Ceolin (2014, p. 253),

o neoliberalismo difunde a ideia de que o bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos e seus grupos sociais. Deslocam-se as respostas às manifestações da questão social da esfera do Estado para o do mercado e a sociedade civil. A ideologia Liberal estimula um vasto empreendimento de refilantropização do social, não admitindo direitos sociais como função estatal

¹⁷O Liberalismo defende a ideia de predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais e mínima ausência da intervenção estatal. O Estado é um mal necessário e sua atuação deve restringir-se a fornecer a base legal com a qual o mercado pode melhor maximizar os “benefícios aos homens” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 56).

e operando, assim, uma profunda despolitização da questão social, ao desqualificá-la como questão pública.

A reestruturação produtiva e, conseqüentemente, o processo de precarização do trabalho e das relações de emprego, carrega em seu bojo a exacerbação da questão social e o aumento da demanda dos assistentes sociais, os quais são desafiados a criar estratégias de enfrentamento que contribuam positivamente para a autonomia dos seus usuários, por intermédio do atendimento às necessidades sociais, materiais ou espirituais dos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade (IAMAMOTO, 2009, p. 348).

Por ser trabalhador assalariado, o assistente social está sujeito às novas configurações e demandas que se expressam nos espaços sócio-ocupacionais, bem como a toda sorte de violação de direitos a que também são submetidos os demais trabalhadores sob a mesma condição. A flexibilização do trabalho e dos direitos são elementos centrais desse processo marcado pela retração e mesmo pela erosão do trabalho contratado, dos direitos sociais e trabalhistas, sendo a reforma da Previdência Social um dos exemplos mais emblemáticos da atual conjuntura.

Com os impactos advindos das transformações no mundo do trabalho, os assistentes sociais deparam-se com novos desafios, nomeadamente nos espaços ocupacionais onde atuam. Isso ocorre devido à sua condição de trabalhador assalariado que vende sua *força de trabalho* e tem suas demandas e requisições mediadas pelo mercado.

Mas essa mercadoria “força de trabalho” só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional. As implicações desse processo são profundas e incidem na *autonomia relativa* desse profissional, que não possui, como vimos, o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o *trabalho socialmente necessário*, coletivo, combinado e cooperado com os demais trabalhadores sociais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Todos esses elementos trazem reflexos ao trabalho do assistente social. Como trabalhadores assalariados, vendem sua força de trabalho especializada em troca de um salário. Nesse processo, o profissional ingressa no universo da mercantilização, passando a ser um trabalhador social produzido pelo conjunto da sociedade.

Nessa perspectiva, “[...] o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado por ser socialmente necessário, ou seja, produz serviços que atendem necessidades sociais, isto é, têm um valor de uso, uma utilidade social [...]”, participam igualmente do processo de

produção e/ou redistribuição da riqueza social por meio de seu trabalho e não resultam apenas em serviços úteis, mas têm efeitos na produção ou redistribuição da riqueza social, isto é, do valor e da mais-valia (IAMAMOTO, 1999, p. 114).

No que diz respeito a suas condições de trabalho, o assistente social, atualmente, sofre os impactos das mudanças no mundo do trabalho, operadas nas esferas privada e estatal. O setor público ainda continua sendo o maior empregador desses profissionais, sendo a administração direta a que mais os emprega.

Nessa conjuntura, os assistentes sociais têm sofrido os efeitos deletérios da reforma do Estado quanto ao emprego e à precarização das relações de trabalho, vivenciando problemas, como a flexibilização dos contratos, o enxugamento do quadro de pessoal nas instituições empregadoras, ao instituírem a polivalência e a multifuncionalidade dos trabalhadores, além da terceirização.

A dinâmica de flexibilização/precarização atinge o trabalho do assistente social em virtude da insegurança no emprego, das precárias formas de contratação, da intensificação do trabalho, dos baixos salários, da pressão pelo aumento da produtividade e pela melhoria dos resultados. Essa é a realidade do mercado de trabalho desse profissional, cujos empregadores fornecem os instrumentos e meios para o desenvolvimento de sua atividade, definindo as demandas e condições em que o trabalho se realiza, além de salário, jornada de trabalho, intensidade e metas a serem cumpridas (RAICHELIS, 2011).

Iamamoto (1999) reforça que, para captar as alterações nos processos e relações de trabalho em que os assistentes sociais brasileiros estão envolvidos, deve-se considerar como as transformações societárias, no contexto de mudança no mundo do trabalho, estão afetando o Estado, as empresas, as entidades da sociedade civil na área de Serviço Social e os movimentos sociais.

Na esfera do Estado, a ênfase é para sua reforma, a partir das diretrizes neoliberais, traduzidas pelas políticas de ajustes recomendadas pelo Consenso de Washington. De acordo com essa visão, “[...] conclama-se a necessidade de reduzir a ação do Estado para o atendimento das necessidades das grandes majorias, mediante a restrição de gastos sociais, em nome da chamada crise fiscal do Estado [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 144).

Nesse encadeamento, afere-se a retração do Estado no campo das políticas sociais, ampliando a transferência de responsabilidade para a sociedade no âmbito da prestação de serviços sociais. Por outro lado, há o aumento da demanda por serviços por parte da população usuária, devido ao aumento da pauperização.

Conforme destaca Iamamoto (2011, p. 160),

temos por um lado, o crescimento da pressão na demanda por serviços, cada vez maior, por parte da população usuária mediante o aumento de sua pauperização. Esta se choca com a crônica – e agora agravada – falta de verbas e recursos das instituições prestadoras de serviços sociais públicos, expressão da redução de gastos sociais recomendada pela política econômica governamental, que erige o mercado como a mão invisível que guia a economia.

Consequentemente, amplia-se cada vez mais a seletividade dos atendimentos, restringindo essa capacidade por parte do assistente social, que se mostra cada vez mais compelido a exercer a função de “juiz rigoroso da pobreza” (IAMAMOTO, 2011, p. 161). Essa situação tem gerado um desconforto e sido fonte de angústias profissionais, tendo em vista a dificuldade de criar, recriar e executar propostas de trabalho.

Porém é essa dinâmica de precarização dos serviços públicos que se presencia desde os anos de 1990, não se podendo deixar que ela mine as forças dos profissionais da área social. Não se pode ter uma visão idealizada da realidade, pois ela precisa ser decifrada com o propósito de apreender as articulações dos processos econômicos, políticos e culturais que a constituem, e sugerir estratégias para seu enfrentamento.

Conforme Raichelis (2011), as transformações que vêm ocorrendo e que acarretam diferentes formas de precarização do trabalho atingem o mercado de trabalho do assistente social, afetando, contraditoriamente, tanto o movimento de mudança e/ou redução de postos de trabalho em algumas áreas (como nas empresas), quanto à ampliação de vagas (no caso das políticas de seguridade), com destaque para a política de assistência social, principalmente em âmbito municipal, dadas as novas e intensas demandas dos municípios.

Levando em consideração esse enquadramento de mudança no mundo do trabalho, uma pesquisa realizada pelo CFESS, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas, publicada em 2005, constatou que a grande maioria dos profissionais, aproximadamente 77,19%, possuem apenas um vínculo empregatício. Do total de pesquisados, 11,74% dos assistentes sociais não têm vínculos, o que é um indicador de não inserção no mercado de trabalho na área de Serviço Social ou de inserção precária sem vínculo. Quanto às relações de trabalho dos profissionais atuantes no mercado, a pesquisa confirmou a tendência histórica de alocação do Serviço Social na esfera estatal, predominando o vínculo estatutário, seguido do celetista (CFESS, 2005, p. 24).

No exercício profissional, seja em organizações estatais, seja em privadas, o assistente social dedica-se ao planejamento, à operacionalização e à viabilização de serviços sociais à população. Ele realiza essas ações a partir das manifestações imediatas das relações sociais vivenciadas no cotidiano das instituições empregadoras. Nesse âmbito, o profissional interfere

na vida particular dos indivíduos, o que, a depender de sua opção política, pode contribuir para emancipação e autonomia dos usuários que buscam seus serviços ou para ratificar uma situação de submissão ou de negação de direitos (IAMAMOTO, 2013).

A análise dos espaços ocupacionais do assistente social deve ser promovida, com vistas a facilitar a compreensão da dinâmica de seu processo de trabalho nas instituições empregadoras, visando a identificar suas demandas, seus limites e suas possibilidades no cotidiano da instituição.

Outrossim, o significado social do trabalho do assistente social depende das relações que ele constrói com os sujeitos sociais que o contratam. Dito de outra forma, o seu processamento não é idêntico nos diferentes espaços em que se concretiza, como explana Iamamoto (2010, p. 215):

os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder, delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho, interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais.

Como trabalhador assalariado, o assistente social vive em constante tensão: embora disponha de relativa autonomia na condução de suas atividades, resguardada pela legislação profissional, depende dos empregadores para realizá-las. Tal situação interfere diretamente na prática desses profissionais, uma vez que os empregadores estabelecem funções e impõem regulamentações específicas que condicionam o conteúdo do trabalho realizado pelos empregados, estabelecendo limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO, 2010, p. 218-219).

Apreender o Serviço Social como trabalho remete à necessidade de considerar os elementos que integram a atividade laboral do assistente social como partes indissociáveis.¹⁸ A finalidade de seu trabalho volta-se para a intervenção nas diferentes expressões da questão social, sob as mais variadas formas. Assim, os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde etc. É oportuno lembrar que, diariamente, esse profissional é convocado a traçar estratégias para operacionalizar o projeto ético-político¹⁹ da

¹⁸Para Iamamoto (2010, p. 241), o assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. A relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho (as expressões da questão social) depende do prévio recorte das políticas definidas pelos empregadores, que estabelecem demandas/prioridades a serem atendidas.

¹⁹De acordo com Teixeira e Braz (2009), o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um plano de transformação da sociedade, pois ao atuar no movimento contraditório das classes, o assistente social acaba por imprimir uma direção social às ações profissionais que favorecem um ou outro projeto societário (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 189).

profissão, o qual é perpassado pela correlação de forças econômicas, políticas e culturais nos diferentes espaços ocupacionais (IAMAMOTO, 2011)

O processo de trabalho do assistente social é interpretado como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades que dependem da existência, da adequação e da criação de meios e condições objetivas e subjetivas para se realizarem, estando sujeitas às mudanças no mundo do trabalho, ante o capitalismo contemporâneo, tendo suas demandas redefinidas por esses processos enquanto classe trabalhadora que é.

No que tange à política de saúde, esse processo dá-se a partir da necessidade de o profissional compreender os determinantes e condicionantes que se manifestam no seu cotidiano de trabalho, diante das múltiplas expressões da questão social apresentadas pelos usuários dessa política. É imprescindível, portanto, a apropriação dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que norteiam sua atividade profissional.

4 O PROCESSO DE TRABALHO DAS SUPERVISORAS DE CAMPO DO HU/UFPI E HUT: LIMITES E POSSIBILIDADES

O presente estudo teve por objetivo analisar a supervisão de estágio obrigatório como processo de trabalho do assistente social, a partir das Diretrizes Curriculares (1996), sob um contexto de mudanças no mundo do trabalho e de precarização do ensino superior que vem se alastrando por meio da expansão dos cursos de nível superior via privatização.

Para uma compreensão mais satisfatória do objeto deste estudo, ele foi inserido no contexto da *formação/educação versus trabalho/exercício profissional*, observando os impactos que essas mudanças trouxeram, uma vez que o estágio supervisionado e a supervisão em Serviço Social correspondem a unidades intrínsecas e indissociáveis do processo de formação profissional e de sua relação com os espaços sócio-ocupacionais do assistente social, em uma perspectiva de totalidade.

Conforme Caputi (2014, p. 43-44),

sendo o Serviço Social uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, pensá-la enquanto formação e exercício profissional demandam refletir sobre educação e trabalho numa totalidade social. Ambos, como expressão de unidade, sofrem os impactos da crise do capital, da reforma do Estado, da reestruturação produtiva, da exploração do trabalhador, da perda ou resignificação dos direitos, da reforma universitária, da mercantilização da educação, da expansão desenfreada das universidades, da proliferação do Ensino a Distância (EAD) e da retomada do pensamento conservador nas universidades [...].

Neste capítulo, são analisadas as informações coletadas na pesquisa de campo nas instituições Hospital Universitário (HU) da UFPI e Hospital de Urgência de Teresina (HUT), à luz da fundamentação teórico-metodológica apresentada nos capítulos anteriores. Nessa via, procurou-se identificar as expressões da questão social presentes no processo de supervisão de estágio em Serviço Social, em especial aquelas que recebiam influências das mudanças no mundo do trabalho e da precarização do ensino superior.

A partir daí, buscou-se descrever como ocorre o processo de trabalho da supervisão de estágio no contexto das instituições estudadas, identificando os limites, as possibilidades encontradas no exercício desse trabalho e perscrutando as direções, os rumos e as finalidades demonstrados no trabalho realizado pelos assistentes sociais supervisores de campo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CAMPOS DE PESQUISA: HU/UFPI E HUT

Neste tópico, são apresentados os cenários da pesquisa, ressaltando suas características e delineando um breve histórico a respeito das instituições examinadas. O estudo aconteceu no município de Teresina e teve como campo empírico o HU/UFPI e o HUT, e, como sujeitos da pesquisa, as assistentes sociais supervisoras de campo que acompanharam estagiários no período de 2015 a 2017, investigando a supervisão de estágio que o profissional de Serviço Social realizou nesses espaços sócio-ocupacionais, no contexto de seu processo de trabalho.

A escolha desses hospitais ocorreu em virtude de serem campos de estágio do Curso de Serviço Social, na área da política de saúde, e pelo nível de importância que representam para a saúde pública do Estado do Piauí, pois tanto o HU/UFPI quanto o HUT são referências na oferta de serviços de média e alta complexidade em diferentes especialidades, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Historicamente, a política de saúde tem sido campo de atuação dos assistentes sociais e espaço fértil para a manifestação das várias expressões da questão social. Conforme Braga et al. (1986 apud BRAVO 2009, p. 90), “[...] a Saúde emerge como questão social no Brasil no início do século XX, no bojo da economia capitalista exportadora cafeeira, refletindo o avanço da divisão do trabalho, ou seja, a emergência do trabalho assalariado [...]”

Na política de saúde, o assistente social é chamado a intervir nas expressões da questão social que se manifestam nesses espaços, lidando com pessoas em situação de vulnerabilidades sociais e de saúde, pois o atendimento dessas demandas remete ao acolhimento das necessidades humanas elementares. A concepção ampliada de saúde, assumida na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a implantação do SUS, foi um passo marcante no sentido de alterar o modelo assistencial em vigor até então – de base privatista e medicamentosa – e na tradução das necessidades de saúde da população brasileira (NOGUEIRA; MIOTO, 2009).

Porém, na década de 1990, consolidou-se, no país, um processo de reforma de cunho liberal defendido pelas agências internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Contraditoriamente, na saúde, notou-se um processo de privatização, caracterizado por uma

[...] contrarreforma do Estado que atingiu a saúde por meio das proposições de restrição do financiamento público; da dicotomia entre ações curativas e preventivas, rompendo com a concepção de integralidade por meio da criação de dois subsistemas: o subsistema de entrada e controle, ou seja, de atendimento básico, de responsabilidade do Estado (uma vez que esse atendimento não é de interesse do setor privado) e o subsistema de referência ambulatorial e especializada, formado por unidades de maior complexidade que seriam transformadas em Organizações Sociais (CFESS, 2010, p. 20-21).

Nesse contexto de reforma do Estado, iniciado na década de 1990 e continuado nas décadas subsequentes, houve um aumento de demanda por assistentes sociais. Isso ocorreu porque os governos neoliberais sustentavam que a abertura e a liberalização da economia trariam a justiça social, mas, na verdade, o que ocorreu foi o acirramento da exploração do trabalho pelo capital, e, “[...] ao diminuir recursos para o social e, conseqüentemente, agravar as expressões da questão social, aumenta o mercado de trabalho dos assistentes sociais” (VASCONCELOS, 2009, p. 242).

Na atualidade, verifica-se um projeto de saúde articulado ao mercado, ou uma reatualização do modelo médico assistencial privatista, atuante no país antes da implantação do SUS. Esse modelo que ora impera está ancorado na política de ajuste que tem como principais tendências a contenção dos gastos com racionalização da oferta e a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central.

A tarefa do Estado, nesse contexto, é garantir um mínimo

[...] aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos que têm acesso ao mercado. Suas principais propostas são: caráter focalizado para atender às populações vulneráveis por meio do pacote básico para a saúde, ampliação da privatização, estímulo ao seguro privado, descentralização dos serviços em nível local e eliminação da vinculação de fonte com relação ao financiamento (CFESS, 2010, p. 22).

Por outro lado, com a implementação do SUS, as mudanças passaram a exigir novas formas de organização do trabalho na saúde, de acordo com a hierarquização e os níveis de complexidade, imprimindo outras características ao modelo de gestão e atenção, bem como aos processos de trabalho dos profissionais que atuam na política de saúde. Nesse âmbito, o assistente social insere-se como trabalhador da saúde “[...] a partir de um conjunto de requisições expressivas da tensão existente entre as ações tradicionais da saúde e as novas proposições do SUS [...]” (COSTA, 2009, p. 304), demandas que são requisitadas pelos usuários dos serviços onde o profissional atua e, em outros momentos, pelos próprios empregadores.

Destaca-se que o assistente social presencia um dilema nessa conjuntura de desmonte do SUS, onde a orientação dos órgãos representativos da categoria é de que o seu trabalho tenha como referência a saúde como direito universal, com controle social e com base no projeto ético-político da categoria, haja vista atuar nesses espaços com vistas a promover o acesso dos usuários do SUS aos direitos sociais.

Assim, na política de saúde, o Serviço Social caracteriza-se como uma profissão de caráter sociopolítico que visa intervir nas expressões da questão social que se manifestam

nesses contextos, contribuindo para assegurar o reconhecimento dos usuários da política de saúde como sujeitos de direitos, promovendo a sua autonomia e emancipação.

Retornando à caracterização do campo empírico do estudo, frisa-se que a abertura e o funcionamento do HU/UFPI representaram um marco para a saúde do Piauí, pois era um desejo antigo da comunidade acadêmica e da sociedade piauiense. Sua construção foi iniciada em janeiro de 1989, tendo continuidade em gestões de diferentes reitores e inaugurado em setembro de 2004, com a abertura de uma parte do ambulatório. No ano de 2008, foi fechado para reforma e os seus serviços foram distribuídos em boa parte para o Centro Maria Imaculada, no bairro Primavera.

Em 14 de agosto de 2012, o então reitor Luiz de Sousa Santos Júnior assinou o pré-contrato com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e, após oito anos, o HU/UFPI foi reinaugurado, exatamente no dia 9 de novembro de 2012. Em 8 de abril de 2013, foi firmado contrato pelo Reitor José Arimatéia Dantas Lopes com a EBSERH.

A EBSERH é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação que passou a ser responsável pela gestão do HU/UFPI, assumindo a coordenação e a avaliação da execução das atividades do hospital, além de apoiar tecnicamente a elaboração de instrumentos de melhoria da gestão e de distribuição de recursos para a expansão e o aprimoramento dos serviços prestados. É válido mencionar que o HU/UFPI foi o primeiro hospital do Brasil a aderir à EBSERH e ao seu modelo de gestão.

De acordo com a Lei Federal nº 12.550/11, que cria a EBSERH, a empresa tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública. As atividades de prestação de serviços de assistência à saúde estão inseridas integral e exclusivamente no âmbito do SUS, bem como no desenvolvimento de suas atividades de assistência à saúde (BRASIL, 2011).

No fim do ano de 2012, o HU/UFPI inaugurou o projeto de expansão de suas atividades, objetivando a prestação de assistência à saúde e a realização de atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Atualmente, é referência nos serviços de alta e média complexidade, oferece serviços em 33 especialidades médicas²⁰ e possui 175 leitos de

²⁰Especialidades médicas/profissionais: nefrologia, urologia, dermatologia, neurologia, neurotomia percutânea de nervos periféricos, neurocirurgia, endocrinologia, gastroenterologia, ortopedia, pneumologia, hematologia, geri-

enfermarias, 15 leitos de UTI e 10 salas cirúrgicas, com destaque para as áreas de cirurgia cardíaca, hemodinâmica, traumatologia-ortopedia, cirurgia buco-maxilo-facial, nutrição enteral e parenteral e oncologia, com a implantação da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) em 2016. Além dessas especialidades, existem programas e projetos na área de prevenção e promoção da saúde para a comunidade, sublinhando-se o Programa de Tratamento ao Tabagismo (PTT) e a Associação de Portadores de Doença de Crohn e Retocolite (ACRONN).

Outro diferencial do HU/UFPI é o fato de ser considerado um hospital de ensino, recebendo estudantes de diversos cursos da Universidade Federal do Piauí (UFPI), inclusive de Serviço Social, contribuindo para a formação de profissionais em várias áreas do saber, articulando o conhecimento teórico com o prático. Atualmente, são 17 residências médicas, 6 multiprofissionais e 28 ligas acadêmicas. Somente em 2016, foram desenvolvidos 67 projetos de pesquisa no âmbito do hospital.²¹

O Serviço Social do HU/UFPI começou suas atividades em 2004, quando as primeiras assistentes sociais do hospital migraram do Serviço de Benefício ao Servidor da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), responsável pela assistência ao estudante e servidor da UFPI, implantando o Serviço Social por meio da execução de dois serviços: o Serviço de Combate ao Alcoolismo e o Programa de Combate ao Tabagismo, conveniado com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde.

Na época, contava com uma equipe de dois profissionais e, em 2006, mais uma assistente social foi admitida por meio de concurso público. Em 2013, foi realizado concurso para o cargo de assistente social, sob a gestão da EBSEH, sendo convocadas duas profissionais em abril de 2013, a fim de compor a equipe do Serviço Social (SANTOS; MATOS; OLIVEIRA, 2013).

Atualmente, o Serviço Social do HU/UFPI está inserido na Unidade de Atenção Psicossocial, juntamente com a psicologia e a psiquiatria. Funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos manhã e tarde, das 7h às 20h, de forma simultânea no setor ambulatorial e na internação e conta com uma equipe de nove profissionais, sendo cinco no turno da manhã e

atria, clínica médica, anestesiologia, otorrinolaringologia, cardiologia, proctologia, ortopedia, reumatologia, oftalmologia, ginecologia, nutrição, oncologia, mastologia, psiquiatria, psicologia. Especialidades cirúrgicas: cirurgia geral, cirurgia torácica, cirurgia do aparelho digestivo, cirurgia cardiovascular, cirurgia ginecológica, cirurgia buco-maxilo-facial (MEMO HU/UFPI nº 298/2017, de 04 out. 2017).

²¹Dados obtidos por intermédio de entrevistas nos setores responsáveis, porém as entrevistadas não souberam informar em que áreas são essas pesquisas.

quatro à tarde. Desse total, cinco profissionais foram supervisoras de campo no período de 2015 a 2017.

Como o HU/UFPI é gerido pela EBSEERH desde 2012, o regime de trabalho do hospital é o regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação complementar, condicionada a contratação à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração da referida empresa.

Essa especificidade interfere em todo o processo de trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam no HU/UFPI, a exemplo do assistente social, pois a EBSEERH é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, ou seja, estabelece regras administrativas semelhantes às de empresas privadas.

Nessa perspectiva, os assistentes sociais que trabalham no HU/UFPI devem apresentar anualmente um plano de trabalho com metas a serem alcançadas individualmente, contendo os alvos de desempenho, indicadores e prazos de execução a serem observados pelos empregados, tendo em vista um sistema de acompanhamento e avaliação englobando critérios e parâmetros a serem aplicados que servirão de base para uma possível ascensão funcional.

Há, pois, um controle maior dos empregados, que precisam buscar as metas estabelecidas, mostrar resultados, a fim de alcançar os objetivos propostos pela empresa, criando um clima de competitividade entre os profissionais. Não obstante, isso tem gerado desigualdades entre os trabalhadores de mesma categoria, inseridos na mesma instituição, consoante sobressaiu Machado (2005, p. 272):

o processo de trabalho e o mundo do trabalho estão se transformando de forma significativa, alterando a modalidade de inserção e os vínculos empregatícios, a forma de remuneração e, muito fortemente, o modo de trabalhar, configurando- se em arenas competitivas, individualizadas e em ambientes pouco saudáveis.

Sobre seu processo de trabalho, o assistente social vem enfrentando grandes desafios, sobretudo por conta da lógica empresarial de redução de custos, mormente no que se refere ao atendimento de demandas trazidas pelos usuários internados no hospital para tratamento de saúde. Destaca-se a “falta de recursos”, no discurso da gestão, para a permanência de acompanhantes para os usuários internados, sendo garantidos somente os casos previstos em lei, ou seja, idosos a partir de 60 anos e pessoas com deficiência, nesse caso com algumas ressalvas, mas não é propósito deste estudo aprofundá-las.

Outro aspecto a ser observado refere-se à autonomia do assistente social que, no contexto do HU/UFPI, a cada dia é mais relativizada, visto que demandas que tradicionalmente

eram delegadas ao Serviço Social no hospital estão sendo realizadas por outro setor: a Hotelaria,²² que segue critérios estabelecidos pela direção da instituição, única e exclusivamente para diminuir custos. Exemplo disso é a liberação de acompanhantes, cujos critérios estabelecidos pelo hospital ferem os princípios da Política de Humanização do SUS. Atualmente, o Serviço Social do HU/UFPI vive uma situação de embate e confronto a fim de garantir o acesso e os direitos dos usuários que buscam os serviços do SUS, gerando um desgaste emocional e profissional entre os membros da equipe.

Aludindo à atuação do Serviço Social na instituição, os documentos oficiais²³ indicam que ele vem respaldando o seu trabalho nos Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Saúde, no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93), na Política de Saúde, na Política de Humanização e no Projeto ético-político da categoria, além de legislações específicas relacionadas às demandas que são postas ao profissional em seu cotidiano.

Dentre os principais instrumentos e técnicas utilizados pelo Serviço Social, elencam-se: rodas de conversas, entrevista social, palestras, oficinas, estudos, laudos, pareceres, relatório social, trabalho em equipe, visitas domiciliares e institucionais, quando necessário, articulação com a rede de proteção social, jurídica e de saúde mental. Como instrumentos de registros, manuseiam: ficha social, prontuário, livro de registro, relatório, fichas de autorização/solicitação/encaminhamentos, entre outros.

Quanto ao Hospital de Urgência de Teresina Prof. Zenon Rocha, foi inaugurado em 5 de maio de 2008, prestando atendimento de urgência e emergência 24 horas por dia nas áreas de média e alta complexidade, sendo referência em traumatologia e ortopedia na região, contando com um total de 358 leitos de internação, 52 de observação e três Unidades de Terapia Intensiva (UTI): neurológica, geral e pediátrica. Entre as principais demandas que chegam ao HUT, estão ocorrências de urgência e emergência, tais como: acidentes de motos/carros, ferimentos por arma de fogo ou armas brancas, quedas, enfarto, hemorragias, problemas buco-maxilares, queimaduras, entre outras enfermidades, tanto de causas endógenas quanto exógenas.

O HUT está inserido no SUS e, por isso, os serviços ofertados têm por base os princípios e diretrizes do sistema, não realizando atendimento particular ou de convênio. Além disso, o HUT é um dos poucos hospitais no Brasil que aderiram ao S.O.S Emergência, em dezembro de

²² Setor responsável por controlar a liberação de acompanhante, bem como a gerir visitas aos pacientes internados no HU/UFPI.

²³ Livro de registros, planos de trabalho dos assistentes sociais do HU/UFPI, entre outros.

2014, um programa do Ministério da Saúde cujo objetivo é melhorar a assistência nos serviços de urgência e emergência, segundo o qual são adotadas medidas, como o acolhimento e a classificação de risco dos pacientes, por uma equipe que define o nível de gravidade e encaminha-os ao atendimento específico de que necessitam.

No que concerne às especialidades, o HUT atende nas áreas de clínica cirúrgica, clínica médica, clínica pediátrica, clínica ortopédica, clínica neurológica, UTIs (adulto e infantil), e Unidade de Terapia de Queimados (UTQ). Para tanto, conta com pronto atendimento adulto e infantil e segue a lógica de classificação de risco do Ministério da Saúde, que identifica o grau de complexidade de cada demanda, assim delimitada: a cor VERMELHA sinaliza os casos graves; a AMARELA, os de urgência; a VERDE, os menos graves; e a AZUL, aqueles que podem ser atendidos em hospitais de bairro ou Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Dessa forma, as ocorrências classificadas em vermelho e amarelo são priorizadas pelo HUT, enquanto as verdes e azuis são encaminhadas para outras unidades de saúde de média e baixa complexidade da capital (SANTOS, 2017).

O Serviço Social do HUT foi criado em agosto de 2008, quando havia quatro assistentes sociais convocadas por concurso público realizado pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), e uma profissional transferida do Hospital Geral do Promorar (HGP). Nesse mesmo ano, foi fechado o serviço de Pronto Atendimento do Hospital Getúlio Vargas (HGV) e nove profissionais foram cedidas para trabalhar no Pronto Atendimento do HUT. Vale frisar que existe um convênio entre a Secretaria Estadual de Saúde e a Fundação Municipal de Saúde de Teresina, mediante o qual é consentida transferência voluntária aos profissionais que manifestarem interesse em ir para o novo hospital.

O Serviço Social do HUT é vinculado diretamente à Diretoria Técnica do Hospital, havendo uma proposta de criação da Gerência do Serviço Psicossocial, juntamente com a psicologia, mas ainda não oficializada. Atualmente, está organizado em Serviço Social do Plantão, que funciona 24h por dia e conta com uma equipe de sete profissionais; e em Serviço Social dos Postos e Clínicas, que funciona nos turnos manhã e tarde, de 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, sendo formado por uma equipe de cinco profissionais. De uma equipe composta por 12 profissionais, sete assistentes sociais supervisionaram estagiárias no período de 2015 a 2017.

Nos últimos anos, o Serviço Social do HUT vem passando por um processo de reestruturação atinente ao número de profissionais. Desde a sua abertura, em 2008, até agora, em 2018, quatro profissionais saíram, a última por decisão da gestão, ou seja, do Diretor-Geral, e as demais pediram transferência para outros serviços de saúde, o que vem repercutindo na

qualidade dos serviços ofertados pelos profissionais que ali atuam devido à sobrecarga de trabalho.

Recentemente, acompanhou-se mediante veiculação de informativo do Sindicato Municipal de Teresina (SINDSERM) outra violação aos direitos das assistentes sociais que trabalham no HUT, as quais tiveram a insalubridade retirada do contracheque no pagamento referente a junho de 2018, acarretando a diminuição de seus salários.

Embora o modelo de gestão e o regime de trabalho do HUT sejam diferentes do HU, pois no HUT o regime é estatutário, na prática, os profissionais que lá trabalham estão presenciando uma situação de desmonte, tendo em vista a redução do número de profissionais para atender a um hospital com 358 leitos de internação, 52 de observação e três UTIs. Em termos de números de profissionais, o HU/UFPI tem uma equipe maior para atender seus usuários, em comparação com o HUT.

Mesmo nesse contexto, são desenvolvidos vários programas pelo Serviço Social, sobrelevando-se: *Dialogando sobre Direitos e Deveres dos Usuários*, no HUT, desenvolvido em todas as clínicas da internação; *Acolher Sempre*, realizado na Clínica Pediátrica, na UTQ e na UTI – Pediátrica; *Serviço Social, Strans e Você: informar para acidentes evitar*, realizado nas clínicas pediátrica e ortopédica.

As ações desenvolvidas pelo Serviço Social do HUT são organizadas em quatro eixos, conforme os Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Saúde, a saber: a) atendimento direto aos usuários (ações socioassistenciais, ações de articulação com a equipe de saúde e ações socioeducativas); b) mobilização, participação e controle social; c) investigação, planejamento e gestão; d) assessoria, qualificação e formação profissional.

Assim, tanto o HUT quanto o HU/UFPI são hospitais de grande respaldo para a saúde pública no Estado do Piauí e, como tais, constituem um campo empírico abundante para a realização do estudo proposto. Nessas instituições, o assistente social tem como competência intervir juntamente com outros profissionais, na perspectiva de promoção da saúde.

As entrevistas foram cumpridas no mês de maio de 2018, em horário previamente agendado com os sujeitos da pesquisa, quais sejam: três assistentes sociais supervisoras de campo do HU/UFPI e três do HUT, sendo que as interlocuções ocorreram nos locais de trabalho das seis profissionais.

Todos os sujeitos que participaram da investigação assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias. As entrevistas foram estruturadas em três eixos, a saber: Eixo 1: caracterização dos sujeitos da pesquisa; Eixo 2: capacitação para supervisão;

Eixo 3: processo de trabalho da supervisão de estágio. A análise foi organizada tomando como base esses três eixos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA²⁴

Neste tópico, demonstra-se a caracterização dos sujeitos da pesquisa, com destaque para a instituição de ensino em que o profissional se formou, o tempo de formação, o ano de inserção na instituição empregadora, o vínculo empregatício, o sexo, entre outros aspectos.

Conforme aludido, foram realizadas seis entrevistas com seis assistentes sociais que acompanharam alunos do Curso de Serviço Social no período de 2015 a 2017. A formação acadêmica dessas profissionais deu-se entre os anos de 1984 a 2012, sendo cinco profissionais egressas da UFPI, instituição de ensino pública, e uma da Faculdade Ademar Rosado (FAR), instituição de ensino privada.

De mais a mais, três formaram-se com base no currículo novo, implementado pela ABEPSS em 1996, e outras três, em currículos anteriores, conforme ilustrado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos

Sujeito	Instituição formadora (A)	Sexo (B)	Ano de Formação (C)	Tempo de formada (D)	Inserção na instituição empregadora (E)	Possui mais de um vínculo (F)	Vínculo empregatício (G)	Vencimento R\$ (H)
Sujeito 1	UFPI	F	2010	8 anos	2013	Sim	CLT	R\$ 4.554,59*
Sujeito 2	UFPI	F	1995	23 anos	2008	Sim	Estatutária	R\$ 4.204.19
Sujeito 3	UFPI	F	1984	34 anos	2013	Sim	Estatutária	R\$ 4.684.03
Sujeito 4	FAR	F	2012	6 anos	2016	-	CLT	R\$ 4.554,59*
Sujeito 5	UFPI	F	2010	8 anos	2012	Sim	Estatutária	R\$ 3.963.5325
Sujeito 6	UFPI	F	1997	21 anos	2013	-	CLT	R\$ 4.554,59*

* Nesse valor não estão inclusos outros benefícios, tais como: adicional de insalubridade, auxílio alimentação, auxílio creche, que dependem da situação de cada empregado para recebê-los.
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De acordo com os dados, nota-se que todos os sujeitos estão, há um certo tempo, formados, igualmente quanto à experiência profissional, com mais de dez anos de formação,

²⁴Para efeito de identificação, serão utilizadas as alcunhas Sujeito 1, Sujeito 2, Sujeito 3, Sujeito 4, Sujeito 5 e Sujeito 6 para referir-se aos supervisores de campo que participaram deste estudo.

²⁵Essa assistente social possui um vencimento menor porque tem menos tempo de serviço em relação às demais que trabalham na instituição.

como é o caso dos sujeitos 2, 3 e 6, profissionais que continuam estudando e se capacitando, seja para participar de concursos/seleções, seja para prestar um serviço de qualidade nos espaços socioinstitucionais em que atuam.

Um dado digno de nota refere-se ao fato de as supervisoras de campo possuírem mais de um vínculo empregatício, pois quatro profissionais relataram ter dois. Essas informações revelam a realidade das assistentes sociais entrevistadas, que, segundo relato delas, precisam trabalhar em mais de um lugar para suprir as suas necessidades e de seu núcleo familiar. Isso ocorre por conta dos baixos salários recebidos em função das transformações do mundo do trabalho, muitas vezes tipificado por relações precarizadas e flexibilizadas.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

Nesse sentido, apesar de quatro profissionais responderem que possuem renda familiar superior a R\$ 4.000,00, em muitos casos, esse montante não tem sido suficiente para arcar com as necessidades básicas e, por isso, buscam outras fontes de renda.

As assistentes sociais supervisoras de campo que trabalham no HUT e HU/UFPI se inseriram nesses espaços por intermédio de concurso público de provas e títulos. Quanto ao vínculo empregatício, apresenta conotações diferentes nas duas instituições, sendo que, no HUT, o vínculo é estatutário e as que são lotadas no HU/UFPI são celetistas, regime normalmente adotado pelo sistema privado do país, o que pode influenciar os processos de trabalho das assistentes sociais que atuam nesse hospital.

Em relação ao gênero, uma vez que o Serviço Social é reconhecidamente uma profissão feminina, tal proposição foi validada no estudo, pois 100% dos profissionais pesquisados são do sexo feminino, não existindo qualquer profissional do sexo oposto trabalhando nos hospitais examinados, o que solidifica a tendência histórica da profissão e reafirma que, na atualidade, o Serviço Social continua sendo uma profissão predominantemente feminina.

A baixa remuneração tem sido outra marca para o Serviço Social, especialmente por conta de um processo de feminização e subalternidade que consagradamente particularizou a área.

Considerando o Serviço Social como uma profissão predominantemente feminina, o mundo do trabalho que também se configura pela divisão social e

sexual do trabalho sempre tendeu a hierarquizar as relações entre homens e mulheres e estabelecer assimetrias entre esses segmentos, elaborando inúmeros argumentos para justificar os baixos rendimentos da mulher trabalhadora, sobretudo no sentido de disseminar uma ideia distorcida e preconceituosa de que o salário feminino é um complemento ao rendimento do marido, e por isso, pode ser menor, o que reforça as desigualdades de gênero que conformam o mundo do trabalho em uma sociabilidade assentada em padrões discriminatórios e rigidamente assimétricos (GUIRALDELI et al., 2013, p. 8).

A presença feminina no mundo do trabalho é uma característica marcante das transformações em curso, visto que a classe trabalhadora não é *exclusivamente* masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres que passou a integrar o mercado de trabalho, sendo que, em muitas situações, são as únicas provedoras da família. Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho das mulheres (ANTUNES, 2011).

Para o autor, “[...] uma crítica do capital, enquanto relação social, deve, necessariamente, apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher [...]” na atualidade (ANTUNES, 2011, p. 51).

Frente ao mercado de trabalho, conciliar as diversas atribuições assumidas no cotidiano, tanto na esfera privada quanto na pública, e desempenhar diferentes papéis na sociedade são desafios para a mulher: mãe, trabalhadora, estudante. Na contemporaneidade, atribui-se a ela uma sobrecarga de trabalho, porquanto ela participa diretamente de tudo o que acontece na esfera privada (no lar) e na pública.

4.3 CAPACITAÇÃO PARA A SUPERVISÃO

Ao problematizar a questão da formação contínua como forma de assegurar uma supervisão de campo qualificada e com competência profissional, foi possível vislumbrar que a maioria das profissionais entrevistadas tem buscado se qualificar, pois, do total de seis assistentes sociais, uma está cursando especialização, quatro têm especialização e duas, mestrado. Apesar disso, a maioria delas tem-se empenhado para essa capacitação de forma individual, não recebendo incentivo por parte das instituições empregadoras no que se refere a ajuda financeira ou liberação para realizar esses estudos.

Mesmo com baixos salários, as seis profissionais têm investido tempo e recursos financeiros para a sua capacitação, pois, embora o mestrado das duas participantes relatadas tenha sido realizado em uma instituição de ensino superior pública, essa modalidade de

formação requer tempo e recursos financeiros para o seu desenvolvimento e sua conclusão. Quanto às especializações, a maioria é paga e, portanto, demanda investimento financeiro por parte das assistentes sociais.

Notou-se que a qualificação e a capacitação das supervisoras de campo acabam ficando a cargo de cada uma. Embora no plano formal exista uma política de incentivo à formação continuada dos profissionais, na prática isso não se efetiva. Exemplo disso é a liberação para a realização de Pós-Graduação no HU/UFPI, onde, apesar de existir a Norma Operacional nº 07, de 2 de maio de 2016, estabelecendo os critérios e procedimentos para solicitar a liberação para esse fim, os profissionais acabam esbarrando na burocracia e em normas nada transparentes para o processo de seleção interna.

Sobre a formação voltada para o exercício da supervisão de estágio, cinco profissionais relataram ter participado de cursos ou treinamentos para serem supervisoras e apenas uma informou que ainda não teve a oportunidade de participar de qualquer treinamento com esse objetivo. Dentre as instituições que promoveram essas capacitações, estão a UFPI, o CRESS-PI, o Instituto Camilo Filho (ICF) e a Faculdade Ademar Rosado (FAR).

A realização de cursos/treinamentos é indispensável ao processo de formação dos assistentes sociais, e as IES têm um papel fundamental nesse processo, no sentido de propiciar formação aos supervisores de campo. Todavia, no decorrer do estudo, constatou-se que os profissionais manifestaram o desejo de ter mais formação nessa área e reclamaram da falta de apoio por parte das instituições de ensino, como alegado por uma das entrevistadas: “[...] eu acho que as instituições acadêmicas elas tão deixando a desejar nesse sentido da formação junto ao supervisor de campo [...]” (SUJEITO 3).

Concorda-se com o fato de que a realização de cursos/treinamentos por parte das IES, visando à capacitação do assistente social para o exercício profissional, é uma articulação interessante entre o campo de estágio e a universidade. Nesse ensejo, seria interessante construir uma proposta que envolvesse temas relevantes para o trabalho do assistente social e que fosse viabilizada a liberação dos supervisores de campo para participarem deles.

4.4 ANÁLISE DO PROCESSO DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS SUPERVISORAS DE CAMPO

Para fins deste estudo, reputa-se o exercício da supervisão de estágio como trabalho e inserido em processos de trabalho. Entrementes, efetivar esse trabalho demanda matéria-prima,

instrumentos, finalidade e gera um produto, a partir da concepção marxista de trabalho, a qual o considera uma categoria ontológica central para a compreensão da sociabilidade humana.

Assim, o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas para se realizar. Nesse sentido, para realizar o seu trabalho, o assistente social transforma os meios e as condições sociais sob as quais o seu trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os com vistas ao alcance de suas finalidades. Para realizar esse trabalho, o profissional necessita de recursos (financeiros, humanos e outros) disponibilizados pelas instituições empregadoras (GUERRA, 2000).

Para a realização do trabalho da supervisão de estágio, o profissional deve estar inserido nas instituições empregadoras, públicas e/ou privadas, pois é a instituição que disponibilizará as condições objetivas e materiais para que esse trabalho se realize. As condições objetivas referem-se à produção material da sociedade, estipuladas na realidade material. São exemplos delas: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Por seu turno, as condições subjetivas são relativas aos sujeitos; referem-se às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras (GUERRA, 2000, p. 1-2).

Ao supervisor de campo compete a supervisão direta do estagiário nas instituições em que este atua, consubstanciando-se como atividade privativa do profissional. Nesse cenário, o estágio ocorre mediante articulação entre a formação teórica e o trabalho do assistente social, concorrendo para uma reflexão sobre a aprendizagem e o fazer profissional, tanto para o assistente social quanto para o estagiário.

Ao mesmo tempo, propicia ao estagiário uma reflexão sobre o trabalho do assistente social, a fim de conceber o seu agir profissional, permitindo-lhe construir o que aprendeu em produtos, posturas, serviços e informações, a partir de um processo educativo que desenvolve habilidades técnico-operacionais, mediadas pela vivência no contexto das instituições campo de estágio.

No estágio, o aluno vivencia situações concretas que possibilitam o conhecimento acerca desse espaço sócio-ocupacional e, com isso, elabora respostas às expressões da questão

social presentes no cotidiano das instituições onde ele se realiza. Na política de saúde,²⁶ perpassam várias expressões da questão social, e o assistente social interage com vistas a identificar os determinantes sociais, econômicos e culturais que se apresentam aos usuários dessa política.

Por isso, ao questionar sobre as expressões da questão social que estão presentes no cotidiano de seu trabalho, as profissionais explanaram situações experienciadas pelos usuários da política de saúde, conforme ilustrado no relato de uma das entrevistadas.

[...] aqui no HU a gente trabalha com várias expressões da questão social relacionadas ao usuário e a principal delas é a doença, mas essa doença não vem sozinha, ela não surge do nada, ela vem acompanhada de uma série de problemas, problemas financeiros, problemas familiares, problemas psicológicos, problemas de falta de alguém para acompanhar quando tem direito a acompanhante, problemas que interferem nessa resolução maior que é a doença, problemas de falta de estrutura no seu município ou na sua região, por isso, ele vem parar no HU, uma série de questões que levou aquele indivíduo a chegar numa unidade de saúde [...] (SUJEITO 6).

Pela alocação em tela, fica patente que as condições econômicas e sociais afetam a saúde dos usuários que buscam os serviços de saúde nos hospitais, do mesmo modo que há dificuldade de acesso à saúde como direito social. Presencia-se, pois, uma situação de privatização dos serviços de saúde que se reflete na exclusão de um segmento que não pode pagar por esses serviços.

Esse processo caracteriza-se, na conjuntura atual, pela restrição de financiamento público para a execução de políticas sociais, resultando na deterioração das condições de trabalho e no agravamento da questão social, o que se fortalece devido às ideias neoliberais que pressupõem a redução de investimentos nos serviços públicos por parte do Estado, transferindo para o setor privado (para quem pode pagar) e para a sociedade a proteção social.

Assimilar as manifestações da questão social implica, necessariamente, entendê-la no contexto da relação entre capitalismo e Estado. De acordo com Pastorini (2004), o trato da questão social pelos setores hegemônicos é geralmente orientado pela teoria da integração social. Por conseguinte, naturalizam-se as desigualdades sociais existentes no país, passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo uma ideologia do favor e ocultando o protagonismo das classes trabalhadoras no cenário de lutas políticas.

Nesse viés, o Estado reproduz o sistema capitalista sem alterar as desigualdades por ele geradas, e essa dominação seria impossível sem a intervenção política e o apoio efetivo dos

²⁶A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, segundo a Lei 8080/90, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, dentre outros que expressam a organização social e econômica do Brasil, ou seja, as condições sociais afetam potencialmente a saúde.

Estados nacionais. De acordo com Iamamoto (2010, p. 111), o capital internacionalizado produz a concentração da riqueza e, ao mesmo tempo, a “polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista em que se sustenta a questão social.”

Assim, são as necessidades impostas pela questão social que, em suas variadas expressões, dão legitimidade à atuação do assistente social na sociedade, pois é ela que provoca a necessidade de alocar esse profissional nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam. Nos hospitais, essas expressões da questão social são abordadas pelo profissional visando a promover o acesso dos usuários aos serviços de saúde como um direito de cidadania e a emancipação dos sujeitos dessa política.

Considera-se que o objeto ou matéria-prima do trabalho do Serviço Social se encontra no âmbito da questão social, pois é ela que instiga a necessidade de intervenção do assistente social em suas múltiplas determinações, tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações cotidianas. Essas manifestações da questão social são abordadas por esse profissional por meio de inúmeros recortes, pois assumem características específicas, de acordo com a realidade.

Para Iamamoto (2014, p. 611),

os(as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional. Ela é moldada tanto pelas políticas públicas quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades.

Para mais, o estudo demonstrou expressões da questão social relacionadas ao mundo do trabalho, que dizem respeito às condições de serviço dos assistentes sociais. Nessa via, as condições materiais oportunizadas pelas instituições interferem sobremaneira na qualidade dos atendimentos realizados pelo profissional, bem como nas respostas às demandas que são trazidas pelos usuários para o contexto hospitalar e, por conseguinte, para a realização do estágio e da supervisão.

[...] o que eu posso identificar como expressão da questão social nesse processo de supervisão de estágio é a falta de material, a falta, às vezes de apoio da própria instituição [...] (SUJEITO 1).

[...] pois no campo ele se depara com todos os problemas inerentes ao processo de trabalho do assistente social, a exemplo da falta de estrutura da instituição, do pouco apoio para receber estagiários, às vezes até a falta de espaço para que o estagiário permaneça na instituição no dia a dia [...] (SUJEITO 6).

Desse modo, as condições que circunscrevem o trabalho do assistente social nas instituições estudadas expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. Nesse contexto, o exercício profissional é polarizado pela trama de relações e pelos interesses sociais e participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas institucionais e políticas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

O Serviço Social do HU/UFPI e do HUT vem enfrentando grandes limitações para a efetivação de seu trabalho. Esses óbices institucionais acabam impossibilitando o desenvolvimento de seu exercício profissional com qualidade. A falta de recursos, sejam financeiros, físicos ou materiais, é apenas expressão aparente de um problema muito maior, que consiste na redução de investimentos para o atendimento das necessidades sociais dos usuários e faz parte de uma lógica de diminuição do Estado e de sua responsabilidade no sentido de garantir os direitos sociais dos usuários das políticas públicas e, no caso em questão, da política de saúde.

No que se refere ao estágio em si, a realidade evidenciada nas falas dos sujeitos 1 e 6 representa uma contradição, pois, na medida em que a instituição campo de estágio assina um contrato com as instituições de ensino para receber um aluno, ela deve oferecer as condições mínimas para a realização dessa atividade (o estágio e a supervisão).

Entretanto, não é o que se verifica, pois, para muitos supervisores de campo, a prática demonstra uma supervisão sendo realizada também de forma precarizada, devido à falta de condições de trabalho para o profissional e de reconhecimento da instituição sobre a importância dessa atividade, como identificado nessa fala: “[...] a principal dificuldade que eu acho é a falta de material e de apoio institucional e **não valorização por parte da instituição dessa atribuição [...]**” (SUJEITO 1, grifo nosso).

Todavia, para realizar seu trabalho, o assistente social depende das instituições empregadoras, pois ele não detém todos os recursos necessários para efetivá-lo, e “[...] as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza” (IAMAMOTO, 2009, p. 19).

No contexto do estágio, os supervisores de campo experimentam situações complexas, o que exige a capacidade de apreender além do aparente, do que está posto, requerendo um profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica da realidade, sob uma perspectiva de totalidade. Tais princípios devem

nortear a realização do estágio no Serviço Social, para preservar importantes dimensões do processo formativo.

Afinal, a construção de uma profissão não pode ser confundida com preparação para o emprego e a restrita dimensão técnica e instrumental. Supõe, preliminarmente, um sólido arcabouço teórico-metodológico, ético-político e, então, técnico-operativo, numa solidificação da *práxis* profissional. A supervisão também demanda tais elementos de formação, alargando assim as possibilidades de exercício profissional, em consonância com os princípios éticos fundamentais do Serviço Social (CAPUTI, 2014, p. 64-65).

Por outro lado, não é só o aspecto da competência profissional do supervisor que interfere no processo de supervisão, “mas também seu aspecto individual, suas características afetivas, culturais e de personalidade”, referindo-se às condições subjetivas do sujeito que realiza esse trabalho, em conformidade com Buriolla (2011b, p. 157), para quem

a percepção das diferenças entre supervisor e supervisionado devem ser evidenciadas e consideradas, como também as diferenças no modo de ler a realidade, a capacidade de estabelecer relacionamento profissional com pessoas de diferentes tipos, hierarquias e classes [...].

A compreensão do processo de supervisão evidencia-se mediante uma noção de indissociabilidade entre trabalho e formação profissional. Logo, envolve condições objetivas, que se operam no mercado de trabalho, e subjetivas, relativas ao sujeito. Nesse processo, notam-se expressões da questão social no contexto das instituições que impactam as condições materiais de realização do estágio e, por conseguinte, da supervisão.

Entre essas manifestações, sobressaem-se as condições objetivas do aluno que se insere no campo de estágio, aquelas vivenciadas no cotidiano, referentes às suas condições de vida, pois, em alguns momentos, o discente se encontra em situação de vulnerabilidade social e econômica, impactando o andamento de seu processo de formação profissional, como referenciado na sequência.

O que eu já tenho percebido na minha convivência com estagiários no meu campo de trabalho é relacionado à própria universidade no que diz respeito ao aluno, ao acadêmico na sua relação com o professor, o professor não percebe a própria questão social do aluno em relação a sua vida acadêmica, sua vida familiar [...] eu acompanhei uma acadêmica que tinha problema familiar, problema de alcoolismo, a mãe era doméstica e essa aluna tinha dificuldade, inclusive do transporte da sua cidade pra Teresina e aqui ela vivia na casa de uma tia e a tia não aceitava a sobrinha em casa achando que era mais despesa, que era mais gasto, então essa aluna tinha um sofrimento muito grande [...] (SUJEITO 3).

Na sociedade contemporânea, as expressões da questão social perpassam diferentes dimensões dos sujeitos, condensando o conjunto das desigualdades e lutas sociais produzidas

no movimento contraditório das relações sociais. Então, “[...] as condições assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da sua história [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 156).

A vulnerabilidade social, que envolve várias manifestações da questão social, como a pobreza, a informalidade, a ausência de moradia e até mesmo a falta de alimentação, é uma realidade entre muitos discentes que precisam de um apoio da universidade para dar continuidade ao curso. Essa ajuda pode vir mediante Bolsas de Assistência Estudantil ou de Iniciação Científica, ou mesmo de moradia, por intermédio da Residência Universitária, se for discente da UFPI, bem como de inserção no mercado de trabalho, nos casos em que o discente não consegue suporte para dar seguimento aos estudos, o que pode prejudicar o seu processo de formação, como fica evidente na fala do sujeito 5.

Então, alguns alunos, até por conta dessas mudanças no mundo do trabalho e da inserção nesse mundo do trabalho precarizado em relações de trabalho precarizadas, inclusive, e que pra até manter sua sobrevivência no curso e tudo o mais eles se veem obrigados a trabalhar e a ter que dividir o seu tempo com o curso, com o estágio, e muitas vezes, isso faz com que o aluno chegue com pouca leitura pela falta de tempo porque ele tem que se dividir entre o trabalho e o estudo [...] isso acaba que interfere na qualidade daquele aluno nas atividades em si quando ele vai executar as ações, às vezes, você percebe que o aluno tem dificuldade de compreender e fazer a leitura da realidade no cenário que ele está inserido de identificar as expressões da questão social [...] (SUJEITO 5).

Essa realidade é presenciada por muitos estudantes que precisam trabalhar para manter os estudos e, por isso, recorrem ao mercado de trabalho para arcar com os custos. Muitas vezes, essa inserção no mercado de trabalho ocorre de forma precarizada, por meio da informalidade, ou mesmo de um estágio não-obrigatório apenas para garantir a manutenção de suas necessidades básicas.

A respeito dessa questão, Rosado (2007, p. 63) aduz que essa situação se manifesta

[...] também no espaço acadêmico, no qual se encontra significativa presença de alunos/as que para garantir seu sustento, desenvolvem atividades remuneradas, por mais precárias que sejam e, em muitos casos desvinculadas de sua área de formação profissional, reduzindo suas possibilidades de dedicação às atividades acadêmicas.

Destarte, quando o estudante não tem tempo para se dedicar ao estágio, essas situações se traduzem em impactos negativos para o seu processo de formação, pois o contexto do estágio é o espaço que lhe propiciará o conhecimento da realidade social e o desenvolvimento de uma

visão crítica para subsidiar sua atuação no campo de estágio, a partir do contato com as múltiplas expressões da questão social.

Porém, se essa inserção no estágio ocorrer de forma precarizada, como se observou pelo relato do sujeito 5, esse momento não acontece como esperado e a capacidade de maior apreensão das manifestações da questão social ficará prejudicada, interferindo nas respostas dadas pelos discentes às demandas dos usuários, no contexto das instituições campo de estágio. Logo, as expressões da questão social vivenciadas pelos estagiários em seu cotidiano de vida acabam, de algum modo, repercutindo em sua formação, pois tanto ele quanto o supervisor sofrem os efeitos das desigualdades sociais presentes na sociedade capitalista.

Dessa forma, os sujeitos do estudo apontaram a necessidade de conhecer o perfil do estudante que ingressa no Curso de Graduação em Serviço Social, de aprofundar essas informações, a fim de saber quem são os discentes que chegam ao campo de estágio, qual a sua história de vida, suas motivações, suas dificuldades, tendo em conta que esses sujeitos vivenciam manifestações da questão social que ecoam em seu processo de formação.

Assim como o supervisor de campo tem suas limitações, como trabalhador inserido no mundo do trabalho, sujeito às mudanças que repercutem em condições de trabalho precarizadas, baixos salários, instabilidade, flexibilização de direitos, entre outras, o estagiário também passa por problemáticas que são fruto de um processo histórico e social. Portanto, a realização do estágio e da supervisão é perpassada por diferentes condições, objetivas e subjetivas, presentes no contexto das instituições campo de estágio.

Quanto às expressões da questão social vivenciadas pelos estagiários, um aspecto a ser ilustrado diz respeito ao contexto das instituições estudadas, ao nível de escolarização, enfim, à qualidade acadêmica do discente que chega ao campo de estágio, o que tem prejudicado seu desenvolvimento, como visto no relato do sujeito 2.

[...] nós temos pego também algumas acadêmicas que têm dificuldades ortográficas, infelizmente, nós estamos assim. Tem tido uma qualidade não muito satisfatória pra o desempenho e aí é preocupante como que ela vai tá enfrentando isso no campo de trabalho que hoje nós estamos vivenciando [...] (SUJEITO 2).

Ao serem questionados sobre as instituições de que esses alunos eram provenientes o sujeito 2 assim se manifestou:

Peguei de instituição pública (UFPI) e também particular, ultimamente eu tenho assumido instituição particular e a gente tem visto, infelizmente, nos dois, não somente na particular, que era o grande nó que a gente dizia que a particular poderia não ter a qualidade que tem a pública que é a UFPI [...] (SUJEITO 2).

A questão do nível acadêmico do discente que chega ao estágio com limitações é um reflexo da política educacional existente no país, com a desvalorização e a precarização do ensino público e dos docentes, resvalando diretamente na qualidade da formação dos alunos, em um ciclo que se repete na universidade.

No cenário brasileiro, a reforma da educação superior está articulada aos interesses dos organismos internacionais, no sentido de favorecer a expansão da educação como serviço privado. Porém essa expansão tem trazido, no caso do Serviço Social, sérias implicações e rebatimentos para a formação profissional, com a proliferação de cursos que operam sob a modalidade presencial, semipresencial e a distância, indo de encontro aos princípios éticos de um novo projeto de formação profissional, construído pela categoria nos últimos tempos, legitimado como projeto ético-político da profissão (CAPUTI et al., 2015, p. 92).

Dessa forma, a subordinação da política educacional aos interesses do capital tem provocado um redesenho na qualidade da educação superior, desvalorizando a docência universitária, a pesquisa, a extensão e a implantação das Diretrizes Curriculares, ensejando rebatimentos diretos à formação profissional do assistente social.

Por isso, é importante sublinhar outros elementos apontados pelos supervisores de campo, referentes à condição do assistente social como trabalhador assalariado, inserido no mercado de trabalho, em um contexto de precarização das condições de trabalho, e ao fato de alguns profissionais ainda vislumbrarem a supervisão de estágio como um “sobretabalho”, como é possível absorver a partir da análise do Sujeito 6.

[...] a exemplo, podemos citar a carga de trabalho extenuante dos profissionais, e o excesso de demandas, o que leva às vezes os profissionais a se recusarem a **supervisionar, por considerarem que é mais uma atribuição, e sem retorno financeiro** (SUJEITO 6, grifo nosso).

Congruentemente, apurou-se a existência de profissionais que não compreendem a supervisão como parte de seu trabalho profissional, mas como algo alheio ou *mais uma atribuição*, não se reconhecendo como sujeito igualmente responsável por esse momento na formação dos futuros assistentes sociais.

A supervisão de estágio faz parte do processo de trabalho do assistente social. Por esse motivo, “[...] não é ‘sobretabalho’. Logo, deverá inscrever-se em sua organização como trabalho e estruturar-se de forma a garantir que essa atividade esteja presente como uma das atividades de seu fazer profissional [...]” (LEWGOY, 2010, p. 128). Nesse contexto, a supervisão deverá oportunizar ao estagiário experienciar e analisar criticamente o exercício do

processo de trabalho do assistente social em todas as suas dimensões: investigativa, propositiva e interventiva.

A supervisão de estágio deve ser compreendida como espaço afirmativo de formação e tem como matéria-prima o processo de aprendizagem, com todas as contradições, os limites e as possibilidades que esse momento traz para os sujeitos envolvidos. Nessa esfera,

[...] vai se afirmando diante da intencionalidade, da orientação, do acompanhamento sistemático e do ensino, na perspectiva de garantir ao aluno o desenvolvimento da capacidade de produzir conhecimentos sobre a realidade com a qual se defronta no estágio e de intervir nessa realidade, operando políticas sociais e outros serviços (LEWGOY, 2010, p. 120).

Isso posto, patenteia-se que a supervisão não pode ser identificada por traços voluntaristas a partir da disponibilidade de alguns profissionais que se propõem a supervisionar, mas como uma atividade inerente ao trabalho profissional do assistente social, que faz parte de sua competência e atribuição. Para tanto, esse profissional “[...] irá requisitar os mesmos investimentos e dedicação das demais frentes de trabalho e comportar as mesmas diretrizes e lógicas, ou seja, não possui características voluntaristas e assistemáticas [...]” (LEWGOY, 2010, p. 128).

Assim, para o supervisor de campo exercer seu trabalho, deve haver um mínimo de condições apropriadas, e alguns aspectos devem ser considerados, tais como: “[...] deve haver um local, um espaço apropriado para o supervisor e o supervisionado [...]” (BURIOLLA, 2011b, p. 158), a fim de que o assistente social possa planejar, refletir e discutir sem ser incomodado, para que a supervisão alcance os objetivos propostos, os quais consistem em acompanhar, orientar e supervisionar as ações que serão desenvolvidas no estágio.

Entretanto, na prática, nem sempre isso é possível, por força das várias demandas presentes no ambiente de trabalho do profissional, como captado na fala do sujeito 2:

[...] nós temos que estar dividindo o nosso tempo de planejamento e as nossas ações [...] com esse tempo de orientação, de acompanhamento ao supervisionado. E, às vezes, assim, porque nós trabalhamos em hospital e a dinâmica é grande e nem sempre dá pra gente ficar trabalhando bem esse tempo pra tá se organizando da melhor forma, então a gente tem dificuldade de um espaço mais privativo [...] (SUJEITO 2).

O tempo e a sobrecarga do trabalho profissional foram igualmente mencionados pelos sujeitos pesquisados, porquanto são reflexos das condições de trabalho dos assistentes sociais na atualidade, notabilizando que o lugar do estágio e da supervisão acabam sendo prejudicados pela conjuntura vivenciada pelos profissionais. Mesmo sendo uma atividade privativa do assistente social – já que somente ele a pode realizar, em função de sua autonomia relativa –,

ele não é obrigado a assumir essa função quando as condições objetivas e subjetivas presentes na instituição representarem um obstáculo ao exercício da supervisão de forma qualificada.

O trabalho despendido pelo profissional para supervisionar e, ao mesmo tempo, responder às demandas da instituição frente ao número reduzido de profissionais, por conta da precarização das relações de trabalho, tem sido apontado como uma dificuldade para os supervisores de campo, fato notabilizado pela fala do sujeito 2.

[...] o número de profissionais da instituição, tá sendo um número limitado, e se é um número limitado você vai tá dividindo esse momento de supervisão com outras atribuições que foi o que falei há pouco [...] porque se reduz o número de profissionais, aumentam as demandas e os atendimentos em hospital tudo é muito dinâmico e nós temos várias expressões da questão social, nós temos a violência doméstica, nós temos à violência à criança, a violência doméstica à mulher [...] (SUJEITO 2).

Para Lewgoy (2010, p. 127), a sobrecarga de trabalho do profissional é algo que prejudica o desenvolvimento do estágio, pois, na realização da supervisão, ele desenvolve atividades a mais durante o cotidiano laboral.

[...] a supervisão de campo, atribuição privativa do profissional, precisa ser distribuída na carga horária constante nesse contrato. A ela é agregado o esforço físico e intelectual atribuído pelo assistente social na organização, no planejamento, na reflexão e no contato com a universidade no acompanhamento do estagiário, o que muitas vezes não ocorre pela exiguidade do tempo dispensado à supervisão, tornando-a assistemática [...].

Além desses elementos, compromete o processo de trabalho de supervisão de estágio a falta de articulação entre a instituição campo de estágio e as universidades, considerando-se que o estágio e a supervisão são elementos de um mesmo processo, que devem caminhar juntos e de forma articulada, tendo como sustentação a dimensão pedagógica em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social.

Nessa via, ao serem sondados se as instituições acadêmicas têm contribuído para a realização da supervisão conforme previsto nas legislações de estágio, os sujeitos surpreenderam ao inferir que essa articulação não se processa como esperado.

[...] esse distanciamento que a gente tá tendo porque esses encontros estão cada vez mais reduzidos e isso acaba dificultando tanto pra gente enquanto supervisor quanto pro próprio estagiário [...] (SUJEITO 5).

[...] eu acho que isso tende a ficar mais preocupante com a precarização do ensino superior, especialmente, o privado, essa precarização da mão de obra e essa precarização da nossa própria profissão que tá perdendo espaço e isso vai se refletir no processo de supervisão de estágio [...] eu trago como desafios para nossa profissão, futuramente, repensar esse processo de estágio, esse acompanhamento da academia que é muito importante, mas que a gente não

vê muito na prática, eu como supervisora de campo já tive muitas experiências negativas (SUJEITO 6).

De acordo com Pereira (2016), a articulação entre campo de estágio e unidade formadora é urgente, a fim de possibilitar ao supervisor de campo instrumentais analíticos, por meio da qualificação permanente, como cursos de supervisão, de especialização e de mestrado e doutorado. Esses instrumentos são fundamentais, no sentido de auxiliar a desvendar não só os desafios postos ao Serviço Social, no campo de estágio, mas também no processo formativo, “em um processo de retroalimentação, tanto da formação quanto do exercício crítico do Serviço Social” (PEREIRA, 2016, p. 48).

Inclusive o sujeito 6 arrematou que essa ausência de interação tem impedido os profissionais de aceitar supervisionar os alunos no estágio, pois presumem que não estão tendo retorno nem apoio das instituições de ensino.

[...] eu acho que uma das questões por que muitos colegas nossos se recusam a supervisionar, uma das questões que se coloca é a falta de apoio mesmo da instituição acadêmica tanto de apoio mesmo de presença quanto de retorno, porque, o que as instituições dão pra nós de retorno? [...] então, eu já vi discursos de colegas profissionais “eu só vou supervisionar no dia que eu for remunerado pra isso”, eu não concordo com essa visão [...] (SUJEITO 6).

Muitos profissionais pensam dessa forma, como identificado no trecho *só vou supervisionar no dia que eu for remunerado pra isso*, atestando que a supervisão não é assimilada pela maior parte dos assistentes sociais como inerente ao seu trabalho profissional. Entretanto, como assegura a Lei 8.662/93, a supervisão direta de estagiários de Serviço Social é, sim, uma atribuição privativa do assistente social.

Esses argumentos devem ser problematizados por todos os envolvidos na conjuntura, pois essas situações repercutem no processo de formação dos discentes, na medida em que o profissional entende que, para supervisionar, deverá ser remunerado. Por outro lado, não se pode seguir o outro extremo e julgar a supervisão como uma atividade voluntarista que depende da disponibilidade e boa vontade do assistente social da instituição campo de estágio, mas deduzir que esse momento comporta um compromisso ético e político da categoria com o processo de formação profissional em Serviço Social.

Dito isso, consolida-se, na fala dos sujeitos referidos, que a precarização do ensino superior e as transformações nas relações de trabalho têm trazido prejuízo para o desenvolvimento do estágio e da supervisão. Isso porque a articulação entre unidade de ensino e campo de estágio ficou fragilizada em função de uma série de fatores, embora esse distanciamento dos supervisores docentes, em especial das instituições privadas, denote que

essa atitude deve-se à sobrecarga de trabalho dos profissionais, os quais precisam supervisionar um número grande de alunos, não sendo possível um acompanhamento mais sistemático e contínuo. Foi nessa direção que se colocou o sujeito 5.

No processo de supervisão, uma dificuldade que eu tenho observado agora é a própria [...] assim, essa aproximação maior com a própria universidade. Às vezes a gente recebe o aluno e a quantidade de supervisões elas diminuíram, eu não sei se por conta da realidade dos professores que são cobrados pra darem conta de muitas atividades, de muitas coisas nas universidades e acabou que a gente foi se distanciando [...] e isso acaba causando também limites pra supervisão [...] (SUJEITO 5).

Nessa via, os assistentes sociais supervisores de campo deduziram que, quando ocorre uma conexão entre instituição de ensino e campo de estágio, esse processo coadjuva muito o processo de trabalho do assistente social, trazendo novas reflexões, ao proporcionar um espaço para a troca de saberes e articulação entre teoria e prática, como especulado pelo sujeito 5.

[...] as instituições acadêmicas e o supervisor acadêmico ele tem um papel muito importante de tá fazendo essa provocação [...] de fazer você refletir sobre aquela realidade que você tá inserido e tentar construir junto com você alternativas, porque muitas vezes, você tá numa situação que você não vê muitas respostas imediatas nesse processo de discussão, a gente acaba encontrando respostas a essas expressões da questão social [...] (SUJEITO 5).

Presume-se que essa articulação é necessária e deve ser contínua, pois a supervisão é um fenômeno complexo, uma relação construída e reconstruída no cotidiano, a partir das demandas instauradas no processo, tendo como matéria-prima as expressões da questão social presentes no cotidiano de trabalho do assistente social que permeiam: a) as demandas relativas às expressões da questão social envolvendo a saúde dos sujeitos que buscam os serviços de saúde; b) as expressões da questão social referentes ao mundo do trabalho que atingem o trabalhador assistente social; c) as expressões da questão social experienciadas pelo estagiário em seu cotidiano de vida. Tudo isso repercute no processo de trabalho do assistente social na relação supervisor-aluno e, portanto, no processo de formação no ambiente do estágio supervisionado. É preciso, portanto, apreender a supervisão de estágio de forma ampliada por meio da relação orgânica e política com a totalidade do processo de formação e do exercício profissional.

Diante dessas análises, faz-se necessária a interlocução entre supervisores de campo, supervisores docentes e alunos, pois, juntos, engendram uma unidade indissolúvel entre formação e trabalho profissional. Por esse motivo, o processo de supervisão deve ocorrer de modo qualificado, consubstanciado nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social (ABEPSS, 1996), na Lei de Regulamentação da Profissão (8.663/93), no Código de Ética

Profissional e nas legislações atinentes ao tema supervisão de estágio, sobretudo na premência de que os sujeitos envolvidos na supervisão (supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário) interpretem a totalidade das relações sociais que envolvem o processo de formação e a realidade profissional, oferecendo respostas competentes (teóricas, éticas, políticas e práticas) ao cotidiano da supervisão e do fazer profissional.

Com relação ao processo de trabalho de supervisão de estágio, no contexto das instituições exploradas neste estudo, os sujeitos da pesquisa explanaram que nem sempre ele acontece de forma organizada e sistematizada, em função das várias manifestações da questão social vivenciadas pelo assistente social em seu ambiente de trabalho.

Apesar disso, percebeu-se certa preocupação por parte dos supervisores quanto à qualidade de inserção do estagiário na instituição, tendo em vista o conhecimento da realidade e das demandas incumbidas aos assistentes sociais, bem como a apresentação dos instrumentos que são utilizados por ele. A finalidade disso é possibilitar ao estagiário condições teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas necessárias à sua intervenção frente às expressões da questão social, no âmbito do estágio.

[...] quando o aluno vem pro estágio supervisionado obrigatório, a primeira coisa é que a gente vai apresentar a instituição pra esse aluno pra que ele conheça o cenário em que ele vai estar inserido, apresentar o trabalho do assistente social naquele contexto, as principais demandas porque esse primeiro momento é basicamente isso, observação pra compreender a realidade [...] apresentar pra ele os instrumentos que o assistente social trabalha na instituição [...] (SUJEITO 5).

Outro elemento inerente ao processo de trabalho, assinalado pelas assistentes sociais, refere-se à necessidade de planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários no trabalho do profissional: “[...] a gente participa tanto do planejamento e trabalha com ele a importância de se fazer, de construir esse planejamento pra que essas ações tenham um objetivo, tenham finalidade [...]” (SUJEITO 5).

O planejamento das ações a serem desenvolvidas é basilar, tanto para o profissional quanto para o estagiário, pois, por intermédio dele, é possível visualizar, idealizar um objetivo, um propósito para o desenvolvimento de determinada atividade. Nos dizeres de Marx (2016), a ideação é a construção, na consciência, do resultado provável de determinada ação, sendo o planejamento, portanto, uma etapa indispensável.

Nesse viés, investigar a processualidade da supervisão implica a apropriação de fundamentos que darão materialidade ao trabalho do assistente social, nos campos de estágio. Por conseguinte, faz-se necessária a apropriação pelos supervisores de campo dos instrumentos articuladores do processo de supervisão, com vistas a imprimir qualidade ao trabalho

profissional e à supervisão de estágio também, quais sejam: “Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Diretrizes Curriculares de 1996, os quais norteiam o trabalho e o exercício profissional” (LEWGOY, 2010, p. 103). Como retratado nos capítulos anteriores, na realização do trabalho do assistente social, sobrepujam-se três dimensões constitutivas, extremamente relevantes para o exercício profissional, porque contribuem e influenciam diretamente no enfrentamento dos desafios requeridos ao profissional na contemporaneidade, a saber: técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política.

Tais dimensões, em conjunto, conformam o seu fazer profissional. Contudo, elas não são fixas e não podem ser consideradas de forma autônoma, pois são instâncias interatuantes que só existem nas relações umas com as outras. Portanto, são pressupostos profissionais que servirão de base para orientar o trabalho do assistente social e foram construídos pela categoria ao longo de seu desenvolvimento sócio-histórico (GUERRA, 2017).

A intervenção de natureza técnico-operativa do assistente social se revela no modo de aparecer da profissão, pois dela emana a sua imagem social, a capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar seus objetivos. Essa dimensão não é neutra, é perpassada pela dimensão ético-política, que trata dos diferentes compromissos que a profissão pode ter, das intencionalidades das ações do trabalho do assistente social, bem como dos valores que orientarão essas ações. Por fim, a dimensão teórico-metodológica refere-se às diferentes teorias que contribuirão para o conhecimento da realidade social e para nortear a *práxis* profissional somada ao seu modo de fazer (SANTOS; MATOS; OLIVEIRA, 2013).

Na dinâmica da supervisão de estágio, essas dimensões também se fazem presentes, pois supervisionar é um trabalho profissional, daí porque é necessário mobilizar todas as dimensões. A teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação sobre a dinâmica da vida social na sociedade capitalista, oportunizando a análise do real. A dimensão ético-política envolve o planejamento da ação em função dos valores e finalidades do profissional, no contexto da instituição. Já a dimensão técnico-operativa é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real (SANTOS; MATOS; OLIVEIRA, 2013).

Em atenção aos fundamentos ético-políticos e teórico-metodológicos, o estudo demonstrou que, na realização de seu processo de trabalho, os profissionais buscam respaldar sua intervenção nas legislações e no arcabouço teórico concernentes ao tema da supervisão e do estágio, principalmente no que se refere ao âmbito legal.

[...] nós temos diretrizes de supervisão de estágio, nós temos tanto a lei do estágio geral, que é a 11.788, quanto as próprias resoluções do CFESS que

tratam da questão do estágio, salvo engano a resolução 533. Então nós temos mais ou menos um roteiro de como deve ser a supervisão de estágio [...] então esse processo mesmo do estágio que envolve essas ações, essas atividades, programas e projetos [...] a metodologia que a gente usa são aquelas explicitadas pelo próprio CFESS, então normalmente se começa pelas reuniões e se parte para as ações práticas [...] (SUJEITO 6).

Vale ressaltar que o conhecimento desses fundamentos por parte dos profissionais não garante que a supervisão e o estágio ocorram em conformidade com o previsto, uma vez que o exercício profissional se estabelece pela articulação dessas dimensões e se realiza sob condições subjetivas e objetivas, historicamente determinadas.

Destarte, a realização de todo trabalho tem uma intencionalidade, um objetivo. Nesse sentido, ao serem interpelados quanto aos resultados e objetivos que o assistente social observou na realização da supervisão de campo, todos os sujeitos revelaram ser uma experiência proveitosa e bastante positiva, tanto pessoal quanto profissionalmente, como inferido nas falas dos sujeitos 4, 6 e 2.

[...] um dos resultados é o aprendizado pra mim, eu tenho aprendido muito nesse processo e esse aprendizado ele está vinculado à academia e à prática profissional, ou seja, o que o aluno traz também porque acaba sendo um aperfeiçoamento profissional pra gente até um aperfeiçoamento continuado, essa aproximação com a academia traz esse aprendizado que a gente leva também lá pra nossa prática [...] (SUJEITO 4).

[...] eu gosto muito de supervisionar porque ele me traz (estagiário), geralmente, normalmente ele traz questões novas, uma leitura nova ele tá com tudo fresquinho na sua cabeça, ele não chega aqui vazio de conteúdo porque o estagiário vem pro campo de estágio já nos semestres finais da sua formação, então, ele vem cheio de ideias, vem cheio de informações novas que muitas vezes o supervisor não está tão por dentro [...] Então, o estagiário ele pode contribuir fundamentalmente pra trazer uma nova visão pra gente entender aquelas expressões sob outras perspectivas porque ele vem com leituras que talvez você não tenha, você tenha outras e nessa troca de experiências você pode descobrir coisas novas [...] (SUJEITO 6).

[...] então, eu me sinto satisfeita quando assumo estagiárias ou supervisionadas [...] eu enquanto pessoa, enquanto profissional e também pelo reconhecimento de muitas acadêmicas que eu já supervisei e eu vejo que realmente cresce junto e que elas me dão respostas positivas que valeu a pena ou que foi muito ter realizado o estágio e do aprendizado que tiveram (SUJEITO 2).

Comprova-se o reconhecimento por parte dos sujeitos susoditos quanto à relevância político-pedagógica do estágio e do processo de supervisão para a formação e o exercício profissional, uma vez que este é consubstanciado enquanto espaço de troca de saberes e de interlocução de conhecimentos.

Para mais, a supervisão de estágio deve ser apropriada pelos profissionais como *locus* estratégico para a defesa do projeto ético-político da categoria, embora não tenha sido captado na fala dos sujeitos o reconhecimento do estágio como estratégia de fortalecimento desse projeto.

Entrementes, o estágio é tido como um processo de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional, e a supervisão do estágio em Serviço Social, um momento ímpar que contempla o ensino-aprendizagem, articula exercício e formação e permite ao aluno transformar o que aprendeu em posturas, produtos, serviços e informações. Isso é feito por intermédio de um processo educativo que desenvolve habilidades técnico-operacionais, ético-políticas e teórico-metodológicas com vistas a possibilitar a identificação e o enfrentamento das expressões da questão social que estão presentes no cotidiano de trabalho do assistente social (ABEPSS, 2018).

Dessa forma, falar de supervisão de estágio em Serviço Social emblema uma reflexão segundo a qual o estágio e a supervisão podem ser apreendidos como ações e relações intrínsecas ao saber-fazer do Serviço Social. Por esse ângulo, supervisionar é uma atribuição privativa dos assistentes sociais e toda a sua dinâmica e regulamentação vinculam-se a outros processos sócio-políticos e normativos, trazendo implicações de processos que se dão no contexto do ensino superior e do mercado de trabalho.

Em conformidade com a ABEPSS (2018), é preciso garantir a supervisão direta e superar algumas questões que interferem nesse processo, quais sejam: a necessidade de maior articulação entre supervisão de campo e acadêmica; e a importância de reforçar que a responsabilidade é coletiva, de supervisores de campo, supervisores docentes e estagiários. No entanto, alguns supervisores de campo narraram que, muitas vezes, os supervisores docentes se mantêm um pouco ausentes do processo de supervisão, o que se confirmou na participação do sujeito 6, para quem

[...] muitas instituições acadêmicas não dão esse suporte que o aluno precisa, elas jogam o aluno no campo, eu já vivenciei isso e, inclusive, já me neguei a supervisionar nessas condições em que o supervisor docente não achava que tinha nenhuma contribuição pra dar e eu já me recusei mesmo a supervisionar nessas condições [...] (SUJEITO 6).

Nesse contexto de profundos retrocessos na educação de ensino superior, a defesa da supervisão de estágio, atendendo às Diretrizes Curriculares, é extremamente necessária para garantir uma formação e um trabalho profissional de qualidade. Enfim, é importante assegurar que a supervisão ocorra articuladamente entre os sujeitos envolvidos – supervisor acadêmico,

supervisor docente e estagiário –, com o intuito de capacitar o estagiário para o trabalho profissional, a partir da indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo.

No processo de supervisão de estágio, são acionados os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do trabalho profissional. Não obstante, nos discursos de alguns sujeitos, esses fundamentos foram sinalizados, ao tempo em que se verificou certa dificuldade dos profissionais em se apropriar desses saberes, visando a materializar, a partir do cotidiano, esses fundamentos, como se pode deduzir no colóquio com o sujeito 3, para quem “Os fundamentos teóricos, metodológicos, éticos, políticos, técnicos, operativos e legais são aqueles que a gente já viu como aluna, né? Na época de faculdade e hoje como profissional [...]”.

Entre a maioria dos sujeitos entrevistados, houve uma boa compreensão dos fundamentos utilizados no processo de trabalho de supervisão de estágio, valendo ressaltar que são os mesmos empregados na realização do trabalho profissional dos assistentes sociais, como citado pelo Sujeito 4.

Em relação aos fundamentos teórico-metodológicos, nesse processo de supervisão de estágio, nós temos uma vasta literatura especializada [...] nos instrumentos e meios técnicos políticos nós temos [...] o Código de Ética que rege a profissão onde nós temos lá os princípios éticos, políticos e morais, então são princípios éticos morais que estão relacionados com o processo de trabalho [...] e que princípios seriam esses? Nesse processo de supervisão vai passar pros alunos a defesa intransigente dos Direitos Humanos a própria questão da Justiça Social, como essa é a primeira aproximação dos alunos com os usuários ele vai se despir desses preconceitos [...] eu acho que os legais [...] é a questão mesmo das legislações [...] nos instrumentos técnico-operativos também a primeira aproximação desse aluno com tudo o que a gente vai usar durante o processo de trabalho, pode ser que ele nunca fez um relatório [...] então ele vai ter essa aproximação com o fazer em si [...] (SUJEITO 4).

O conhecimento dos fundamentos legais que subsidiam o exercício profissional do assistente social e, por conseguinte, da supervisão, são mais bem definidos para os supervisores de campo, como se pode inferir das falas abaixo:

As bases legais a gente procura o nosso Código de Ética, a Lei que regulamenta a profissão, os Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Saúde, a gente procura tá apresentando esses documentos pro aluno pra ele tá tomando conhecimento desses instrumentais [...] (SUJEITO 3).

[...] os instrumentos que eu me baseio para a realização do meu trabalho é o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8662 – também os Parâmetros para a Atuação do Assistente Social na Saúde, o Projeto ético-político profissional que aliás, todos esses formam o tripé do Projeto Ético-Político Profissional, [...] (SUJEITO 1).

Nós utilizamos, enquanto instrumentos, nós temos o nosso Código de Ética, nós temos parâmetros de atuação do assistente social na saúde, temos a lei de regulamentação da profissão, nós temos os livros que realmente discorrem sobre essa relação de supervisão de estágio [...] nós temos vários embasamentos teóricos o que falta mesmo é mais tempo e leituras, mas nós temos muito embasamento (SUJEITO 2).

Porém, o fato de conhecer não significa que o profissional vá aplicá-los automaticamente, pois há condições e momentos em seu cotidiano de trabalho que impossibilitam essa materialização.

Outrossim, é na articulação e apropriação dos fundamentos ético-políticos, técnico-operativos e teórico-metodológicos e na aquisição de novos conhecimentos que se concretiza o agir profissional. Por essa razão, deve-se romper com atividades burocráticas e rotineiras, com vistas a assumir um exercício profissional que tenha a competência para propor e negociar projetos e qualificar o exercício profissional, isto é,

[...] apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades [...] no processo de supervisão o grande desafio que se vive hoje é desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e efetivar direitos [...] (LEWGOY, 2010, p. 155).

Mas quais são as possibilidades que essa experiência profissional traz para o supervisor de campo? Essas chances não serão as mesmas para todos, pois isso depende do contexto de cada instituição e de suas singularidades, ou seja, das condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas, no sentido de perceber esse trabalho. Isso foi possível de ser observado na acepção apresentada pelos sujeitos.

[...] as possibilidades são muitas, a possibilidade tá no aprendizado, de construção e de conhecimento, de estarmos atualizadas por conta do supervisionado estar trazendo temáticas recentes, discussões que estão sendo feitas na universidade e isso vem nos atualizar (SUJEITO 2).

[...] as possibilidades, eu vejo assim, as possibilidades elas são construídas de acordo com a realidade daquele momento. Nesse momento, a nossa instituição não tá contribuindo muito no sentido de que, como eu falei, tem todos esses limites [...] nesse momento eu vejo mais limites do que possibilidades até pelas questões, como eu falei, das próprias universidades que estão um pouco distantes da gente [...] (SUJEITO 5).

Portanto, o estágio supervisionado é um espaço que tem grande potencial de possibilidades, por meio dessa articulação com as instituições formadoras, tanto para o estagiário quanto para o profissional. Ao primeiro, possibilita a construção de uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único e, portanto, de muitas expectativas para a formação profissional; ao segundo, oportuniza a troca de experiências, o acesso a conteúdos novos que contribuirão para um trabalho mais qualificado.

Dessa maneira, é pelo estágio que o aluno realiza as mediações necessárias que lhe propiciarão o conhecimento apreendido na universidade e na realidade social em que está inserido, sendo a supervisão o instrumento pelo qual há essa troca de experiências.

No processo de supervisão de estágio desenvolvido pelos supervisores de campo, viu-se que a maioria dos profissionais tem buscado exercer esse trabalho com base nos princípios estabelecidos no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão, a partir de um compromisso ético-político com a formação profissional e reconhecem o estágio como um momento singular na vida acadêmica do discente.

Contudo, às vezes, nesse contexto, surgem interesses divergentes e contraditórios que interferem no processo de trabalho do assistente social, e o estagiário presencia esses conflitos durante o estágio, fato mencionado pelo sujeito 5.

[...] a gente é um profissional que tá atendendo tanto a interesses da instituição em que você tá inserido porque você é um profissional, um trabalhador nessa relação de trabalho e a gente, como qualquer outro profissional, tem a nossa força de trabalho pra vender, então você tem interesses antagônicos, muitas vezes, a instituição te cobra que tu faça determinada intervenção, que muitas vezes é antagônica àquilo que a própria profissão direciona [...] (SUJEITO 5).

É o que Iamamoto (2011) denomina de *autonomia relativa*, pois para desenvolver o seu trabalho profissional, o assistente social precisa acionar os recursos das instituições em que atua, porque não tem como executar suas funções sem esse suporte institucional. Esses elementos muitas vezes são os fatores que limitam o seu agir profissional e que intervêm diretamente nos sujeitos que são usuários dos seus serviços.

Nessa esfera, Raichelis (2011, p. 425) mostrou que

[...] essa mercadoria “força de trabalho” só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados à sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional [...].

Assim, sejam públicas, privadas e/ou filantrópicas, as instituições também são espaços de lutas e disputas hegemônicas. Nesse contexto, a hierarquia e as relações de poder aparecem para os assistentes sociais como fatores que limitam o exercício profissional e impactam direta ou indiretamente na relativa autonomia que eles possuem. As implicações desse processo são profundas e recaem na autonomia relativa do assistente social “[...] que não possui, como vimos, o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver [...]” o seu trabalho (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Logo, os processos de trabalho realizados pelo assistente social não estão desconectados dessas condições e contradições, ou seja, das determinações da instituição. Para realizar o seu processo de trabalho, esse profissional precisa refletir sobre a realidade social em que está inserido e, a partir daí, construir meios para a sua efetivação, constituindo instrumentos capazes de garantir a realização das intenções projetadas.

Desse modo, “[...] a crítica se realiza apenas com o esforço de uma razão que reconstrói o campo das mediações e vínculos entre o possível e o realizado [...]” (SARMENTO, 2013, p. 22). Essa discussão perpassa o contexto da formação, pois é no estágio que o aluno se depara com o cotidiano profissional dos assistentes sociais e do objeto de seu trabalho, quais sejam as manifestações da questão social vivenciadas pelos usuários de seus serviços.

No que diz respeito ao produto do trabalho do assistente social, consideram-se as respostas às expressões da questão social existente no cotidiano de trabalho do assistente social. Essas respostas são construídas a partir de um processo reflexivo de apreensão do real, onde é necessário conhecer os sujeitos da intervenção, as relações de poder, o perfil dos usuários, a natureza das demandas, o modo de vida, as estratégias de sobrevivência, a análise das condições objetivas e subjetivas dos usuários.

Somente após o conhecimento dessa realidade é que o profissional escolherá os procedimentos e o instrumental técnico-operacional a serem utilizados na formulação de respostas às demandas que se impõem no cotidiano dos assistentes sociais, com vistas a alcançar determinada finalidade.

Nessa direção, observou-se que, no processo de trabalho do assistente social, no contexto das instituições estudadas, o profissional tem por escopo a ampliação dos direitos sociais, sobretudo para aqueles segmentos empobrecidos, marginalizados quanto ao acesso a bens e serviços, e destituídos dos direitos fundamentais da pessoa humana, tais como: o direito à vida, à educação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à alimentação, para os quais o seu trabalho profissional deve convergir, tendo em vista a sua materialização.

Quanto à supervisão de estágio, o assistente social tem a intenção de contribuir para uma formação profissional em consonância com as Diretrizes Curriculares e um compromisso objetivando a consumação do projeto ético-político da categoria. Foi exatamente isso que expressou o sujeito 5.

[...] a gente tenta dar esse rumo pra o aluno porque, assim, ele vai trabalhar com essa matéria que é a questão social, e que ele tem que ser presente num cenário que ele vai atuar, seja no estágio ou depois como profissional, e que ele tem que estar **alinhado aos interesses aos princípios e diretrizes da nossa profissão** [...] (SUJEITO 5, grifo nosso).

A realização deste estudo e o contato estabelecido com as supervisoras de campo indicaram desafios a serem enfrentados no dia a dia da supervisão, para garantir uma formação profissional que contribua com a materialização do projeto ético-político da categoria.

Esses desafios perpassam a necessidade de efetivar o estágio e a supervisão como preveem as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) e as legislações que fundamentam a realização do estágio curricular obrigatório, mormente nesse contexto de precarização da educação superior. Além desses elementos, deve-se refletir sobre o papel do supervisor de campo nesse cenário tão adverso de mercantilização do ensino superior e de precarização das relações de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo oportunizou uma aproximação com o universo da supervisão de estágio, apreendida como parte do processo de trabalho do assistente social, a partir das Diretrizes Curriculares, em um contexto de mudanças no mundo do trabalho e de precarização do ensino superior, a qual se manifesta por intermédio da expansão dos cursos de nível superior via privatização.

No percurso do estudo, identificaram-se múltiplas expressões da questão social que estão presentes no cotidiano de trabalho das assistentes sociais que atuam no HU/UFPI e HUT, e que têm impactado o desenvolvimento do estágio e da supervisão. Foi possível examinar como ocorre essa supervisão no âmbito das instituições perscrutadas, identificando os limites e as possibilidades experienciadas no exercício da supervisão de estágio e que repercutem na formação profissional.

Por isso, foi possível comprovar que as transformações no mundo do trabalho e a precarização do ensino superior têm repercutido no trabalho do assistente social e, conseqüentemente, do supervisor de campo, nas instituições em apreço. Sobre as transformações no mundo do trabalho, percebeu-se que têm prevalecido nas condições de trabalho da classe trabalhadora em geral, inclusive do assistente social.

Para o supervisor de campo, sobrelevam-se as expressões da questão social que se refletem nas condições de trabalho do assistente social, no cotidiano das instituições, resultando em baixos salários, o que tem levado essas profissionais a trabalhar em mais de um lugar, com o escopo de garantir o suprimento de suas necessidades básicas e de seu núcleo familiar. Revelam-se, ainda, na perda de direitos (insalubridade, por exemplo, das assistentes sociais do HUT), perda/diminuição de autonomia profissional no contexto das instituições estudadas e sobrecarga de trabalho, dentre alguns exemplos.

O excesso de demandas *versus* o número reduzido de profissionais tem ocasionado a sobrecarga de trabalho para as assistentes sociais, o que influencia nas respostas dadas às expressões da questão social dos usuários, no âmbito hospitalar.

O trabalho de supervisão vem ocorrendo em alguns momentos de forma precarizada (assistemática), pois o profissional é compelido a dar conta das demandas institucionais e realizar a supervisão, simultaneamente.

Não obstante, nem sempre há o *tempo da supervisão* no cotidiano de trabalho do assistente social. Portanto, patenteia-se a necessidade de definir uma carga horária específica para o exercício da supervisão de estágio dentro da jornada de trabalho do profissional. Para

que isso se efetive, deve ocorrer o reconhecimento efetivo, pois formal já existe, por meio de contratos firmados entre IES e instituição campo de estágio dessa atividade, tanto pelas instituições empregadoras quanto pelo profissional. Nesse prisma, o estudo evidenciou que não existe, dentro da jornada de trabalho do profissional, um tempo reservado para o exercício da supervisão; esse é um aspecto que tem dificultado a efetivação do trabalho profissional e do estágio.

A dificuldade dos profissionais em realizar a supervisão de estágio ficou explícita a partir do relato das supervisoras de campo, ao expressarem que *um dos desafios para o exercício da supervisão de campo é a carga horária de trabalho*. Portanto, ratificaram que não há uma carga horária específica destinada ao assistente social para exercer essa atribuição, concorrendo para a baixa qualidade do trabalho, tendo em vista que o profissional pode ficar sobrecarregado ao executar tantas atividades no cotidiano da instituição.

A realidade vivenciada pelos supervisores de campo tem como pano de fundo as condições de trabalho da classe trabalhadora em geral, máxime no contexto atual de transformações no mundo do trabalho, tão reiterado nesta dissertação, porquanto implicam relações precarizadas na intensificação do ritmo de trabalho, no acúmulo de tarefas, nas péssimas condições de trabalho, na redução de recursos, nos baixos salários, nos vínculos temporários. São situações vivenciadas pelos assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais, delineando limites para uma intervenção profissional de qualidade, em consonância com o projeto ético-político.

Nesse sentido, o assistente social, como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho aos empregadores, depende dos recursos institucionais para materializar o seu exercício profissional. À vista disso, é a instituição quem define a jornada de trabalho, as demandas que serão atendidas, os meios e instrumentos de serviço – de natureza financeira, material, humana – necessários ao desenvolvimento de seu processo de trabalho.

Dessa feita, o assistente social não detém todos os recursos necessários para efetivar o seu processo de trabalho, o que define uma autonomia relativa para o seu agir profissional, e esse aspecto é fator limitador ao trabalho. No entanto, pode ser um caminho para outras possibilidades profissionais, a depender das estratégias de articulação da categoria profissional frente aos desafios da atualidade, dado o contexto de precarização das relações de trabalho.

Nessa perspectiva, visando à apreensão crítica do objeto de trabalho do assistente social, ou seja, às expressões da questão social presentes nas instituições, é mister o conhecimento da realidade social, a qual precisa ser objetivada mediante a formação e o exercício profissional, onde são acionados os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos

que materializam a atuação do assistente social a partir de um processo reflexivo de apreensão do real. É nesse complexo conjunto de relações que os instrumentos se constituem e se apresentam como potencializadores das intencionalidades teórico-políticas do profissional para a efetivação da ação (SARMENTO, 2017).

O produto do trabalho do assistente social consiste nas respostas dadas pelos profissionais às expressões da questão social presentes no cotidiano de trabalho. Para tanto, o profissional lança mão dos instrumentos de intervenção, conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo de sua formação, fundamentados nas bases teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão. No âmbito hospitalar, concretiza-se por intermédio de entrevistas sociais, reuniões, encaminhamentos, acolhimento, atendimentos, pareceres sociais, entre outros. É válido ressaltar que a linguagem é o instrumento básico do trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2011).

No contexto investigado, ante a realização do processo de trabalho, apesar de todos os limites impostos pelas condições de trabalho do profissional, as assistentes sociais, em sua maioria, têm procurado pautar suas ações nos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que embasam o trabalho profissional. Destacam-se, entre eles, o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão, os Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Saúde e a bibliografia existente sobre o tema supervisão e estágio, além de legislações específicas referentes à política de saúde, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social e o Projeto Ético-Político.

Todavia, em alguns momentos, captou-se uma visão limitada acerca dos fundamentos e instrumentos de trabalho do assistente social, sublinhando-se as atividades e ações executadas pelo profissional – a dimensão técnico-operativa em detrimento das outras.

Com relação aos aspectos relacionados à capacitação profissional, o estudo demonstrou que os profissionais têm buscado capacitação por meio de estudo, a partir da realização de especializações, mestrados e/ou cursos e treinamentos, a fim de garantir uma formação continuada, o que pode propiciar a prestação de trabalho com qualidade, tanto quanto do processo de supervisão.

Entretanto, esse movimento é individual, não havendo por parte das instituições empregadoras o incentivo à sua prática. Trata-se de uma lógica que faz parte do cotidiano de boa parte dos trabalhadores, face às mudanças no mundo do trabalho contemporâneo: a responsabilidade de capacitação continuada é do próprio trabalhador e, no geral, em horários fora do expediente de trabalho profissional.

No contexto das instituições analisadas, o estudo revelou que o processo de trabalho de supervisão e a relação supervisor de campo x aluno atravessa várias expressões da questão social presenciadas tanto pelo trabalhador assistente social em seu cotidiano, quanto pelo aluno, em seu dia a dia fora do espaço institucional da supervisão, as quais influenciarão seu processo de formação.

Além desses elementos, pode-se indicar, ainda, a falta de uma articulação mais eficaz entre o campo de estágio e a universidade como uma problemática atinente ao processo de supervisão. Isso tem sido apontado como um fator limitador à realização de estágios curriculares obrigatórios, pois os supervisores se sentem sobrecarregados e sem apoio das IES.

No cenário da supervisão em Serviço Social discutida neste estudo, compreendeu-se que ela deve acontecer de forma articulada entre os sujeitos supervisor acadêmico, supervisor de campo e estudante. O objetivo é a troca de conhecimentos e complementaridade, tendo por base os propósitos a serem alcançados e o produto que se espera desse trabalho profissional, que é uma formação profissional capaz de colaborar com a materialização do projeto ético-político da categoria, atendendo às Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

Para produzir esses resultados, o estudo demonstrou que os supervisores de campo têm se esforçado em contribuir para o processo de formação profissional dos futuros assistentes sociais, apesar dos limites existentes. Sobressai, como possibilidade, exatamente esse espaço de troca de conhecimentos e a construção coletiva de saberes, sendo a supervisão o lugar “que permite uma reflexão sistemática que busca apreender os processos sociais para além de sua aparência imediata” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 545).

A supervisão de campo atua como instrumento por meio do qual o assistente social concorre para a construção de um profissional criativo e propositivo, apto a viabilizar propostas profissionais frente às expressões da questão social que tem como base o seu projeto ético-político. Aliás, deve-se considerar que os resultados deste estudo não têm a pretensão de generalização, mas se concebe que os elementos detectados podem indicar algumas tendências na profissão e, particularmente, no estudo da supervisão de estágio na atualidade.

Conclui-se, pois, que, apesar dos grandes avanços, em termos de garantias legais no âmbito do estágio curricular obrigatório e da supervisão, o grande nó para uma formação de qualidade é a materialização desses direitos nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, mormente na conjuntura atual de precarização do ensino e das relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino Superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, a. 16, n. 32, jul./dez. 2016.

AMARAL, Ângela Santana; CÉSAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da educação superior: estado x mercado**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Autonomia e financiamento dos IFES: desafios e ações. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: **CEAD**, Brasília, 1999, p. 19-31.

_____. As novas formas de acumulação do capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** As metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Informativo da campanha “Sou assistente social e supervisiono estágio”**.

Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br/noticias/souassistentesocialesupervisionoestagioasupervisaoqualificacaoformacaoetrabalho-157>> Acesso em: 05/02/ 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**, de 8 de novembro de 1996. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>> Acesso em: 29 nov. 2016.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2. d. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete et al. **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 88-110.

BRASIL. **Lei nº 1889**, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1953.

_____. **Lei nº 3.252**, de 27 de agosto de 1957. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1957.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 29 nov. 2016.

_____. MEC. **A política para as instituições federais de ensino**. 1995. (Mimeografado).

_____. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 30 nov. 2016.

_____. Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2011.

_____. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo técnico Censo da Educação Superior**, 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/centso/2013/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2013.pdf> Acesso em: 2 dez. 2016.

_____. MEC. INEP. **Censo da Educação Superior de 2016**. Disponível em: <portal.inep.gov.br/artigo/-/asset...e...censo-da-educacao-superior-2016/21206> Acesso em: Colocar data do acesso.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. **O estágio supervisionado**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: tempos de mundialização do capital-desafios cotidianos e (re) significados. 2014. 230f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

_____; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Precarização da educação e os rebatimentos no serviço social. In: **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 91-104, jan./jun. 2015.

CARVALHO, M. C. Brant; NETTO, J. P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CASTRO, Ariana Monteiro de Castro; TOLEDO, Sabrina Navarro. A reforma curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora. **Revista Libertas**, v. 11, n. 2, ago./dez. 2011.

CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 118, p. 239-264, abr./ jun. 2014.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. A natureza dúplice do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. **Revista Outubro**, ed. 19, artigo 4, v. 1, p. 1-20, 2010.

COLOMBO, Irineu Mário; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil: UFPR, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS/CRESS/UFAL, 2005.

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS**, 2008. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigena.pdf> Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Resolução nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em:
<<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

_____. **CFESS Manifesta: educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social**. Brasília (DF), 2011.

_____. **Cartilha estágio supervisionado: meia formação não garante direito**. Brasília: CFESS, 2014. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf> Acesso em: 29 nov. 2016.

_____. Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social. Brasília: CFESS, 2015. v. 1. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CORDÃO, Francisco Aparecido. **Normas para a organização e realização de estágio de alunos do ensino médio e da educação profissional**. Brasília, 2003.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács**. 1999. 121f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(das) assistentes sociais. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DRAIBE, Sônia. O *Welfare State* no Brasil: características e perspectivas. **NEPP-UNICAMP**, Campinas, p. 1-57, 1989.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do *Welfare State*. **Lua Nova- Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 24. sept., 1991.

FIORI, José Luís. **Debate sobre o ponto crítico: consenso de Washington X apartheid social**. Rio de Janeiro: UERJ/MS, 1994, 71p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, Iolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Belo Horizonte: CFESS/ABEPSS-UNB, 2000. (Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais).

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia M. dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2017. p. 49-76.

GUERRA, Yolanda et al. Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância de seus fundamentos. **Revista Política Pública**, [S.I], v. 11, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2007.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 532-552.

GUIRALDELI, R; MACIEL, F. C de C.; FIGUEIREDO, R. A. **Condições de trabalho dos assistentes sociais de BH: espaços ocupacionais, formação e exercício**. In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Belo Horizonte, jun. 2013.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre o trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 69, p. 5-29, mar. 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **CFESS/ABEPSS**, 1999, p. 112-128.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Otávio. **A era do globalismo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 202-219.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Trabalho e Proletariado:** no capitalismo contemporâneo. 2. Ed São Paulo: Cotez, 2011.

_____. **Serviço Social e trabalho.** Porque o Serviço Social não é trabalho. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 4. ed. Coletivo Veredas. Maceió, 2016.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social:** desafios para a formação e o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, M. H. Trabalhadores da saúde e sua trajetória na reforma sanitária. In: LIMA, N. T. et al. (Org.). **Saúde e democracia:** história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 257- 284.

MANCEBO, Deise; VALE, Andrea Araújo; MARTINS, Tânia Barbosa. Política de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 15. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

MARX, K. . **O capital:** crítica da economia política. Livro primeiro. O processo de produção do Capital. Tradução de Regina Santana. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. I.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro. O processo de produção do Capital. Tradução de Regina Santana. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. I.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTE, A. M. F. do et al. Ensino superior no Brasil e a expansão dos cursos de Serviço Social nos anos 2010 a 2013. **O social em questão**, v. XVIII, n. 34, p. 245-258, 2015.

MOURÃO, et al. A formação dos Trabalhadores Sociais no Contexto Neoliberal: o projeto das Residências em Saúde da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Brasília: CEAD, 1999. p. 94 -110.

_____. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, a. 26, n. 84, p. 5-20, 2005.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, V. M. R; MIOTO, R. C. T. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde - SUS e as exigências para os assistentes sociais. In: MOTA, E. E. et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A política nacional de estágio e a supervisão direta: avanços e desafios. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, a. 14, n. 27, p. 203-219, 2014.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Larissa Dahmer. A reação burguesa à crise capitalista e o processo de mercantilização do ensino superior no pós-1970. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 5, p. 1-21, nov. 2006.

_____. Educação superior e Serviço Social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, 2008. p. 151-173.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e os impactos na formação profissional em Serviço Social. In: **Juris Lumen**, Rio de Janeiro, 2016. p. 31-55.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. **O processo de trabalho do assistente social na saúde mental**: um estudo nos CAPS do Município de Teresina-Piauí. 248f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, 2015.

PIAUI ALCANÇA 96 MIL NO ENSINO SUPERIOR. **Jornal Meio Norte**, Teresina, p. 8, 16 jul. 2017.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade** (online), n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300003&script=sci_abstract&tlng=pt.>. Acesso em: 30 nov. 2017.

ROSADO, Iana Vasconcelos Moreira. **O estágio não-obrigatório na formação profissional dos (as) assistentes sociais**: trabalho precarizado ou processo didático-pedagógico? Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2007.

SÁ, Jeanete L. Martins de. **Conhecimento e currículo em serviço social**: análise das contradições (1936-1975). São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, A. de S; MATOS, Joana K. V. C; OLIVEIRA, P. B. **Análise institucional do Hospital Universitário do Piauí**, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão da prática do Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, CRESS-MG, a. 2, n. 3, p. 25-30, 2013.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”, particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Maria de Fátima de Moura Porto. **Análise Institucional do HUT**. Teresina: UFPI, 2017.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental técnico e o Serviço Social: é preciso continuar o debate. **Revista Conexão Geraes**, CRESS-MG, a. 2, n. 3, p. 19-24, 2013.

_____. Instrumental técnico e o serviço In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). **Dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no Século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do Estado e mudanças na produção. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Talianne Amanda Bezerra; RABELO, Josinês Barbosa. Ensino a distância e suas implicações para a formação dos assistentes sociais: uma reflexão dos cursos EAD no Estado de Pernambuco. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano 17, n. 33, p. 103-140, 2017.

_____. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, a. 17, n. 33, p. 103-140, 2017.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR – SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

SOUZA, T. M. C; OLIVEIRA, C. A. H. DA S.; BUENO, C. M. L. B. P. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. IX, n. 9, p. 131-155, jul. 2010.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; FALCÃO, Maria do Carmo B. de Carvalho. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1985.

TEIXEIRA, Francisco J. S. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-199.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da et al. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA JUNTO AOS ASSISTENTES SOCIAIS DO HUT e HU/UFPI

EIXO 1: CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA

Número: _____

Idade:

Sexo:

Instituição e ano de formação:

Titulação máxima: graduação/especialização/mestrado/doutorado

Vínculo empregatício: estatutário, celetista, terceirizado

Carga horária semanal:

EIXO 2: CAPACITAÇÃO PARA SUPERVISÃO:

- 1) Já participou de algum curso/ treinamento/oficina para acompanhar alunos no estágio supervisionado? () sim () não

Quando e em qual instituição? _____

EIXO 3: PROCESSO DE TRABALHO DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

- 1) No processo de supervisão de estágio identifique as principais manifestações da questão social, que estão presentes no cotidiano desse trabalho profissional. Entre essas relacione as que, porventura, impactem o cotidiano do referido trabalho no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho e à precarização do ensino superior.

- 2) Para efeitos deste estudo a prática da supervisão de estágio está sendo considerada trabalho. Assim questiona-se como ocorre no cotidiano das instituições o processo de supervisão de estágio realizado pelos (as) assistentes sociais? Explícite, aqui, especialmente, como esse trabalho é realizado: ações, atividades, programas e projetos envolvidos; planos de supervisão de estágio desenvolvidos etc.

Como supervisora de campo, que resultados e objetivos concretos você tem obtido, com esse trabalho profissional, em relação ao conjunto das ações, atividades, programas, planos de supervisão (especificados na questão anterior)? Especifique os principais resultados e objetivos. Em especial, destaque as respostas para as expressões da questão social enfrentadas nesse cotidiano de trabalho.

- 3) Na realização da supervisão de estágio, quais são os fundamentos, instrumentos e meios (teóricos, metodológicos, éticos, políticos, técnicos, operativos e legais) em que você se baseia para realização desse trabalho? Em particular, discorra sobre aqueles relacionados à profissão e ao processo de supervisão de estágio desenvolvido na instituição.

- 4) Na realização da supervisão de estágio, descreva as principais dificuldades, limites e possibilidades vivenciados por você como supervisor de campo nesse processo de trabalho profissional.

- 5) Considerando-se que a supervisão de estágio é parte fundamental do processo de formação profissional do estudante do Curso de Serviço Social, que rumos, direções e significados você tem levado em conta, considerando as Diretrizes Curriculares desse curso? Nessa questão, as instituições acadêmicas, responsáveis, também, pela formação do aluno, têm contribuído com o processo de supervisão de campo? Se positivo, explicita quais são essas principais contribuições. Se negativo, explicita os motivos.